UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Campus de Bauru

TIAGO NEGRÃO ANDRADE

MINERAÇÃO DE DADOS E HERMENÊUTICA NA ERA DO BIG DATA: LIMITES INTERPRETATIVOS DA ANÁLISE COMPUTACIONAL DA POLÍTICA

BAURU

2026

TIAGO NEGRÃO ANDRADE

MINERAÇÃO DE DADOS E HERMENÊUTICA NA ERA DO BIG DATA: LIMITES INTERPRETATIVOS DA ANÁLISE COMPUTACIONAL DA POLÍTICA

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Bauru, para obtenção do título de Doutor em Mídia e Tecnologia.

Área de Concentração:

Orientador(a): Prof. Dr. Maria Cristina Gobbi

BAURU

2026

N385m

Andrade, Tiago Negrão

MINERAÇÃO DE DADOS E HERMENÊUTICA NA ERA DO BIG DATA: : LIMITES INTERPRETATIVOS DA ANÁLISE COMPUTACIONAL DA POLÍTICA / Tiago Negrão Andrade. -- Bauru, 2026

189 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientadora: Maria Cristina Gobbi

1. Mídia e Tecnologia. 2. Comunicação. 3. Ciência Política. 4. Análise de Dados. 5. IA e Big Data. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE TIAGO NEGRÃO DE ANDRADE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 27 de fevereiro de 2026, às 14h30min, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de TIAGO NEGRÃO DE ANDRADE, intitulada "MINERAÇÃO DE DADOS E HERMENÊUTICA NA ERA DO BIG DATA: LIMITES INTERPRETATIVOS DA ANÁLISE COMPUTACIONAL DA POLÍTICA". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Jornalismo / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Doutor ALEX RODRIGO DOS SANTOS SOUSA (Participação Virtual) do(a) Estatística / Universidade Estadual de Campinas, Professora Doutora INGRID PEREIRA DE ASSIS (Participação Virtual) do(a) Departamento de Jornalismo / Universidade Federal do Tocantins , Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final:_ _ _APROVADO_ _ _ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA CRISTINA GOBBI
Data: 27/02/2026 18:03:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta impacto científico e metodológico ao integrar hermenêutica crítica, Big Data e análise computacional da comunicação, oferecendo um modelo replicável para o estudo da mediação midiática de crises. No campo social e educacional, contribui para o fortalecimento da literacia midiática, da compreensão pública sobre desinformação e dos efeitos simbólicos da comunicação digital na democracia. Seu potencial inovador reside no uso combinado de Google Trends, mineração de notícias e análise de sentimentos para revelar padrões estruturais de governança simbólica. A pesquisa possui relevância nacional e internacional, com aplicabilidade em diferentes contextos sociopolíticos, dialogando com agendas globais sobre regulação das plataformas, saúde informacional e desenvolvimento sustentável. Ao evidenciar os limites democráticos da estabilização narrativa das crises, o estudo contribui para políticas públicas, práticas jornalísticas e debates acadêmicos voltados à promoção de uma esfera pública mais crítica, plural e socialmente responsável.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research has scientific and methodological impact by integrating critical hermeneutics, Big Data, and computational communication analysis, offering a replicable framework for studying media mediation of crises. Socially and educationally, it contributes to media literacy and public understanding of disinformation and the symbolic effects of digital communication on democracy. Its innovative potential lies in the combined use of Google Trends, news mining, and sentiment analysis to identify structural patterns of symbolic governance. The study has national and international relevance, with applicability across different sociopolitical contexts, engaging with global agendas on platform regulation, informational health, and sustainable development. By exposing the democratic costs of narrative stabilization in crisis coverage, the research supports public policy formulation, journalistic practice, and academic debate aimed at fostering a more critical, plural, and socially responsible public sphere.

TIAGO NEGRÃO ANDRADE

MINERAÇÃO DE DADOS E HERMENÊUTICA NA ERA DO BIG DATA: LIMITES INTERPRETATIVOS DA ANÁLISE COMPUTACIONAL DA POLÍTICA

Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Bauru, para obtenção do título de Doutor em Mídia e Tecnologia.

Área de Concentração: Ambientes Midiáticos e Tecnológicos

Data da defesa: 27/02/2026

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Maria Cristina Gobbi
Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Campus de Bauru

_____

Prof. Dr. Alex Rodrigo dos Santos Sousa
Universidade Estadual de Campinas -Instituto de Matemática Estatística e Ciência da Computação (IMECC-UNICAMP)

_____

Profa. Dra. Ingrid Pereira de Assis
Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT)

Suplentes:

_____

Profa. Associada Jane Aparecida Marques
Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP)
Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte

_____

Profa. Associada Cristiane Hengler Corrêa Bernardo
Faculdade de Ciências e Engenharia – UNESP, Câmpus de Tupã
Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD/UNESP)

Que a paz seja nosso compromisso, unindo o mundo em empatia e justiça. Que os países mais vulneráveis sejam prioridade, e que a IA e o Big Data sejam guiados por princípios éticos, transformando vidas, reduzindo desigualdades e promovendo esperança. Que a tecnologia una, cure e inspire, criando um futuro onde todos prosperem juntos. Que a crise da desinformação seja uma oportunidade para governos investirem em educação midiática, fortalecer soberanias e proteger nações vulneráveis contra a ciberguerra. Que a informação seja uma ferramenta de união, e não de divisão.

Dedico este trabalho especialmente ao Professor Osvando José Morais *(in memorian)*.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese e para a minha trajetória acadêmica e pessoal.

Ao professor Associado Osvando José de Morais, *in memoriam*, pela amizade verdadeira – aquela *philia* grega que une duas mentes e dois corações. Meu mestre desde a graduação, ele me ensinou, com seus gestos e sabedoria, sobre o amor e a arte de aprender e ensinar. Sua ausência é sentida diariamente, mas seu legado permanece vivo em cada página deste trabalho.

À professora Associada Maria Cristina Gobbi, pelo carinho e dedicação ao aceitar a orientação desta tese após o falecimento do professor Osvando. Sua generosidade, apoio intelectual e emocional foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente e concluir este desafio.

Ao Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da Universidade Estadual de Campinas (IMECC/UNICAMP), pela parceria e colaboração na análise estatística dos dados, bem como pelos ensinamentos e pelo aprendizado decorrentes da troca com o Departamento de Estatística e das contribuições dos alunos da disciplina ME712/ME812.

À banca de qualificação, composta pela Profa. Dra. Patrícia Rossini da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Glasgow / UK e pelo Prof. Dr. Alex Rodrigo dos Santos Sousa, do Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), agradeço profundamente pela leitura atenta, pelas contribuições rigorosas e pelas sugestões criteriosas apresentadas durante o exame de qualificação. As observações e apontamentos realizados foram fundamentais para o amadurecimento teórico, metodológico e analítico desta pesquisa, tendo sido amplamente incorporados à versão final do trabalho.

À minha mãe, pelo amor incondicional, pela nutrição (não apenas física, mas também espiritual) e pelo carinho que sempre me deu forças para continuar, mesmo nos momentos mais difíceis.

A todos os colegas, amigos e familiares que me apoiaram ao longo desta jornada, meu sincero agradecimento. Esta conquista não seria possível sem o apoio e a inspiração de cada um de vocês.

Resumo

ANDRADE, Tiago Negrão. **Mineração de Dados e Hermenêutica na Era do Big Data: limites interpretativos da Análise Computacional da Política**. Qualificação de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Mídia e Tecnologia, sob a orientação da profa. Associada Maria Cristina Gobbi, 2025.

Esta tese demonstra como os sistemas midiáticos contemporâneos funcionam como poderosos dispositivos de governança simbólica, metabolizando crises em narrativas de estabilidade. Através de uma metodologia mista e comparativa, investigou-se dois grandes eixos: a infodemia da COVID-19, analisada por meio de padrões de busca no *Google Trends,* e a cobertura jornalística digital de três eventos políticos críticos—eleições municipais de São Paulo (2024), o conflito público entre Elon Musk e o Supremo Tribunal Federal, e o atentado contra Donald Trump (2024) —, utilizando mineração de notícias (*web scraping*) e análise de sentimentos com o léxico *NRC*. Os resultados dos quatro estudos empíricos convergem para uma conclusão central: existe uma lógica operativa transversal na mediação de crises. Seja numa emergência sanitária global, numa disputa eleitoral localizada, num embate sobre soberania digital ou num episódio de violência política, a cobertura midiática segue um roteiro previsível de estabilização. Esse roteiro é sustentado por três pilares: 1) a gestão emocional, com a predominância estatística do sentimento de "confiança" que acalma a ansiedade pública; 2) o enquadramento institucional, que converte conflitos complexos em questões jurídicas, processuais ou morais administráveis pelas instituições vigentes; e 3) o controle temporal, que organiza a narrativa em fases (emergência, clímax, resolução), absorvendo o evento disruptivo como um episódio delimitado e superável. Enquanto esse mecanismo é funcional para a manutenção da ordem e da legitimidade institucional no curto prazo, a tese evidencia seu custo democrático profundo. A eficiência em produzir estabilidade simbólica é alcançada através do sistemático deslocamento e silenciamento das dimensões estruturais dos conflitos—desigualdades, disputas de poder material, assimetrias geopolíticas e a natureza política das infraestruturas digitais. Assim, a mídia não apenas relata crises, mas as governa simbolicamente, oferecendo resolução narrativa em detrimento da confrontação política. A contribuição final é um alerta: ao priorizar a governabilidade afetiva, o sistema comunicacional vigente pode estar, paradoxalmente, minando as condições para um debate público robusto e transformador, essencial para uma democracia substantiva.

Palavras-chave: Desinformação; Big Data; Análise Computacional da Política, Hermenêutica, Mídias.

ABSTRACT

ANDRADE, TIAGO NEGRAO. **Data Mining and Hermeneutics in the Big Data Era: Interpretive Limits of Computational Political Analysis** Doctoral qualification presented to the Postgraduate Program in Media and Technology, of the Faculty of Architecture, Arts, Communication and Design (FAAC) of the São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), as a partial requirement for obtaining the degree of Doctor in Media and Technology, under the guidance of Associate Professor Maria Cristina Gobbi, 2025.

This thesis demonstrates how contemporary media systems function as powerful devices of symbolic governance, metabolizing crises into narratives of stability. Through a mixed and comparative methodology, it investigated two major axes: the COVID-19 infodemic, analyzed via search patterns on Google Trends, and the digital news coverage of three critical political events—the São Paulo municipal elections (2024), the public conflict between Elon Musk and the Brazilian Supreme Court (STF), and the assassination attempt on Donald Trump (2024)—using news mining (web scraping) and sentiment analysis with the NRC lexicon. The results of the four empirical studies converge on a central conclusion: there is a cross-cutting operational logic in crisis mediation. Whether in a global health emergency, a localized electoral dispute, a clash over digital sovereignty, or an episode of political violence, media coverage follows a predictable stabilization script. This script is supported by three pillars: 1) emotional management, with the statistical predominance of the sentiment of "trust" that calms public anxiety; 2) institutional framing, which converts complex conflicts into legal, procedural, or moral issues manageable by existing institutions; and 3) temporal control, which organizes the narrative into phases (emergence, climax, resolution), absorbing the disruptive event as a delimited and surmountable episode. While this mechanism is functional for maintaining order and institutional legitimacy in the short term, the thesis highlights its profound democratic cost. The efficiency in producing symbolic stability is achieved through the systematic displacement and silencing of the structural dimensions of conflicts—inequalities, material power disputes, geopolitical asymmetries, and the political nature of digital infrastructures. Thus, the media does not merely report crises but symbolically governs them, offering narrative resolution at the expense of political confrontation. The final contribution is a warning: by prioritizing affective governability, the prevailing communication system may paradoxically be undermining the conditions for a robust and transformative public debate, essential for a substantive democracy.

Keywords: Disinformation; Big Data; Computational Analysis of Politics; Hermeneutics; Media.

Lista de Tabelas

Tabela 1. Idiomas e Países Pesquisados no Google Trends 37
Tabela 2. Séries Temporais das Buscas Relacionadas por País 51
Tabela 3. Análise de Correlação entre os Termos de Busca entre Países 52
Tabela 4. Capacidade Hospitalar e Desfechos da COVID-19 (Síntese Comparativa) 65
Tabela 5. Vulnerabilidade Econômica, Proteção Social e Comportamento Informacional (Síntese Comparativa) 69

Lista de Figuras

Figura 1. Fluxograma da Tese Central do Estudo 18
Figura 2. Estrutura do Estudo da Infodemiologia do Covid-19 com *Google Trends* 36
Figura 3. Séries Temporais das Buscas Relacionadas à Covid-19 por País - Inglês (Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall e Estados Unidos) 45
Figura 4. Séries Temporais das Buscas Relacionadas à Covid-19 por País - Espanhol (México e Peru) 46
Figura 5. Correlações entre os países sobre a busca 48
Figura 6. Modelo relacional dos fatores informacionais, sanitários e estruturais 54
Figura 7. Cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo (2024) 86
Figura 8. Governabilidade Simbólica na Cobertura Eleitoral 88
Figura 9. Enquadramento midiático da desinformação e da judicialização como mecanismos de redução de complexidade e estabilização institucional na cobertura das eleições municipais de São Paulo (2024). 90
Figura 10. Ciclo de ruptura discursiva, amplificação midiática do conflito e reclassificação institucional do desvio na cobertura eleitoral paulistan 94
Figura 11. Processo de filtragem midiática da complexidade política e transformação da disputa eleitoral em competição personalizada centrada em personagens. 97
Figura 12. Modelo integrado de processamento midiático das crises eleitorais e produção de governabilidade simbólica por meio da normalização narrativa e da estabilização emocional. 101
Figura 13. Análise integrada da cobertura midiática sobre o conflito entre Elon Musk e Alexandre de Moraes (01/08/2024–31/10/2024) 110
Figura 14. Estrutura conceitual do conflito X/STF: judicialização, plataformização, governança emocional e silêncios geopolíticos 113
Figura 15. Judicialização do conflito e estabilização institucional da crise midiática 115
Figura 16. Plataformas digitais como atores políticos e deslocamento infraestrutural do conflito 119
Figura 17. Emoções políticas, incerteza e governança do futuro na cobertura midiática 123
Figura 18. Polarização ideológica, geopolítica dos dados e silêncios estratégicos na cobertura jornalística 127
Figura 19. Análise Integrada da Cobertura Midiática das Tentativa de Assinato de Donald Trump 138
Figura 20. A Violência Administrável: enquadramentos midiáticos da tentativa de assassinato de Donald Trump 141
Figura 21. O processo de administração da violência política na cobertura midiática 143
Figura 22. A dinâmica da governança afetiva na administração das emoções públicas 146
Figura 23. Circuito de legitimação: da violência física ao capital simbólico 149
Figura 24. Ecossistema da disputa epistêmica após o evento traumático 152

Memorando Acadêmico

O fascínio pelo tema que hoje norteia minha jornada acadêmica brotou da inquietação diante do enigma do big data: como a mineração e a análise de dados podem desvendar os

padrões ocultos da desinformação? A pandemia de Covid-19 revelou-se um laboratório sombrio, onde a desinformação emergiu como arma estratégica na guerra cibernética, moldando narrativas políticas e sociais com uma precisão assustadora. Nesse cenário, a interseção entre geopolítica, inteligência artificial, mídia digital e guerra da informação tornou-se o eixo central de minha investigação.

Meu percurso intelectual foi profundamente marcado pelo Prof. Associado Osvando Morais, que me introduziu à hermenêutica midiática – uma abordagem que entrelaça os pensamentos de clássicos com as teorias da comunicação. Essa síntese entre filosofia, semiótica e análise estatística permite-me decifrar a complexidade da desinformação contemporânea, desvendando suas camadas simbólicas e políticas.

Minha trajetória acadêmica é um caleidoscópio de saberes. Durante o doutorado em Mídia e Tecnologia na UNESP, aprofundo-me em estatística, mineração de dados, big data e hermenêutica, ferramentas essenciais para desvendar os labirintos da informação e da desinformação.

Produção Científica: Entre Dados e Reflexões

Minha produção acadêmica é um diálogo constante entre teoria e prática. Publiquei em periódicos de alto impacto (estratos Qualis A e B), escrevo capítulos de livros e apresento trabalhos em eventos científicos. Entre os temas explorados, destacam-se:

Artigos Publicados:

1. **A destruição epistêmica do pensamento**: **anti-intelectualismo, plataformas digitais e a reconfiguração neoconservadora da verdade na américa latina,** *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.

2. **A inteligência artificial como dispositivo geopolítico: colonialidade digital, soberania informacional e os impactos no sul global**, *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 2026.
   Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

3. **Algoritmos e Democracia: A Reconfiguração da Liberdade de Expressão na Esfera Pública Digital**, *Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade*,

2025.

Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

4. **Big Tech vs. Democracia**: **a batalha pela regulação no capitalismo de vigilância,** *Revista Comunicação Midiática (Online)*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
5. **Colonialidade algorítmica e insurgência indígena: dados, território e cosmopolíticas na amazônia,** *Revista Esferas*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
6. **Cybersecurity in the Digital Era: geopolitical impacts and structural challenges,** *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
7. **Desinformação digital como violência simbólica: algoritmos, poder e resistência no espaço público,** *Revista Estudos Universitários*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
8. **Do Antropoceno ao Dataceno corpos, algoritmos e a ficção do capitalismo verde**, *Cadernos do CEOM*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
9. **Estéticas computacionais e colonialidade algorítmica**: **disputas epistêmicas e culturais na era da IA generativa,** *Pontos de Interrogação (Online)*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
10. **Estratégias Multidimensionais na Prevenção ao Extremismo Violento: Integração de Narrativas, Tecnologias e Engajamento Comunitário**, *Revista Contracampo*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
11. **Identidade da Universidade Privada no Contexto Midiático de Mercantilização de Ensino Frente à Indústria Cultural**, *Revista Foco*, 2024. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão de; RAMIREZ, Bruna Fernanda Damasceno; MORAIS, Osvaldo José.
12. **Juventudes Afroindígenas e Decoloniais na Educação Digital: tecnopolíticas do cuidado e justiça epistêmica contra a abstração algorítmica,** *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, 2026. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
13. **Media Evolution in HIV Narratives Through the Ages**: Evolução Midiática nas Narrativas do HIV Através dos Tempos, *Concilium (English Language Edition)*, 2024. **Autoria:** CARVALHO DA SILVA, Thiago; MORAIS, Osvaldo José; DE PAULA

SILVA, Kaique César; SILVA MESSIAS, Thiago; DE SOUZA PESSOA, Adriano; LEOPOLDINO, Isac Mateus; NEGRÃO DE ANDRADE, Tiago.

14. **Narrativas Visuais na Era da Atenção: Divulgação Científica nas Redes Digitais,** *Revista Espaço Pedagógico*, 2026.
    Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

15. **O algoritmo como arquivista: curadoria algorítmica, apagamentos estruturais e a luta pela memória coletiva no século XXI,** *Revista Memorare*, 2025.
    Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

16. **O Estado como arquivo**: **memória, burocracia e o poder de nomear,** *Revista de Ciências do Estado (UFMG)*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
17. **Pedagogias libertárias no encarceramento**: **é possível educar para a liberdade em espaços de privação de liberdade?,** *Revista Aspas*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.

18. **Plataformização do Estado: A Reconfiguração Algorítmica do Constitucionalismo Democrático,** *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, 2025.
    Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

19. **Redes digitais e militância transnacional: a reconfiguração da luta política na América Latina** pós-2010, *Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História*, 2026.
    Autoria: **ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.**

20. **The Trade War Between China and the USA and the Geopolitical Impacts of the 5G**, *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.
21. **Uma Reflexão Epistemológica sobre Identidade, Imagem e Comunicação da Universidade: Guidelines das Diretrizes Organizacionais para Produzir Conteúdos para as Mídias Institucionais**, *Revista Foco*, 2024. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão de; MORAIS, Osvaldo José.

22. **Zero-Day Vulnerabilities and the Clandestine Exploits Market: a Hermeneutic and critical approach**, *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 2025. **Autoria:** ANDRADE, Tiago Negrão; GOBBI, Maria Cristina.

Capítulos de Livros Publicados:

1. **"Percepções sobre Desinformação e Literacia Midiática em Saúde"** (Ria Editorial, 2023)
2. **"Ecossistema Digitais de Saúde"** (Ria Editorial, 2022)
3. **"A Percepção Sensorial de Violência nas Mídias e seus Impactos Psicológicos"** (Ria Editorial, 2021)
4. **"A Inteligência Artificial em Medicina"** (Publicações, 2023)
5. **"Papel do Design Sistêmico na Economia Circular"** (Editora USP, 2024) – Profa. Cyntia Santos Malaguti de Sousa e Prof. Tomas Queiroz Ferreira Barata.
6. **"O Papel do Design Digital e da Hermenêutica Midiática nas Humanidades Digitais: Desafios e Oportunidades"** (Editora Unesp, 2024) – Profa. Cristina Portugal.
7. **"From Studia Generalia to Digital Universities: Communication of Organizational Guidelines Aligned with Data Ecology, Innovation Ecosystems, Virtualization of Teaching, and AI for Achieving the SDGs"** (Springer Nature, 2024) – Walter Leal (Editor).
8. **"Artificial Intelligence in Universities: Enhancing Teaching, Research, and Extension for Sustainable Development"** (Springer Nature, 2023) – Walter Leal (Editor).

Apresentações em Eventos Científicos:

Entre 2023 e 2025, participei dos eventos:

1. EPECOM - Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura – *Identidade, Imagem e Diretrizes Organizacionais: A Universidade e suas Relações Públicas* (2023).
2. 4º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies – *Mídia e Violência: Pandemia da Depressão* (2023).

3. EPECOM - Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura – *Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem de Morfologia Celular (2023).*
4. ANPOC / Unicamp – *A hermenêutica da influência das mídias no consumo de produtos alimentícios processados associados ao aumento da obesidade infantil (2023).*
5. 5º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies – *Ecossistemas Digitais de Saúde (2024).*
6. 6º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies – A Consolidação dos Seres Mídia: *Protocolo Digital baseado na Hermenêutica das Mídias para a Área da Saúde (2024).*
7. 3ª Jornada Discente de Pesquisa da Pós-Graduação da FDUSP – *Percepções Sociais e Políticas sobre Liberdade de Expressão e Informação na Era Digital (2024)*.
8. XIII Congresso Internacional RIAICES (Unicamp, Campinas/SP) – *Discussão sobre o impacto da IA generativa em recursos audiovisuais (2024).*
9. EPES - Encontro de Pesquisadores em Educação e Escola (Sorocaba/SP) – *Apresentações orais sobre produção audiovisual e inteligência artificial na educação (2024).*
10. 6º Simpósio Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável nas Universidades (WSSD-U-2024, Unisul/SC) – *From Studia Generalia to Digital Universities: Communication of Organizational Guidelines Aligned with Data Ecology, Innovation Ecosystems, Virtualization of Teaching, and AI for Achieving the SDGs (2024).*
11. XVI Congresso ALAIC 2024 (Bauru/SP) – Apresentação oral*: Desinformação versus Liberdade de Expressão (2024).*
12. *Primeira Jornada semIA. 2025, Apresentação oral: Diagramas Maquínicos e Hermenêutica Midiática: Lógica, Linguagem e Visualização Algorítmica do Pensamento In: SEM IA, 2025, São Paulo.*

Minha trajetória intelectual foi construída no ambiente de pesquisa do Programa de Mídia e Tecnologia da FAAC-UNESP, onde tive a oportunidade de desenvolver meu crescimento acadêmico sob a orientação e inspiração de professores fundamentais. Ao Prof. Francisco Rolfsen Belda, pelas orientações no Plano de Negócios; às Profªs. Regina Célia Baptista Belluzzo e Vânia Cristina Pires Nogueira Valente, pelas reflexões profundas sobre

sociedades hiperconectadas, reconheço a importância de suas contribuições. Além disso, destaco as colaborações do Prof. Walter Leal, em Sustentabilidade e Universidades ODS – organizador da Série Mundial de Sustentabilidade da Springer Nature; do Prof. Massimo Di Felice, do Instituto de Energia e Ambiente da USP, pelos insights sobre Data Ecology e Ecossistemas Digitais; e da Profª Cyntia Santos Malaguti e do Prof. Tomas Queiroz Ferreira Barata, da FAAUSP, pelas reflexões enriquecedoras sobre Design Sistêmico.

Esta jornada representa um testemunho do poder da colaboração e da busca incessante pelo conhecimento. Nas palavras de Gadamer, "o ser que pode ser compreendido é linguagem" – e é na linguagem dos dados, das mídias e das teorias que busco desvendar os sentidos ocultos do nosso tempo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **19**
1.1 Estado da Arte 19
1.1.2 Perguntas de Pesquisa 22
1.1.3 Hipóteses 22
1.2 Revisão da Literatura 25
1.2.1 Modelos hermenêuticos 25
1.2.4 Big Data, Algoritmos e Opinião Pública 29
1.2.5 Liberdade de expressão sob regime algorítmico: por que a regulação das mídias é condição da democracia 32
1.2.7 Análise Sociotécnica de Dados Informacionais: Entre Mineração Computacional e Hermenêutica Política 34
2. PARTE 1: TENDÊNCIAS DE BUSCA (GOOGLE TRENDS) **39**
2.1 Caso 1: Infodemiologia da COVID-19: Análise da Evolução Temporal das Tendências de Busca no Google Trends em Países com Maior e Menor Número de Mortes **39**
2.1.1 Introdução: Infodemia e Tomada de Decisão na COVID-19 40
2.1.2 Metodologia 43
2.1.3 Resultados 49
2.1.4 Discussão 58
2.1.5 Considerações Finais 79
3. PARTE 2: MINERAÇÃO DE NOTÍCIAS (WEB SCRAPING) **82**
3.1. Introdução 82
3.2. Metodologia 84
3.3 Caso 2: Eleições da Prefeitura em São Paulo **89**
3.3.1 A Dimensão Afetiva da Cobertura Eleitoral em São Paulo 90
3.3.2 Resultados 92
3.3.3 Discussão 95
3.3.4 Conclusão 110
3.4 Caso 3: Regulamentação das Mídias (Suprema Corte Brasileira / Alexandre de Morais) versus Liberdade de Expressão (Plataforma X / Antigo Twitter / Elon Musk) 113
3.4.1 Suprema Corte Brasileira versus Plataforma X 114
3.4.2 Resultados 116
3.4.3 Discussão 119
3.4.4 Conclusão 137
3.5 Caso 4: Tentativa de homicídio de Donald Trump na véspera das Eleições Presidenciais dos EUA **139**
3.5.1 A tentativa de Homicídio do Donald Trump 141
3.5.2 Resultados 144
3.5.3 Discussão 147
3.5.4 Conclusão 161

5. CONCLUSÃO **164**
6. REFERÊNCIAS **168**
7. APÊNDICE DE CONCEITOS DA PESQUISA **178**
8. ANEXOS **183**

1. INTRODUÇÃO

A literatura contemporânea tem avançado de forma significativa na análise dos processos informacionais e comunicacionais em contextos de crise, especialmente a partir da consolidação dos campos da infodemiologia, da comunicação política midiatizada e dos estudos críticos sobre plataformas, mídia e governança democrática. Esses campos compartilham a compreensão de que dados digitais, narrativas midiáticas e emoções públicas constituem hoje dimensões centrais da organização da vida social e política.

1.1 Estado da Arte

No âmbito da saúde pública e da infodemiologia, estudos pioneiros demonstraram que dados de busca online e sinais digitais podem funcionar como indicadores indiretos da atenção pública, da percepção de risco e do comportamento coletivo em crises sanitárias (Eysenbach, 2006; Mavragani; Ochoa, 2019). Pesquisas posteriores ampliaram esse escopo ao correlacionar dados do *Google Trends* com curvas epidemiológicas, políticas de contenção e respostas institucionais durante a pandemia de COVID-19 (Ginsberg et al., 2009; Cervellin et al., 2017; Bento et al., 2020). Contudo, a literatura aponta limitações importantes: a predominância de análises nacionais isoladas, o foco excessivo em correlações técnicas e a subexploração dos fatores políticos, socioeconômicos e comunicacionais que moldam os ecossistemas informacionais em diferentes contextos (Cinelli et al., 2020).

Na comunicação política, teorias clássicas como *agenda-setting* (McCombs; Shaw, 1972), *framing* (Entman, 1993) e *priming* forneceram bases sólidas para compreender a influência da mídia sobre a opinião pública. Avanços mais recentes enfatizam a midiatização da política (Mazzoleni; Schulz, 1999; Strömbäck, 2008) e a centralidade das emoções nos processos de persuasão, mobilização e estabilização democrática (Nussbaum, 2013; Marcus; Neuman; MacKuen, 2000). Apesar desse acúmulo teórico, persistem lacunas empíricas quanto à articulação entre enquadramentos narrativos, regimes emocionais e temporalidades da cobertura, sobretudo em eleições locais de grande escala marcadas por judicialização, desinformação e personalização da disputa (Waisbord, 2018; Chadwick, 2017).

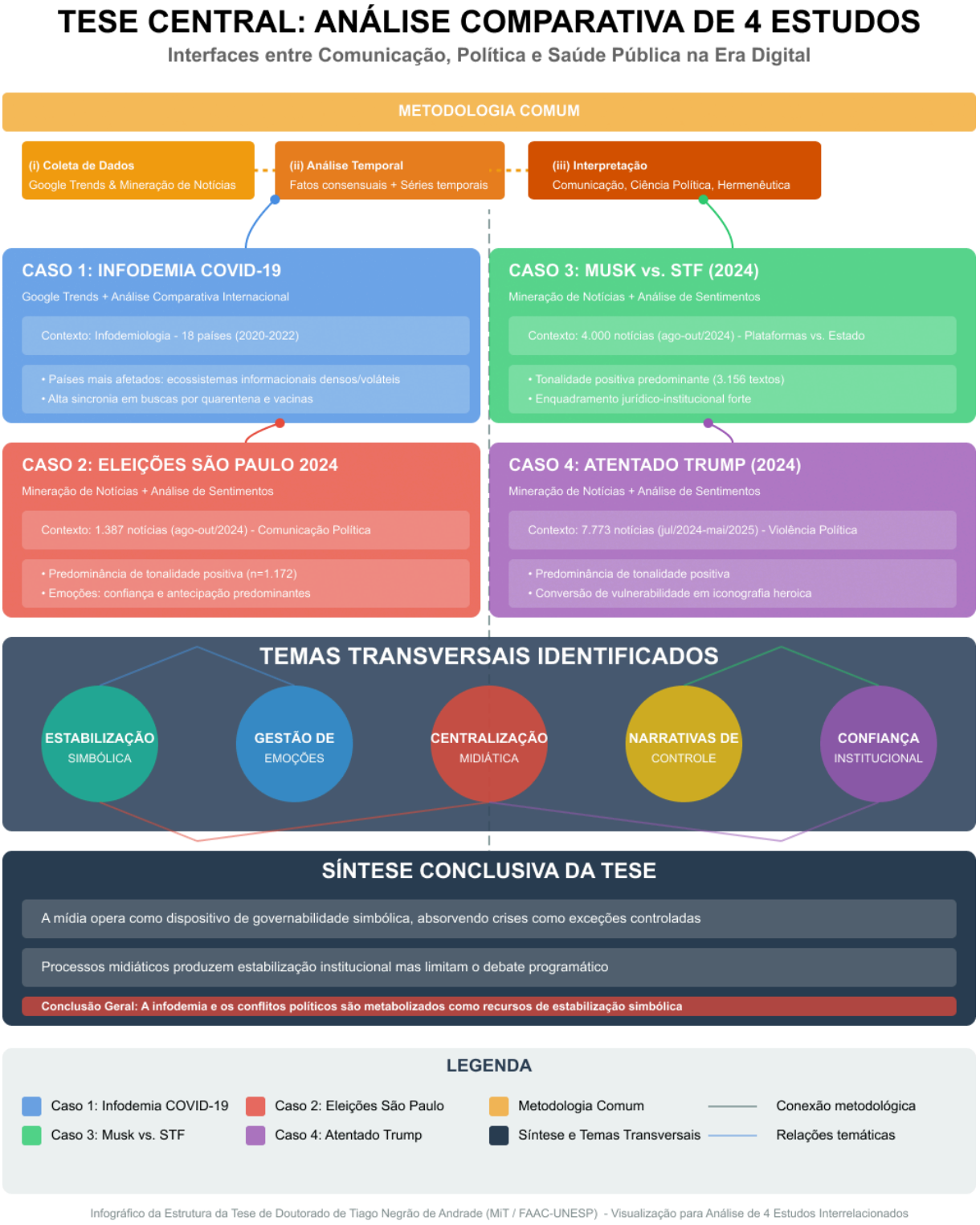
Os estudos sobre plataformas digitais, regulação e poder corporativo têm destacado a crescente assimetria entre Estados nacionais e empresas transnacionais de tecnologia, analisando disputas em torno de soberania, liberdade de expressão e governança algorítmica

(Gillespie, 2018; Zuboff, 2019; van Dijck; Poell; de Waal, 2018). Embora esse campo seja robusto do ponto de vista normativo e institucional, ainda são escassas as investigações empíricas que examinem como esses conflitos são mediados jornalisticamente, quais emoções estruturam sua recepção pública e de que modo a mídia contribui para sua estabilização simbólica, especialmente em contextos do Sul Global (Couldry; Mejias, 2019; Milan; Treré, 2019).

Por fim, a literatura sobre violência política tende a enfatizar seus efeitos disruptivos sobre a ordem democrática, seja a partir de abordagens históricas, sociológicas ou normativas (Tilly, 2003; Arendt, 1970). Estudos mais recentes em sociologia da mídia e comunicação política, entretanto, sugerem que os sistemas midiáticos contemporâneos não apenas representam a violência, mas a metabolizam discursivamente, convertendo-a em narrativas administráveis por meio da espetacularização, da heroificação e da gestão afetiva (Dayan; Katz, 1992; Chouliaraki, 2013; Debord, 1997). Ainda assim, permanecem lacunas analíticas quanto aos mecanismos concretos pelos quais a violência extrema é integrada à governança simbólica das democracias midiatizadas.

Diante desse panorama, observa-se uma lacuna transversal na literatura: a ausência de análises comparativas e integradas que articulem dados informacionais digitais, emoções públicas, temporalidades midiáticas e enquadramentos narrativos em diferentes domínios empíricos. A presente tese contribui para esse debate ao conectar infodemiologia, comunicação política e estudos críticos da mídia em uma abordagem relacional, capaz de evidenciar padrões comuns de mediação, estabilização simbólica e gestão afetiva em contextos de crise sanitária, eleitoral, institucional e de violência política.

Figura 1. Fluxograma da Tese Central do Estudo



Fonte: autoria própria (2025). Desenvolvido com Figma.2025

1.1.1 Objetivos da Tese

O objetivo geral desta tese é compreender como processos informacionais digitais e coberturas midiáticas de eventos críticos articulam dados, emoções e temporalidades para produzir regimes de governança simbólica, influenciando a percepção pública do risco, da legitimidade institucional e da democracia.

De forma integrada, a pesquisa busca analisar como crises sanitárias, disputas eleitorais, conflitos institucionais e episódios de violência política extrema são mediadas pelos sistemas comunicacionais contemporâneos, investigando os padrões emocionais predominantes, os enquadramentos narrativos dominantes e os efeitos epistêmicos e políticos dessa mediação.

1.1.2 Perguntas de Pesquisa

A tese é orientada pelas seguintes perguntas de pesquisa, comuns aos três conjuntos empíricos analisados:

1. Como os padrões informacionais digitais e a cobertura midiática refletem, amplificam ou reconfiguram eventos críticos em contextos de crise sanitária, política e institucional?
2. Quais emoções públicas predominam na mediação midiática desses eventos e como elas se distribuem ao longo do tempo?
3. De que maneira a articulação entre fatos empíricos, temporalidades da cobertura e regimes emocionais contribui para a produção de estabilidade simbólica ou para a neutralização de conflitos?
4. Quais dimensões estruturais — políticas, econômicas, geopolíticas ou institucionais — são enfatizadas ou silenciadas nesse processo de mediação?
5. Em que medida esses processos variam conforme o domínio empírico (saúde pública, eleições, conflitos institucionais, violência política), e quais padrões transversais podem ser identificados?

1.1.3 Hipóteses

A tese parte das seguintes hipóteses centrais:

1. **Hipótese da governança simbólica informacional**: em diferentes domínios empíricos, os sistemas midiáticos e informacionais operam como dispositivos de governança simbólica, convertendo crises em narrativas administráveis por meio da regulação das emoções públicas.
2. **Hipótese da centralidade da confiança**: a emoção da confiança tende a ocupar posição dominante na cobertura midiática de eventos críticos, mesmo em contextos de conflito, funcionando como mecanismo de estabilização institucional.
3. **Hipótese da temporalização controlada**: a organização temporal da cobertura jornalística contribui para absorver episódios críticos como exceções localizadas, preservando narrativas gerais de normalidade e previsibilidade.
4. **Hipótese do deslocamento estrutural**: a ênfase em enquadramentos emocionais e jurídico-institucionais tende a deslocar ou silenciar debates estruturais mais profundos, como desigualdades socioeconômicas, disputas geopolíticas ou assimetrias de poder informacional.
5. **Hipótese da transversalidade empírica**: apesar das diferenças contextuais entre saúde pública, eleições, conflitos institucionais e violência política, há padrões comunicacionais e emocionais recorrentes que atravessam esses domínios, indicando lógicas comuns de mediação midiática nas democracias contemporâneas.

1.1.3 Uso de Inteligências Artificiais e Softwares de Análise Estatística e Design

Esta pesquisa utilizou de forma integrada ferramentas de inteligência artificial, ambientes estatísticos e softwares de visualização e design informacional como recursos metodológicos indispensáveis ao tratamento e à análise dos dados. Foram explicitamente empregadas as inteligências artificiais ChatGPT e Gemini, utilizadas exclusivamente para organização de dados, sistematização de informações, apoio à estruturação analítica, consolidação de categorias e verificação de coerência entre variáveis, eixos e descritores, sem substituição da interpretação teórica ou da autoria intelectual do pesquisador.

A análise estatística foi conduzida integralmente no RStudio, ambiente no qual foram realizados o tratamento, a limpeza, bem como as análises exploratória e inferencial dos dados quantitativos, com uso de scripts reprodutíveis. Essa etapa contou com suporte institucional e metodológico do Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica da

Universidade Estadual de Campinas (IMECC/UNICAMP), em colaboração com alunos de graduação do curso de Estatística, no âmbito da disciplina ME712/ME812, sob a coordenação do Prof. Dr. Alex Rodrigo dos Santos Sousa, que organizou e viabilizou a condução da análise estatística, assegurando rigor científico, transparência e confiabilidade dos resultados. Para a organização visual, a modelagem conceitual e a representação gráfica de fluxos, esquemas e sínteses analíticas, foram utilizados softwares de design, como o Figma, contribuindo para a clareza e a comunicabilidade dos achados.

O uso dessas tecnologias foi condição necessária para a realização da pesquisa, considerando a quantidade, diversidade e complexidade dos dados, que envolveram dimensões quantitativas e qualitativas, múltiplas fontes e diferentes níveis de análise. A sistematização manual do corpus se mostraria inviável do ponto de vista operacional e metodológico, comprometendo a consistência analítica e a integridade do processo investigativo. O apoio tecnológico permitiu lidar com grandes volumes de informação de forma estruturada, controlada e replicável.

A adoção dessas ferramentas é justificada metodológica e eticamente, sendo explicitada como forma de transparência científica e de contribuição para outros doutorandos que lidam com pesquisas de alta complexidade informacional. As inteligências artificiais foram utilizadas como instrumentos de apoio cognitivo e organizacional, e não como instâncias decisórias ou interpretativas.

Esse procedimento está em plena consonância com o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, especialmente com a linha de pesquisa Tecnologias Midiáticas, que investiga os processos, produtos e mediações tecnológicas na comunicação contemporânea. Ao integrar tecnologias computacionais, estatísticas e midiáticas ao próprio método de pesquisa, o estudo reforça sua coerência epistemológica com uma abordagem interdisciplinar que articula comunicação, computação, design e análise de dados, reconhecendo a tecnologia como meio, objeto e condição de produção do conhecimento científico.

1.2 Revisão da Literatura

1.2.1 Modelos hermenêuticos

A hermenêutica constitui-se historicamente como um campo teórico que acompanha e expressa as transformações das formas de produção do sentido, da linguagem e das mediações sociais. Em sua formulação moderna, vinculada à filologia, à teologia e ao direito, a hermenêutica surge como um método orientado à reconstrução do significado originário do texto, concebido como expressão da intenção do autor e de seu contexto histórico. Em Schleiermacher, a interpretação é definida como um esforço de compreensão psicológica e gramatical que visa reconstituir o pensamento do autor de modo mais fiel possível, pressupondo a existência de um sentido relativamente estável e anterior ao ato interpretativo (Schleiermacher, 2009). Essa perspectiva é sistematizada por Dilthey, para quem a hermenêutica se torna o fundamento metodológico das ciências do espírito, orientada à compreensão das expressões da vida histórica a partir de suas condições sociais e culturais de produção (Dilthey, 2010). Nesse estágio, o sentido é tratado como algo recuperável, e a interpretação aparece como uma técnica de acesso a significados preexistentes, ainda pouco atravessada por uma problematização das relações entre linguagem, poder e mediação social.

Esse horizonte é profundamente transformado no século XX com o giro ontológico promovido por Heidegger, que desloca a hermenêutica do campo metodológico para o plano da ontologia fundamental. A compreensão deixa de ser um procedimento aplicado a textos e passa a constituir o próprio modo de ser do Dasein, sempre já lançado no mundo e interpretativamente situado (Heidegger, 2012). A interpretação não é mais uma escolha, mas uma condição existencial, inseparável da linguagem e da historicidade. Gadamer desenvolve esse deslocamento ao afirmar que toda compreensão ocorre no interior de uma tradição e de horizontes históricos que se fundem no processo interpretativo, tornando impossível qualquer pretensão de neutralidade ou de acesso direto ao sentido originário (Gadamer, 2015). O significado emerge, assim, da relação entre intérprete, linguagem e história, o que implica reconhecer que o sentido é sempre situado, contingente e temporalmente constituído. Esse movimento tem consequências decisivas para os estudos da comunicação, ao antecipar a noção de que não há recepção imediata das mensagens, mas processos interpretativos mediados por contextos culturais, históricos e simbólicos.

A partir da segunda metade do século XX, a hermenêutica passa a incorporar de modo sistemático a crítica social, tensionando a compreensão do sentido com a análise das estruturas de poder e dominação. Ricoeur propõe uma hermenêutica do texto que reconhece sua autonomia em relação à intenção do autor, enfatizando o caráter simbólico e narrativo da linguagem e sua capacidade de reconfigurar a experiência e a identidade dos sujeitos (RICOEUR, 2011). O sentido não é algo a ser simplesmente compreendido, mas algo que se desdobra em múltiplas leituras, articulando explicação estrutural e interpretação compreensiva. Habermas, por sua vez, introduz uma inflexão crítica ao articular hermenêutica e teoria social, argumentando que os processos de entendimento estão frequentemente atravessados por distorções sistemáticas produzidas por relações assimétricas de poder e por racionalidades instrumentais (Habermas, 2012). Nesse contexto, interpretar implica também desvelar interesses ideológicos e condições sociais que limitam ou falseiam a comunicação. Essa etapa consolida a hermenêutica como ferramenta central para a análise crítica do discurso, especialmente no campo da comunicação política e midiática.

O questionamento da estabilidade do sentido é radicalizado pelas abordagens pós-estruturalistas e genealógicas, particularmente em Foucault e Derrida. Para Foucault, o sentido não pode ser separado das práticas discursivas e dos regimes de verdade que organizam o saber e o poder em contextos históricos específicos; interpretar é investigar as condições de possibilidade que tornam certos discursos legítimos e outros marginalizados (Foucault, 2008). Derrida, ao desconstruir a metafísica da presença, evidencia a instabilidade constitutiva do significado e a impossibilidade de fixá-lo de forma definitiva, ressaltando o caráter diferido e relacional do sentido (DERRIDA, 2017). Essas abordagens exercem forte influência sobre a teoria da comunicação ao demonstrar que os discursos midiáticos não apenas representam a realidade, mas a produzem, estruturando visibilidades, silenciamentos e hierarquias simbólicas.

Com a consolidação das mídias digitais e das plataformas informacionais no século XXI, a hermenêutica enfrenta um novo deslocamento, no qual o sentido passa a ser mediado por infraestruturas técnicas, algoritmos e sistemas automatizados de classificação e circulação da informação. O significado não emerge apenas da linguagem ou do discurso, mas da arquitetura das plataformas, de seus critérios de ranqueamento, de suas lógicas de engajamento e de seus modelos de governança informacional. Nesse contexto, pode-se falar na emergência de um regime de sentido tecnopolítico, no qual a interpretação é condicionada

por dispositivos sociotécnicos que organizam o visível, o relevante e o compartilhável. A hermenêutica da mídia, em diálogo com a teoria da comunicação e das novas mídias, torna-se fundamental para compreender como narrativas políticas são configuradas, amplificadas ou neutralizadas em ambientes digitais, bem como para analisar fenômenos como desinformação, curadoria algorítmica e economia da atenção. Interpretar, nesse cenário, significa analisar não apenas conteúdos simbólicos, mas também os sistemas técnicos que interpretam, classificam e modulam a circulação do sentido social.

A trajetória histórica da hermenêutica revela, assim, um movimento contínuo de expansão do conceito de sentido: da intenção autoral à historicidade da compreensão, da crítica ideológica à instabilidade discursiva, até sua configuração tecnopolítica nos ecossistemas digitais contemporâneos. Esse percurso demonstra que a hermenêutica não apenas acompanha as transformações da linguagem e da comunicação, mas constitui um eixo teórico fundamental para compreender as narrativas políticas, os conflitos informacionais e as disputas de poder simbólico em sociedades profundamente mediadas por tecnologias digitais.

1.2.3 Entre Dados e Fatos: a Análise Computacional da Política

No contexto da comunicação digital contemporânea, os dados tornam-se simultaneamente método de quantificação e matéria-prima simbólica, adquirindo sentido apenas na medida em que são interpretados, organizados e inseridos em regimes sociotécnicos de visibilidade. Diferentemente das estatísticas clássicas, os dados produzidos na era do *big data* não são apenas instrumentos de mensuração de fenômenos sociais, mas efeitos diretos de práticas comunicacionais mediadas por plataformas digitais, infraestruturas computacionais e modelos algorítmicos. Como apontam Kitchin (2014) e boyd e Crawford (2012), o *big data* não se define exclusivamente pelo volume, mas pela velocidade, variedade e, sobretudo, pela capacidade de produzir inferências automatizadas sobre comportamentos, preferências e dinâmicas políticas. Nesse cenário, os dados deixam de ser registros neutros da realidade e passam a constituir uma forma ativa de produção do social, reorganizando o campo político, os processos de decisão e as disputas de poder simbólico.

Historicamente, a relação entre dados e política esteve associada à estatística estatal, ao censo e às técnicas de governamentalidade modernas, como analisado por Foucault (2008) ao discutir o surgimento da biopolítica e da racionalidade governamental baseada em

números. Contudo, a virada digital, intensificada a partir dos anos 1990 e consolidada no século XXI, inaugura um novo regime informacional no qual os dados passam a ser produzidos de forma massiva, contínua e descentralizada por meio de interações cotidianas em ambientes digitais. Curtidas, compartilhamentos, comentários, buscas e conexões passam a compor bases de dados extensas, cuja organização e interpretação dependem de sistemas computacionais capazes de processar grandes volumes de informação em tempo reduzido. Nesse contexto, a política torna-se cada vez mais orientada por dados, seja na segmentação de eleitores, na análise de opinião pública, na circulação de narrativas ou na modulação algorítmica da visibilidade de conteúdos (Zuboff, 2019; Tufekci, 2015).

É nesse cenário que se consolida o casamento entre computação e ciência política, dando origem ao campo da análise computacional da política. A partir do avanço da capacidade de processamento e do desenvolvimento de linguagens estatísticas como R, bem como da disponibilização de APIs por plataformas digitais e órgãos públicos, a pesquisa científica passa a incorporar métodos capazes de analisar automaticamente grandes volumes de dados textuais, imagéticos e relacionais. O uso de softwares estatísticos, técnicas de mineração de dados, análise de redes sociais, processamento de linguagem natural e modelagem preditiva permite investigar padrões de produção, circulação e enquadramento de discursos políticos em escala inédita (Grimmer; Stewart, 2013). Nesse sentido, os dados não são apenas coletados, mas minerados, isto é, explorados por meio de modelos computacionais que identificam regularidades, correlações e tendências invisíveis à análise qualitativa tradicional.

Entretanto, como alertam autores da comunicação e da ciência de dados crítica, os dados não “falam por si”. Sua significação depende de escolhas metodológicas, modelos estatísticos, categorias analíticas e pressupostos teóricos que orientam a interpretação dos resultados. A análise computacional da política, portanto, não elimina a dimensão hermenêutica, mas a reinscreve em um novo patamar, no qual interpretar significa compreender tanto os dados quanto os sistemas que os produzem e organizam. Nesse sentido, a quantificação não substitui a interpretação, mas a desloca, exigindo uma leitura crítica das métricas, dos algoritmos e das infraestruturas técnicas que configuram o campo político digital (Kitchin, 2017; Gillespie, 2018).

O uso de APIs específicas, associadas a plataformas de redes sociais, repositórios de notícias ou bases governamentais, amplia significativamente a capacidade da pesquisa

científica de acompanhar a dinâmica política em tempo quase real. A extração automatizada de dados possibilita analisar volumes massivos de conteúdos, mapear fluxos informacionais, identificar picos de atenção e rastrear a circulação de narrativas políticas em diferentes contextos. Todavia, esse mesmo processo introduz novos desafios epistemológicos e políticos, uma vez que o acesso aos dados é mediado por regras institucionais, interesses corporativos e opacidades algorítmicas que afetam diretamente o que pode ou não ser analisado (Pasquale, 2015). Assim, a análise computacional da política opera em um campo tensionado entre a ampliação das possibilidades analíticas e a crescente assimetria de poder entre pesquisadores, Estados e plataformas digitais.

Nesse contexto, os dados configuram-se como elementos centrais da política contemporânea não apenas por representarem comportamentos sociais, mas por participarem ativamente da produção do espaço público digital. A quantificação da comunicação política, mediada por sistemas computacionais, influencia estratégias eleitorais, decisões institucionais e processos de governança, ao mesmo tempo em que redefine os critérios de legitimidade, visibilidade e autoridade discursiva. Como argumenta Couldry e Mejias (2019), a extração massiva de dados constitui uma nova forma de colonialismo informacional, na qual a vida social é convertida em recurso analisável e governável. Desse modo, compreender a política na era do *big data* exige articular métodos computacionais, teoria política e hermenêutica crítica, reconhecendo que os dados são sempre produtos históricos, técnicos e simbólicos, cujo sentido emerge da interpretação situada de seus modos de produção, organização e circulação.

1.2.4 *Big Data*, Algoritmos e Opinião Pública

A constituição dos ambientes digitais como espaços centrais de consumo de informação e interação social representa uma inflexão histórica profunda nas formas de produção da opinião pública e na organização do campo político. Até meados do século XX, a esfera pública moderna esteve fortemente associada aos meios de comunicação de massa — imprensa, rádio e televisão — operando sob um modelo predominantemente unidirecional, no qual a circulação de informações se dava de forma relativamente homogênea e centralizada. Nesse contexto, a opinião pública era concebida como um fenômeno majoritariamente agregativo e massivo, estruturado em torno de audiências amplas e relativamente

indiferenciadas, conforme analisado por Jürgen Habermas ao descrever a formação e posterior transformação da esfera pública burguesa (Habermas, 2014).

A partir do final do século XX, com a expansão da internet comercial e, posteriormente, das plataformas digitais, ocorre uma ruptura significativa nesse modelo. Os jornais impressos passam progressivamente a se constituir como portais de notícia, ampliando exponencialmente o alcance espacial de seus conteúdos. Matérias produzidas em contextos locais passam a circular em escala global, dissolvendo fronteiras nacionais da informação e inserindo a produção jornalística em ecossistemas informacionais transnacionais. Como observa Manuel Castells, a comunicação em rede reconfigura o poder simbólico ao deslocar a centralidade dos emissores tradicionais para fluxos informacionais distribuídos, nos quais a visibilidade e a influência dependem da lógica das redes digitais (CASTELLS, 2013).

Esse processo é intensificado no início do século XXI com a consolidação das redes sociais digitais, que transformam o consumo de informação em uma prática interativa e performativa. Os usuários deixam de ser apenas receptores de conteúdos e passam a atuar como produtores, curadores e disseminadores de informações, expressando opiniões políticas, emocionais e identitárias em tempo real. A esfera pública digital, contudo, não se organiza mais como um espaço comum e homogêneo, mas como um conjunto fragmentado de públicos segmentados, conectados por afinidades temáticas, ideológicas e afetivas. A opinião pública, nesse cenário, deixa de ser massiva e passa a ser profundamente diferenciada, marcada por dinâmicas de segmentação e microdirecionamento.

Essa segmentação é inseparável do papel central que os dados passam a desempenhar na organização dos ambientes digitais. As plataformas coletam, armazenam e processam grandes volumes de dados derivados das interações cotidianas dos usuários, estruturando perfis demográficos, geográficos, comportamentais e psicográficos. Esses perfis tornam-se a base para a personalização de conteúdos, a recomendação algorítmica e a segmentação de campanhas patrocinadas, especialmente no campo político. Como argumenta Shoshana Zuboff, esse modelo inaugura o capitalismo de vigilância, no qual a experiência humana é convertida em matéria-prima para a extração de dados comportamentais, posteriormente comercializados em mercados de previsão e modulação do comportamento (Zuboff, 2019). As plataformas passam a conhecer, com alto grau de precisão, o que os indivíduos consomem, pesquisam, desejam e temem, redefinindo assim as formas de persuasão política e econômica.

Nesse contexto, as *big techs* adquirem um poder estrutural inédito frente às democracias contemporâneas. Ao controlar as infraestruturas de circulação da informação e os sistemas algorítmicos que organizam a visibilidade dos conteúdos, essas empresas passam a exercer influência direta sobre o debate público, as campanhas eleitorais e a formação de consensos e dissensos sociais. Autores como Tarleton Gillespie demonstram que as plataformas não são intermediárias neutras, mas atuam como curadoras ativas do discurso público, estabelecendo regras, classificações e hierarquias que moldam o que pode ser visto, dito e amplificado (GILLESPIE, 2018). A personalização algorítmica, ao mesmo tempo em que aumenta o engajamento, contribui para a formação de bolhas informacionais e câmaras de eco, nas quais os indivíduos são expostos majoritariamente a conteúdos que reforçam suas crenças e preferências prévias.

A partir da década de 2010, essas dinâmicas passam a ser associadas de forma crescente à intensificação da polarização política e à proliferação de discursos de ódio nos ambientes digitais. A arena pública online deixa progressivamente de operar como espaço de deliberação democrática e passa a se configurar como um campo de conflito ideológico permanente, no qual emoções negativas, desinformação e antagonismos identitários são amplificados por sistemas algorítmicos orientados à maximização do engajamento. Como aponta Zeynep Tufekci, a arquitetura das plataformas favorece a viralização de conteúdos polarizadores, produzindo efeitos sistêmicos sobre a qualidade do debate público e sobre a estabilidade das democracias (Tufekci, 2015).

Paralelamente, autores como Cass Sunstein alertam que a fragmentação extrema da esfera pública digital compromete a existência de experiências informacionais compartilhadas, fundamentais para a construção de consensos mínimos em sociedades democráticas (SUNSTEIN, 2018). Nesse cenário, o discurso de ódio, a radicalização e a deslegitimação do outro deixam de ser exceções e passam a integrar o funcionamento ordinário dos ecossistemas digitais.

Diante desse quadro, a possibilidade de regulamentação das mídias digitais emerge como um desafio recente e ainda em disputa. As democracias enfrentam dificuldades para regular plataformas globais cuja atuação transcende fronteiras nacionais, ao mesmo tempo em que precisam equilibrar princípios como liberdade de expressão, proteção de dados e integridade do debate público. A novidade histórica dessas tecnologias, aliada à velocidade de suas transformações, torna a regulação um campo tensionado entre interesses econômicos,

direitos fundamentais e soberania informacional. Assim, a trajetória dos ambientes digitais revela uma linha do tempo marcada pela passagem da comunicação de massa à comunicação segmentada por dados, da esfera pública agregativa à arena de conflitos ideológicos, e da mediação jornalística tradicional à governança algorítmica do discurso público, colocando em xeque os fundamentos normativos da democracia contemporânea.

1.2.5 Liberdade de expressão sob regime algorítmico: por que a regulação das mídias é condição da democracia

A liberdade de expressão constitui um dos pilares normativos das democracias modernas, mas sua centralidade histórica esteve associada a um contexto no qual a circulação da palavra dependia de instituições públicas, mediações jornalísticas e limites materiais claros. No ambiente digital contemporâneo, esse direito fundamental sofre uma mutação estrutural: deixa de operar apenas como garantia contra a censura estatal e passa a funcionar dentro de infraestruturas privadas orientadas pela lógica do engajamento, da predição comportamental e da mercantilização da atenção. Nesse novo regime, a liberdade de expressão, longe de assegurar o pluralismo democrático, pode converter-se em vetor de dominação simbólica, desinformação sistêmica e corrosão das condições do juízo público.

A tradição liberal clássica, formulada por Mill (1999), concebe a liberdade de expressão como instrumento de busca da verdade e como proteção contra o arbítrio do poder. O "princípio do dano" pressupõe que a livre circulação de ideias, mesmo falsas ou ofensivas, fortalece a razão pública ao permitir o confronto argumentativo. Contudo, esse modelo normativo parte de uma concepção comunicacional baseada em sujeitos racionais, simetria informacional e publicidade dos critérios de circulação do discurso. Tais pressupostos deixam de se sustentar em ambientes digitais governados por algoritmos opacos, nos quais a visibilidade não resulta do mérito argumentativo, mas da capacidade de gerar reações emocionais mensuráveis.

Autores como Dworkin (2006) já indicavam que a liberdade de expressão não é um valor absoluto, mas uma condição moral da democracia, fundada na reciprocidade entre cidadãos capazes de se reconhecer mutuamente como participantes de um mesmo processo deliberativo. Quando o discurso público passa a ser sistematicamente distorcido por arquiteturas técnicas que privilegiam o sensacionalismo, o ódio e a polarização, essa

reciprocidade se rompe. A liberdade deixa de garantir o dissenso racional e passa a legitimar práticas comunicacionais que minam a própria possibilidade de convivência democrática.

A crítica contemporânea da tecnologia aprofunda esse diagnóstico ao demonstrar que os algoritmos não são instrumentos neutros. Rouvroy e Berns (2013) descrevem a emergência da governamentalidade algorítmica, na qual o poder não atua por meio da norma jurídica ou do debate público, mas pela antecipação estatística do comportamento. Nesse regime, a comunicação deixa de ser espaço de argumentação e torna-se mecanismo de modulação afetiva. A esfera pública é reconfigurada como ambiente de predição, no qual o cidadão é tratado como perfil e a liberdade como variável probabilística.

Zuboff (2019) demonstra que essa transformação está ancorada no capitalismo de vigilância, cujo modelo de negócios depende da extração massiva de dados comportamentais e da capacidade de influenciar condutas futuras. A liberdade de expressão, nesse contexto, é funcional ao sistema na medida em que alimenta fluxos contínuos de dados, engajamento e monetização. Não se trata, portanto, de repressão direta da fala, mas de sua captura econômica e política. Quanto mais o indivíduo se expressa, mais previsível e governável se torna. A ameaça à democracia não reside no silêncio imposto, mas na fala excessiva organizada por sistemas que lucram com a radicalização.

A literatura da comunicação e da teoria política aponta que a desinformação e o discurso de ódio não são desvios acidentais desse modelo, mas seus efeitos estruturais. Sunstein (2010) argumenta que ambientes informacionais não regulados tendem à fragmentação extrema, produzindo “câmaras de eco” que reforçam crenças prévias e inviabilizam consensos mínimos. Sartori (2001) já alertava para a mutação do cidadão em espectador, fenômeno que as plataformas digitais aprofundam ao converter a política em espetáculo algorítmico. Nesse cenário, a liberdade de expressão não amplia o debate, mas o dissolve em ruído, ressentimento e performatividade.

Diante desse quadro, a regulação das mídias digitais não pode ser compreendida como censura, mas como condição de possibilidade da própria liberdade democrática. O constitucionalismo contemporâneo reconhece que direitos fundamentais dependem de estruturas materiais que os tornem exercitáveis. Como observa José Afonso da Silva (2009), não existe liberdade sem ordenação jurídica compatível com a dignidade humana e com o interesse público. A ausência de regulação, longe de proteger a liberdade, transfere o poder de

governar o discurso público a corporações privadas que não respondem a critérios democráticos de transparência e responsabilidade.

Decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro e debates legislativos recentes indicam esse deslocamento conceitual: o foco deixa de ser o controle do conteúdo e passa a incidir sobre as condições estruturais de circulação da informação. Ramos (2022) defende a noção de democracia militante no ambiente digital, segundo a qual o Estado democrático não pode ser neutro diante de infraestruturas que ameaçam a integridade do processo deliberativo. Regular algoritmos, impor deveres de transparência e responsabilizar plataformas não significa limitar a expressão, mas restaurar o espaço público como bem comum.

Assim, a liberdade de expressão torna-se uma ameaça quando dissociada de responsabilidade, inteligibilidade e justiça informacional. Em ambientes algorítmicos opacos, a defesa irrestrita da liberdade equivale à legitimação da dominação privada do sensível. Regular as mídias digitais é, portanto, um imperativo democrático: não para silenciar vozes, mas para garantir que a fala não seja instrumentalizada contra as próprias condições da democracia. A tarefa política do presente não é escolher entre liberdade e regulação, mas reconhecer que, na era digital, não há liberdade sem regulação das infraestruturas que a moldam.

1.2.7 Análise Sociotécnica de Dados Informacionais: Entre Mineração Computacional e Hermenêutica Política

A utilização de técnicas de mineração de dados aplicadas a conteúdos informacionais — como notícias extraídas de portais digitais ou padrões de busca observados em ferramentas como o Google Trends — exige uma distinção metodológica fundamental entre dois regimes de análise distintos: a análise factual e a análise sociotécnica. Enquanto o jornalismo tradicional opera predominantemente na verificação factual de eventos, buscando confirmar acontecimentos, atores e circunstâncias específicas, a análise computacional da comunicação política concentra-se em compreender os padrões estruturais de produção, circulação e legitimação do discurso público em ambientes informacionais digitais.

Nesse sentido, os dados analisados nesta tese não são tratados como simples registros factuais de acontecimentos, mas como manifestações de um ecossistema comunicacional mais amplo, no qual narrativas, enquadramentos, emoções e disputas simbólicas se organizam de maneira sistemática. Como discutido anteriormente na literatura sobre big data e análise

computacional da política (Kitchin, 2014; boyd; Crawford, 2012; Grimmer; Stewart, 2013), os dados digitais não constituem espelhos transparentes da realidade social, mas artefatos produzidos por infraestruturas sociotécnicas específicas, mediadas por plataformas, algoritmos, rotinas jornalísticas e dinâmicas de atenção pública.

Dessa forma, a interpretação desses dados não busca reconstruir a verdade factual de cada evento analisado, mas identificar as arquiteturas simbólicas que organizam a visibilidade pública de determinados temas, atores e conflitos. Trata-se, portanto, de uma análise hermenêutica aplicada a sistemas informacionais, na qual os dados funcionam como indicadores indiretos das formas pelas quais sociedades contemporâneas produzem legitimidade, conflito e estabilidade simbólica em contextos de alta mediação tecnológica.

No campo da comunicação política e da ciência política contemporânea, esse tipo de abordagem permite identificar o que pode ser descrito como regimes simbólicos de legitimação. Esses regimes correspondem a padrões recorrentes de organização discursiva que estruturam a forma como acontecimentos são narrados, interpretados e absorvidos pela esfera pública digital. Entre os elementos que compõem esses regimes, destacam-se algumas dimensões analíticas recorrentes.

Uma primeira dimensão refere-se ao regime de poder discursivo, entendido como a organização hierárquica das vozes presentes no espaço informacional. Em ambientes midiáticos altamente institucionalizados, determinados atores — como autoridades estatais, especialistas, empresas de tecnologia ou líderes políticos — tendem a ocupar posições privilegiadas de enunciação, enquanto outras vozes permanecem periféricas ou marginalizadas.

Associado a esse aspecto encontra-se o processo de produção da legitimação, que corresponde aos mecanismos pelos quais determinadas interpretações dos acontecimentos são validadas institucionalmente. No jornalismo político contemporâneo, a legitimação frequentemente se ancora em instituições formais — tribunais, governos, organismos internacionais ou comunidades científicas — cuja autoridade simbólica confere credibilidade a determinadas narrativas.

Outro elemento central diz respeito aos processos de silenciamento discursivo, que não se manifestam necessariamente como censura explícita, mas como exclusão temática ou invisibilização de determinadas interpretações. Como demonstrado pela literatura crítica da

comunicação, os sistemas midiáticos não apenas tornam certos temas visíveis, mas também delimitam aquilo que permanece fora do debate público.

A dinâmica da cobertura política também tende a favorecer a personificação dos conflitos, processo pelo qual disputas estruturais são narradas por meio da centralidade de personagens específicos. Nesse movimento, atores políticos ou institucionais passam a concentrar a narrativa pública, transformando conflitos complexos em confrontos simbólicos entre indivíduos ou lideranças.

Essa lógica frequentemente conduz à mitificação de atores políticos, na qual determinados personagens são construídos narrativamente como arquétipos — heróis, vilões, salvadores ou ameaças — simplificando disputas institucionais complexas em narrativas moralizadas e emocionalmente mobilizadoras.

Nesse contexto emerge também a dimensão da economia emocional da comunicação política. Como apontam estudos recentes sobre emoções públicas, a circulação de informações em ambientes digitais é fortemente estruturada por sentimentos coletivos como confiança, medo, indignação ou esperança. Esses regimes emocionais funcionam como dispositivos de estabilização ou intensificação do conflito político, modulando a forma como os acontecimentos são percebidos pelo público.

Entre esses elementos emocionais, destaca-se a confiança institucional, frequentemente mobilizada como mecanismo de estabilização simbólica em contextos de crise. Narrativas que enfatizam a previsibilidade das instituições, a legalidade das decisões ou a continuidade da ordem democrática tendem a funcionar como dispositivos de contenção da incerteza pública.

Em contrapartida, observa-se também a presença de estratégias de desconfiança seletiva, nas quais a autoridade de determinadas instituições ou atores é progressivamente erodida por meio de narrativas que questionam sua legitimidade, competência ou imparcialidade. Esse processo pode operar tanto como instrumento de crítica democrática quanto como estratégia de desestabilização discursiva.

Outro mecanismo recorrente é a judicialização da política, na qual conflitos originalmente políticos passam a ser interpretados e administrados no campo jurídico. Nesse processo, decisões judiciais, processos legais e interpretações constitucionais assumem centralidade narrativa, convertendo disputas políticas em controvérsias legais institucionalmente mediadas.

Paralelamente, observa-se a presença da espetacularização midiática, fenômeno pelo qual eventos políticos são narrados por meio de estruturas dramáticas, intensificando elementos de conflito, surpresa e emoção. Esse processo contribui para transformar acontecimentos políticos em narrativas altamente visíveis e emocionalmente mobilizadoras, integrando-os à lógica da economia da atenção que caracteriza os ecossistemas digitais contemporâneos.

Quando os eventos analisados dizem respeito ao campo da saúde pública — como no caso da pandemia de COVID-19 — outras dimensões sociotécnicas tornam-se particularmente relevantes. A primeira delas refere-se à produção da legitimidade científica, na qual especialistas, instituições de pesquisa e organismos internacionais assumem papel central na validação de informações e recomendações públicas.

Além disso, a análise informacional frequentemente revela a presença de narrativas relacionadas à infraestrutura sanitária, envolvendo capacidade hospitalar, sistemas de saúde e políticas de contenção epidemiológica. Essas narrativas articulam-se, por sua vez, com questões de infraestrutura econômica, uma vez que crises sanitárias produzem impactos diretos sobre atividades produtivas, mercados e políticas de proteção social.

Outro elemento recorrente é a dimensão da cooperação global, especialmente em contextos de crises transnacionais, nos quais organismos internacionais, redes científicas e acordos multilaterais passam a integrar o repertório narrativo da cobertura informacional.

Esses processos são profundamente influenciados pelo próprio ecossistema digital, composto por plataformas, redes sociais, algoritmos de recomendação e sistemas de indexação que organizam a circulação da informação em escala global.

Por fim, a análise dos dados informacionais frequentemente revela padrões associados à percepção social do risco, na qual a intensidade da atenção pública, observada por meio de indicadores como frequência de notícias ou volume de buscas online, funciona como um indicador indireto das preocupações coletivas em momentos de crise.

Assim, a análise realizada nesta tese não pretende substituir o trabalho jornalístico de verificação factual, mas operar em um nível distinto de observação: o nível das estruturas simbólicas, emocionais e institucionais que organizam a produção da realidade pública em sociedades profundamente mediadas por tecnologias digitais. A mineração computacional de dados informacionais permite, nesse sentido, observar padrões macroestruturais da

comunicação política e social que dificilmente seriam perceptíveis por meio da análise tradicional de eventos isolados.

Ao articular métodos computacionais, análise estatística e hermenêutica crítica, esta abordagem busca compreender não apenas o que aconteceu, mas como os acontecimentos são narrativamente organizados, emocionalmente modulados e institucionalmente legitimados no espaço público digital contemporâneo. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre os mecanismos sociotécnicos pelos quais dados, narrativas e emoções se convertem em instrumentos de governança simbólica nas democracias contemporâneas.

2. PARTE 1: TENDÊNCIAS DE BUSCA (*GOOGLE TRENDS*)

2.1 Caso 1: Infodemiologia da COVID-19: Análise da Evolução Temporal das Tendências de Busca no *Google Trends* em Países com Maior e Menor Número de Mortes

Síntese do Caso 1:

Contexto: A pesquisa situa-se na interseção entre Saúde Pública, Informática em Saúde e Comunicação. A pandemia de COVID-19 foi acompanhada por uma infodemia, um excesso de informação que dificultou a tomada de decisões. A infodemiologia, campo que estuda padrões informacionais em saúde digital, oferece ferramentas para analisar este fenômeno, utilizando dados como os do *Google Trends* para monitorar a atenção pública e a percepção de risco. Embora estudos prévios tenham explorado correlações entre buscas online e dados epidemiológicos, persistem lacunas na análise comparativa internacional estruturada, que articule padrões informacionais com fatores contextuais críticos, como gravidade pandêmica, infraestrutura de saúde, governança política e vulnerabilidade socioeconômica.

Analisar comparativamente como os padrões de busca online refletiram e responderam à pandemia de COVID-19 em diferentes países, examinando a interação entre comportamento informacional digital, eventos epidemiológicos, decisões políticas e contextos estruturais.

Metodologia: Adotou-se um desenho de pesquisa quantitativo, observacional e comparativo. Dados de interesse de busca foram coletados via *Google Trends* (biblioteca *PyTrends*) para 18 países (de alta e baixa mortalidade) entre 2020-2022. Termos foram organizados em cinco categorias (ex.: sintomas, orientações, economia, desinformação). A análise combinou séries temporais, matrizes de correlação e integração com indicadores epidemiológicos e socioeconômicos de fontes secundárias.

Resultados: Países mais afetados mostraram ecossistemas informacionais mais densos e voláteis. Padrões de busca por quarentena e vacinas apresentaram alta sincronia internacional, enquanto termos ligados à desinformação (ex.: cloroquina) e à crise econômica exibiram dinâmicas mais localizadas e correlacionadas com contextos políticos e vulnerabilidades estruturais específicas.

Conclusões: A infodemia é um fenômeno sociotécnico condicionado por fatores estruturais. O estudo demonstra a utilidade dos dados de busca para a infovigilância, recomendando sua integração em sistemas de alerta precoce e comunicação em saúde, desde que considerados os contextos locais e salvaguardas éticas.

2.1.1 Introdução: Infodemia e Tomada de Decisão na COVID-19

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020, configurou-se como a mais ampla crise sanitária do século XXI, produzindo impactos simultâneos sobre sistemas de saúde, economias nacionais, estruturas de governança e dinâmicas informacionais globais. Paralelamente à rápida disseminação do vírus *SARS-CoV-2*, observou-se a emergência de um fenômeno igualmente crítico: a infodemia, caracterizada pela superabundância de informações — precisas, imprecisas e deliberadamente enganosas — que dificultou a compreensão pública da crise, comprometeu a tomada de decisão individual e coletiva e tensionou a capacidade de resposta institucional em saúde pública (*WHO*, 2020; ZIELINSKI, 2021).

A infodemia não se restringe à circulação de desinformação, mas envolve um ecossistema informacional saturado, no qual conteúdos científicos, comunicados institucionais, interpretações midiáticas e narrativas políticas coexistem e competem pela atenção pública. Nesse contexto, a distinção entre informação confiável, misinformação e desinformação torna-se progressivamente mais complexa, ampliando a ansiedade social e favorecendo comportamentos de risco, como a automedicação com substâncias sem comprovação científica e a hesitação vacinal (ISLAM et al., 2021; FITTLER et al., 2021). Evidências empíricas indicam que, durante a pandemia, uma parcela significativa das informações circulantes sobre vacinas e tratamentos apresentou caráter falso ou enganoso, com impactos diretos sobre a adesão às medidas sanitárias e sobre os desfechos epidemiológicos (ISLAM et al., 2021).

Diante desse cenário, a compreensão do comportamento informacional digital assume relevância estratégica para a Informática em Saúde e para os processos de tomada de decisão baseados em evidências. O interesse de busca online emerge como um proxy indireto, porém sensível, da percepção pública de risco, da confiança institucional e das respostas sociais às

políticas de saúde. É nesse contexto que a infodemiologia se consolida como campo interdisciplinar voltado ao estudo da distribuição, determinantes e impactos da informação em ambientes digitais, com o objetivo de subsidiar políticas públicas, estratégias de comunicação e sistemas de vigilância em saúde (EYSENBACH, 2002; 2011).

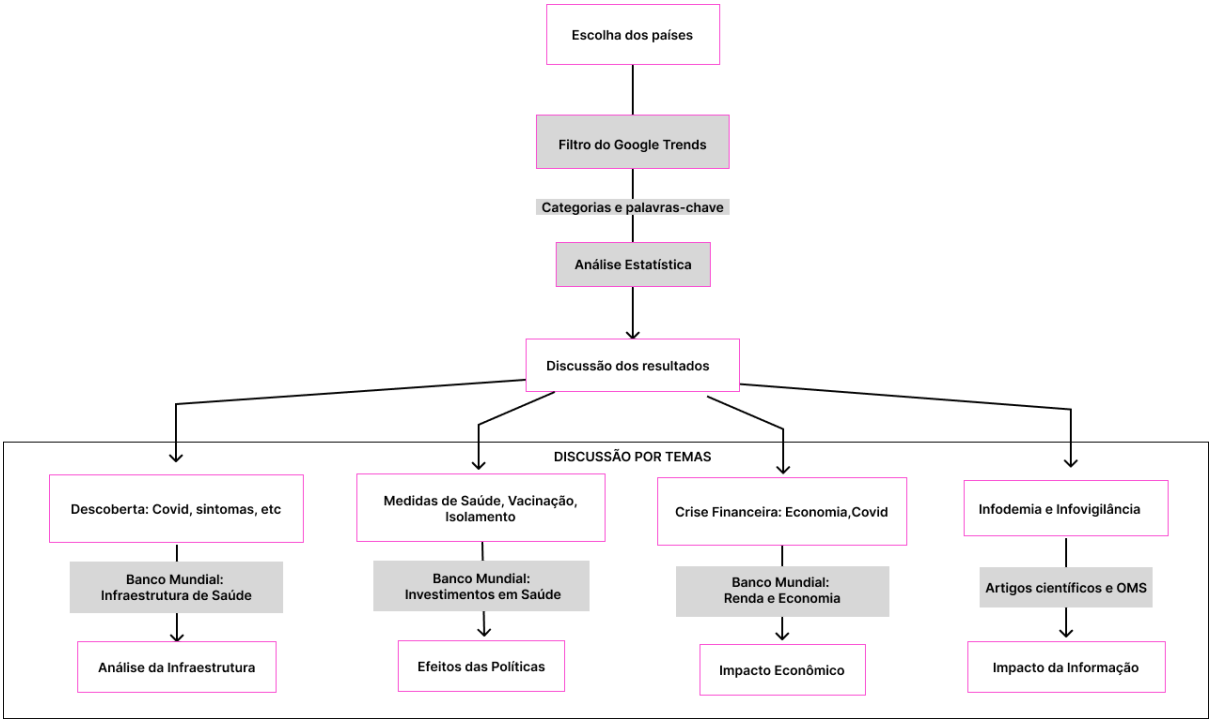
Desde sua formulação inicial, a infodemiologia evoluiu de análises focadas na previsão de surtos por meio de dados de busca para uma abordagem mais ampla, incorporando a vigilância de mídias sociais, a detecção de desinformação e a avaliação de campanhas de saúde pública (EYSENBACH, 2006; MACKEY et al., 2022). Ferramentas como o *Google Trends* tornaram-se centrais nesse processo, ao permitir o monitoramento contínuo e comparativo do interesse de busca em diferentes contextos geográficos e linguísticos, possibilitando a identificação de padrões temporais associados a eventos epidemiológicos, decisões políticas e fluxos de desinformação (MAVRAGANI; OCHOA, 2019; HIGGINS et al., 2020).

Durante a pandemia de COVID-19, múltiplos estudos demonstraram correlações significativas entre picos de busca por termos relacionados a sintomas, casos e vacinas e indicadores epidemiológicos reais, bem como a influência de discursos políticos e midiáticos sobre o interesse por tratamentos não comprovados, como cloroquina e ivermectina (FITTLER et al., 2021; CHEN et al., 2022). Apesar desses avanços, persistem lacunas relevantes na literatura, especialmente no que se refere à análise comparativa entre países com diferentes níveis de mortalidade, infraestrutura de saúde, mobilidade populacional e vulnerabilidade socioeconômica, bem como à integração crítica entre dados informacionais, contextos estruturais e processos decisórios.

Este estudo insere-se nesse debate ao investigar sistematicamente as tendências de busca no *Google Trends* durante a pandemia de COVID-19, a partir de um desenho analítico comparativo estruturado em critérios epidemiológicos objetivos, como número absoluto de mortes e taxas de mortalidade. Conforme sintetizado na Figura 1, a estratégia metodológica articula a seleção dos países, a definição de categorias informacionais e palavras-chave, a análise estatística dos dados e a discussão dos resultados por eixos temáticos inter-relacionados, permitindo examinar como dimensões associadas à descoberta da doença, às orientações em saúde, aos impactos econômicos e à infodemia se manifestaram em contextos contrastantes. Esse enquadramento possibilita analisar de forma integrada os

padrões de atenção pública, a percepção de risco e a resposta informacional à crise sanitária, considerando a interação entre fatores sanitários, econômicos e institucionais.

Figura 2. Estrutura do Estudo da Infodemiologia do Covid-19 com *Google Trends*



Fonte: autoria própria (2025). Desenvolvido com Figma..

Ao articular dados de busca com indicadores epidemiológicos e socioeconômicos provenientes de fontes institucionais consolidadas, como *Johns Hopkins University* e *Our World in Data*, o estudo busca compreender de que modo a infodemia se estruturou como fenômeno sociotécnico e decisional, influenciando comportamentos individuais, estratégias governamentais e dinâmicas de governança em saúde.

O objetivo central da pesquisa é analisar como padrões de busca online refletiram e responderam à evolução da pandemia de COVID-19 em diferentes países, identificando correlações entre interesse informacional, eventos epidemiológicos, decisões políticas e contextos socioeconômicos. Parte-se da hipótese de que países mais severamente afetados pela pandemia apresentaram ecossistemas informacionais mais densos e voláteis, com maior exposição à desinformação e maior interdependência entre preocupações sanitárias e

econômicas. Adicionalmente, investiga-se como fatores como mobilidade, confiança institucional e infraestrutura de saúde condicionaram a dinâmica informacional observada.

Ao oferecer uma análise quantitativa, comparativa e metodologicamente reprodutível do comportamento informacional digital durante a pandemia, este estudo contribui para o avanço da infodemiologia aplicada, fornecendo subsídios empíricos para o desenvolvimento de sistemas de infovigilância, estratégias de comunicação em saúde e políticas públicas baseadas em dados. Em um cenário no qual crises sanitárias futuras são consideradas prováveis, compreender a relação entre informação, decisão e governança torna-se não apenas relevante, mas indispensável para o fortalecimento da resiliência institucional e da saúde coletiva.

2.1.2 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, observacional e comparativa, fundamentada nos princípios da infodemiologia e da infovigilância, com o objetivo de analisar como o comportamento informacional digital refletiu e respondeu à pandemia de COVID-19 em diferentes contextos epidemiológicos, econômicos e socioculturais. A metodologia foi desenhada para garantir reprodutibilidade, comparabilidade internacional e robustez analítica, alinhando-se às boas práticas em Informática em Saúde e Ciência de Dados aplicadas à tomada de decisão.

2.1.2.1 Coleta de Dados de Interesse de Busca via *Google Trends*

Os dados de interesse de busca foram coletados a partir da plataforma *Google Trends,* utilizando-se a biblioteca *pytrends* em linguagem Python. A coleta foi realizada em ambiente computacional reprodutível por meio do Google Colab, permitindo a execução controlada dos scripts, versionamento do código e rastreabilidade das consultas.

A escolha do *Google Trends* justifica-se por sua ampla adoção em estudos de infodemiologia, dado que a plataforma fornece indicadores normalizados de interesse relativo de busca, os quais funcionam como proxies indiretos de atenção pública, percepção de risco e comportamento informacional em saúde (EYSENBACH, 2006; MAVRAGANI; OCHOA, 2019). A biblioteca pytrends foi selecionada por permitir acesso sistemático, automatizado e transparente aos dados, possibilitando a replicação das consultas a partir de parâmetros bem definidos, tais como termos de busca, intervalo temporal e localização geográfica.

O período analisado compreendeu 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022, abrangendo as principais fases da pandemia de COVID-19, incluindo a emergência inicial, os picos de transmissão, a implementação de medidas não farmacológicas e as campanhas de vacinação.

2.1.2.2 Seleção de Países e Critérios de Inclusão

A seleção dos países foi orientada por critérios epidemiológicos objetivos, visando maximizar a comparabilidade entre contextos contrastantes. Foram adotados dois critérios principais:

1. **Número absoluto de mortes por COVID-19**, representando o impacto total da pandemia.

2. **Taxa de mortalidade (mortes por milhão de habitantes)**, representando a gravidade relativa da pandemia em relação à população.

Com base nesses critérios, foram selecionados:

- Países entre os **mais afetados**, como Estados Unidos, Brasil, Índia, Rússia, México e Peru;
- Países entre os **menos afetados**, incluindo Butão, Tonga, Vanuatu, Samoa, Ilhas Marshall, Ilhas Faroe, Ilhas Cook, Palau e Saint Pierre e Miquelon.

As fontes epidemiológicas utilizadas para a definição desses critérios foram a *Johns Hopkins University* (2023) e a base *Our World in Data* (MATHIEU et al., 2020), amplamente reconhecidas por sua confiabilidade e padronização internacional.

Essa estratégia de amostragem permitiu comparar países continentais com alta mobilidade populacional e pequenos estados insulares com isolamento geográfico, ampliando a capacidade analítica do estudo.

Tabela 1. Idiomas e Países Pesquisados no *Google Trends*

Critérios	Posição	País	Idioma	Definição e Descoberta	Orientações	Economia	Proporções	*Fake News*
Maior número absoluto de mortes	1º	Estados Unidos	Inglês	*Whatis Covid-19?, COVID-19 symptoms, COVID-19 cases*	*WHO COVID-19 guidelines, COVID-19 mask, Socialdistancing*	*Pandemicu nemployment, COVID-19 economiccrisis*	*Quarantine, Lockdown*	*Chloroquine andIvermectin, COVID-19 vaccine*
Maior número absoluto de mortes	2º	Brasil	Português	*O que é Covid19?, COVID 19 sintomas, Casos COVID 19*	*Orientações OMS COVID 19, Máscara COVID 19, Distanciamento Social*	*Desemprego pandemia, Crise Econômica COVID 19*	*Quarentena, Lockdown*	*Cloroquina e Ivermectina, Vacina COVID 19*
Maior número absoluto de mortes	3º	Índia	Hindi	***कोविड 19 क्याहै?,कोविड 19 केलक्षण, कोविड 19 मामले***	***डब्ल्यूएचओकोविड 19 दिशानिर्देश, कोविड 19 मास्क, सामाजिकदूरी***	***महामारीबेरोजगारी, कोविड 19 आर्थिकसंकट***	***संगरोध, लॉकडाउन***	***क्लोरोक्वीन औरइवरमेक्टिन, कोविड 19 वैक्सीन***
Maior número absoluto de mortes	4º	Rússia	Russo	*Чтотакое COVID-19?, Симптомы COVID-19, Случаи COVID-19*	*Рекомендации ВОЗ по COVID-19, Маска COVID-19, Социальноедистанцирование*	*Безработица в пандемию, Экономическийкризис COVID-19*	*Карантин, Локдаун*	*Хлорохин и Ивермектин, Вакцина COVID-19*
Maior número absoluto de mortes	5º	México	Espanhol	*¿Qué es Covid-19?,Síntomas de Covid-19, Casos de Covid-19*	*Directrices de la OMS sobre Covid-19, Mascarilla para Covid-19, Distanciamiento social*	*Desempleo pandémico, Crisis económica por Covid-19*	*Cuarentena, Confinamiento*	*Cloroquina e Ivermectina, Vacuna Covid-19*
Maior número absoluto de mortes	6º	Peru	Espanhol	*¿Qué es Covid-19?,Síntomas de Covid-19, Casos de Covid-19*	*Directrices de la OMS sobre Covid-19, Mascarilla para Covid-19, Distanciamiento social*	*Desempleo pandémico, Crisis económica por Covid-19*	*Cuarentena, Confinamiento*	*Cloroquina e Ivermectina, Vacuna Covid-19*

Maior taxa de mortalidade	1º	Peru	Espanhol	*¿Qué es Covid-19?,Síntomas de Covid-19, Casos de Covid-19*	*Directrices de la OMS sobre Covid-19, Mascarilla para Covid-19, Distanciamiento social*	*Desempleo pandémico, Crisis económica por Covid-19*	*Cuarentena, Confinamiento*	*Cloroquina e Ivermectina, Vacuna Covid-19*
Maior taxa de mortalidade	2º	Bulgária	Búlgaro	*Какво е COVID-19?, Симптомина COVID-19, Случаина COVID-19*	*Насокина СЗО за COVID-19, Масказа COVID-19, Социалнадистанция*	*Пандемичн абезработица, Икономическакриза COVID-19*	*Карантина, Локдаун*	*Хлорохин и Ивермектин, Ваксинасрещу COVID-19*
Maior taxa de mortalidade	3º	Hungria	Húngaro	*Mi a COVID-19?, COVID-19 tünetei, COVID-19 esetek*	*WHO COVID-19 irányelvek, COVID-19 maszk, Társadalmitávolságtartás*	*Pandémiás munkanélküliség, COVID-19 gazdaságiválság*	*Karantén, Zárlat*	*Klorokin és Ivermektin, COVID-19 vakcina*
Menor número absoluto de mortes	1º	Butão	Dzongkha	❗(Tradução necessária para Dzongkha)	❗(Tradução necessária para Dzongkha)	❗(Tradução necessária para Dzongkha)	❗(Tradução necessária para Dzongkha)	❗(Tradução necessária para Dzongkha)
Menor número absoluto de mortes	2º	Tonga	Tonganês	*Ko e hā e Covid-19?,Ngaahifaka'ilonga'o e Covid-19, Ngaahikeisi'o e Covid-19*	*Ngaahifakahinohino'o e WHO ki he Covid-19, Matakamo e Covid-19, Tavilifakasosiale*	*Molemolelei'o e mo'ui, Lokafakalotofonua*	*Ngāuefakataha, To'ofakangofua*	*Koloquinemo e Ivermektine, Huhumalu'i' o e Covid-19*
Menor taxa de mortalidade	1º	Ilhas Faroe	Faroense	*Hvater COVID-19?, COVID-19 sjúkueyðkenni, COVID-19 tilburðir*	*WHO COVID-19 leiðbeiningar, COVID-19 maska, Almennfjarlægð*	*Pandemiarbeiðsloysi, COVID-19 búskaparkreppa*	*Karantena, Avbyrging*	*KlórókínogIvermektín, COVID-19 koppseting*
Menor taxa de mortalidade	2º	Ilhas Cook	Inglês	*Whatis Covid-19?, COVID-19 symptoms, COVID-19 cases*	*WHO COVID-19 guidelines, COVID-19 mask, Socialdistancing*	*Pandemicu nemployment, COVID-19 economiccrisis*	*Quarantine, Lockdown*	*Chloroquine andIvermectin, COVID-19 vaccine*

Menor taxa de mortalidade	3º	Palau	Inglês	*Whatis Covid-19?, COVID-19 symptoms, COVID-19 cases*	*WHO COVID-19 guidelines, COVID-19 mask, Socialdistancing*	*Pandemicunemployment, COVID-19 economiccrisis*	*Quarantine, Lockdown*	*Chloroquine andIvermectin, COVID-19 vaccine*
Menor taxa de mortalidade	4º	Saint Pierre	Francês	*Qu'est-ce que la Covid-19?,Symptômes de la Covid-19, Cas de la Covid-19*	*Directives de l'OMSsurla Covid-19, Masque Covid-19, Distanciation sociale*	*Chômage pandémique, Crise économique de la Covid-19*	*Quarantaine, Confinement*	*Chloroquine et Ivermectine, Vaccin Covid-19*
Menor taxa de mortalidade	5º	Miquelon	Francês	*Qu'est-ce que la Covid-19?,Symptômes de la Covid-19, Cas de la Covid-19*	*Directives de l'OMSsurla Covid-19, Masque Covid-19, Distanciation sociale*	*Chômage pandémique, Crise économique de la Covid-19*	*Quarantaine, Confinement*	*Chloroquine et Ivermectine, Vaccin Covid-19*

Legenda :Dados consultados no Google Trends, entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022 Fonte: Autoria própria, 2025.

2.1.2.3 Definição e Justificativa dos Termos de Busca

Os termos de busca foram definidos a partir de critérios teóricos, institucionais e empíricos, com o objetivo de representar diferentes dimensões do ecossistema informacional em saúde durante a pandemia. A seleção não foi arbitrária, mas fundamentada na literatura de infodemiologia, nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e em estudos prévios sobre comportamento informacional em crises sanitárias.

Os termos foram organizados em cinco categorias analíticas, cada uma correspondendo a um construto informacional específico:

- **Definição e descoberta**: termos relacionados à literacia em saúde e compreensão inicial da doença (ex.: “O que é COVID-19?”, “COVID-19 sintomas”);
- **Orientações institucionais**: termos associados à confiança em autoridades sanitárias e adoção de medidas preventivas (ex.: “Orientações OMS”, “Máscara COVID-19”, “Distanciamento social”);

- **Economia**: termos que refletem vulnerabilidade socioeconômica e impactos indiretos da pandemia (ex.: “Desemprego pandemia”, “Crise econômica COVID-19”);
- **Proporções e medidas de contenção**: termos relacionados à percepção de risco e políticas públicas (ex.: “Quarentena”, “*Lockdown*”);
- **Desinformação (*fake news*)**: termos associados a tratamentos não comprovados amplamente disseminados no debate público (ex.: “Cloroquina”, “Ivermectina”).

Os termos foram traduzidos e adaptados linguisticamente para os idiomas oficiais dos países incluídos no estudo, garantindo comparabilidade regional e evitando vieses semânticos.

2.1.2.4 Limitações Intrínsecas do *Google Trends*

Reconhecendo as limitações metodológicas da plataforma *Google Trends*, este estudo adota uma postura analítica cautelosa. Os dados fornecidos são relativos, e não absolutos, sendo normalizados em uma escala de 0 a 100, onde o valor máximo representa o pico de interesse dentro do período analisado.

Consequentemente, valores elevados não indicam maior volume absoluto de buscas, mas maior proporção relativa em determinado contexto geográfico e temporal. Essa característica pode levar países com menor população a apresentarem pontuações superiores às de países mais populosos.

Adicionalmente, distingue-se entre termos de busca e tópicos, uma vez que tópicos agregam múltiplas expressões semanticamente relacionadas, podendo gerar sobreposições analíticas. Para mitigar esse risco, o presente estudo priorizou termos de busca específicos, reduzindo ambiguidades interpretativas.

Essas limitações não invalidam os resultados, mas delimitam seu escopo interpretativo, reforçando a necessidade de triangulação com dados epidemiológicos e socioeconômicos externos.

2.1.2.5 Métodos de Análise Estatística e Visualização

Os dados coletados foram submetidos a procedimentos de normalização e análise estatística exploratória. Inicialmente, os termos de busca foram agrupados por categoria temática, e suas variâncias foram calculadas com o objetivo de avaliar a dispersão e a intensidade das flutuações ao longo do tempo.

Em seguida, foram construídas matrizes de correlação entre os países, permitindo identificar padrões de similaridade e divergência no comportamento informacional durante a pandemia. As correlações foram interpretadas conforme os seguintes critérios:

- Valores próximos de +1 indicam correlação positiva forte;
- Valores próximos de −1 indicam correlação negativa forte;
- Valores próximos de 0 indicam ausência ou fraqueza de correlação.

Os resultados foram visualizados por meio de *heatmaps*, utilizando a biblioteca *ComplexHeatmap*, com escalas cromáticas variando do azul (correlação negativa) ao vermelho (correlação positiva). Elementos visuais, como bandeiras nacionais, foram incorporados para facilitar a identificação de padrões regionais e comparações internacionais.

2.1.2.6 Considerações sobre Reprodutibilidade e Validação Metodológica

Todo o *pipeline* analítico foi desenvolvido de forma a permitir reprodutibilidade computacional, com código estruturado, parâmetros explícitos e fontes de dados documentadas. A metodologia adotada está alinhada a práticas consolidadas em estudos de infodemiologia e ciência de dados em saúde, garantindo consistência, transparência e validade analítica.

2.1.3 Resultados

Em um primeiro momento da análise, foram geradas séries temporais para cada pergunta, agrupadas por idioma. Em cada gráfico, as linhas representam os diferentes países que falam o respectivo idioma, permitindo a visualização das tendências de busca ao longo do tempo para cada pergunta.

2.1.3.1 Séries Temporais das Buscas Relacionadas por País

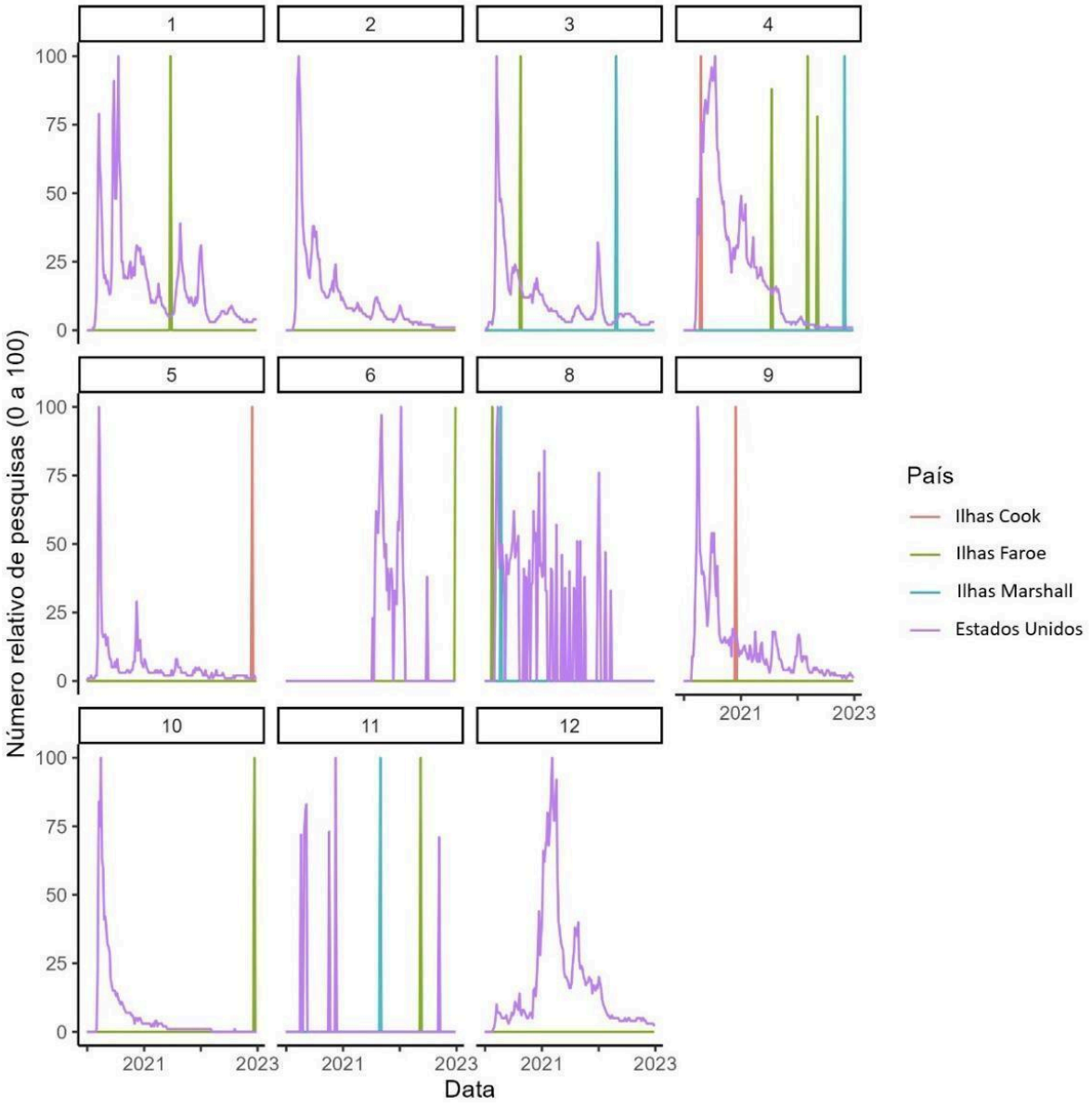
Em um primeiro momento da análise, foram geradas séries temporais para cada pergunta, agrupadas por idioma. Em cada gráfico, as linhas representam os diferentes países que falam o respectivo idioma, permitindo a visualização das tendências de busca ao longo do tempo para cada pergunta.

Para facilitar a análise, as variáveis 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 representam, respectivamente, os seguintes termos: COVID 19 sintomas, Casos COVID 19, Quarentena, Desemprego pandemia, *Lockdown*, Cloroquina e Ivermectina, O que é Covid 19?, Orientações OMS COVID 19, Máscara COVID 19, Distanciamento Social, Crise Econômica COVID 19 e Vacina COVID 19. Essas variáveis foram formuladas nos idiomas correspondentes aos países apresentados no tabela 1. Dessa forma, as séries temporais permitem uma comparação precisa entre as tendências de busca relacionadas à pandemia de Covid-19 nos diversos países que compartilham o mesmo idioma.

É importante destacar que, devido a limitações do *Google Trends*, alguns países podem não possuir informações suficientes sobre determinados termos, o que resulta na ausência da variável correspondente ao termo para esses países.

Considerando que alguns países apresentam dados faltantes para certos termos, optou-se por apresentar graficamente os resultados dos três principais idiomas com informações mais consistentes: inglês, espanhol e francês.

Figura 3. Séries Temporais das Buscas Relacionadas à Covid-19 por País - Inglês (Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall e Estados Unidos)

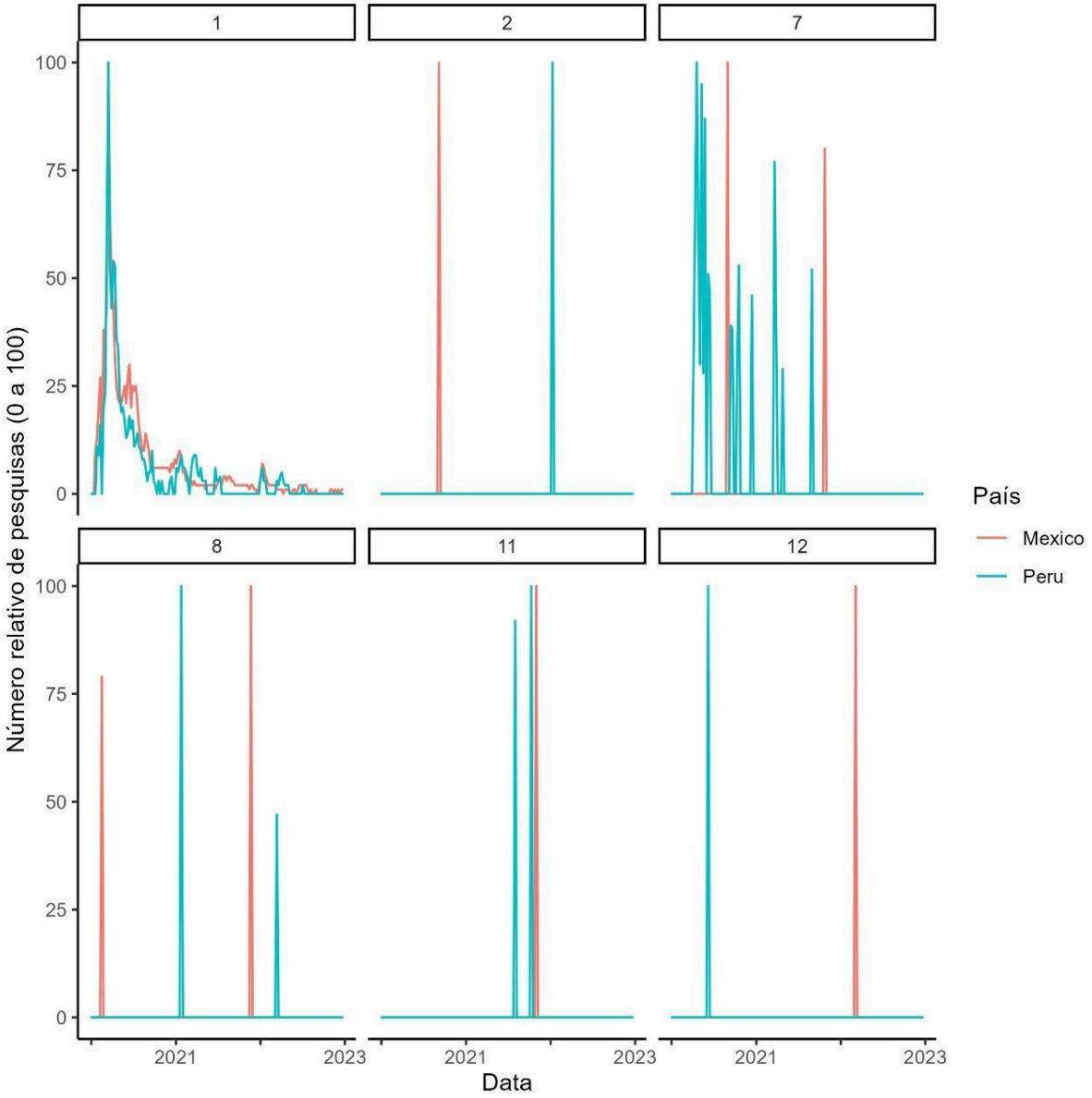


Fonte: Autoria própria (2025), gerado a partir dos dados da pesquisa com Software *R-Studio*.

A Figura 3 apresenta as séries temporais de buscas por diferentes termos relacionados à pandemia de Covid-19 nos países de língua inglesa. As linhas representam os diferentes países (Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall e Estados Unidos) e mostram o número relativo de pesquisas ao longo do tempo, de 2020 a 2023. Observa-se que os Estados Unidos (linha roxa) apresentam picos altos de buscas para a maioria dos termos, destacando-se em termos como "COVID 19 sintomas"(1), "Casos COVID 19"(2), "Desemprego Pandemia"(4) e "Vacina COVID 19"(12). Já países menores, como Ilhas Cook, Ilhas Faroé e Ilhas Marshall,

exibem comportamentos mais esparsos, com alguns termos sendo pouco ou nada pesquisados ao longo do tempo, evidenciando as limitações de dados nessas regiões devido ao volume de buscas reduzido.

Figura 4. Séries Temporais das Buscas Relacionadas à Covid-19 por País - Espanhol (México e Peru)



Fonte: Autoria própria (2025), gerado a partir dos dados da pesquisa com Software *R-Studio*.

A Figura 4 apresenta as séries temporais das buscas relacionadas à Covid-19 no México (linha laranja) e no Peru (linha azul). Observa-se que, para ambos os países, as buscas pelos termos ocorreram de forma esporádica, ou seja, com grandes aumentos e quedas em diferentes momentos. Isso pode ser reflexo de eventos públicos ou governamentais ocorridos em cada país na época. Na pergunta 1, onde foi possível observar um maior volume de dados que se manteve constante ao longo do tempo para ambos os países, percebe-se que ambas as séries seguem comportamentos extremamente parecidos, o que sugere que a preocupação geral da população dos dois lugares quanto aos sintomas do Covid seguiu a mesma distribuição ao longo do primeiro ano de pandemia, o que pode ser sinal que a experiência da pandemia em ambos os lugares seguiu o mesmo ritmo nesse período de tempo.

É relevante mencionar que, como a ferramenta do *Google Trends* fornece os dados 8 com base numa escala relativa do número de pesquisas, para termos que nãosão muito populares ou que tiveram um pico pontual de popularidade anormal, é comum que os dados se apresentem apenas como picos (geralmente de 100), como pode ser visto na maioria dos gráficos de séries temporais acima. Esse fator impede uma análise mais detalhada do comportamento longitudinal da pesquisa pelos termos, mas ainda possibilita observar em quais dias ou momentos do ano certas pesquisas tiveram seu auge de popularidade em uma região.

2.1.3.2 Análise de Correlação entre os Termos de Busca entre Países

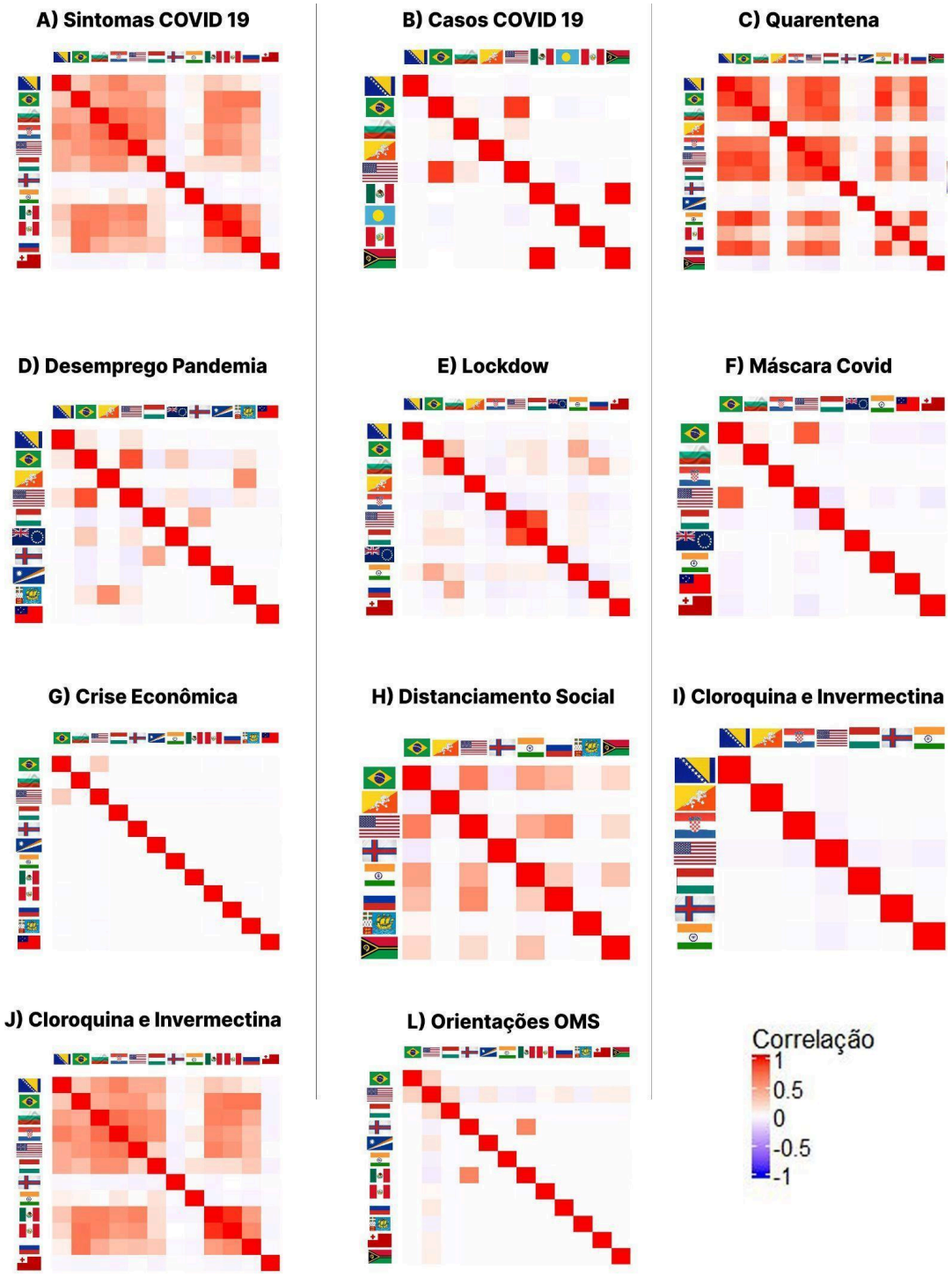
Em um segundo momento da análise, foram calculadas as correlações entre os termos de busca relacionados à Covid-19 para os diferentes países analisados, com o objetivo de identificar padrões de co-variação temporal no interesse informacional. Essa abordagem permite avaliar em que medida diferentes países apresentaram dinâmicas semelhantes ou divergentes de atenção pública em torno de temas sanitários, sociais, econômicos e políticos associados à pandemia.

Os cálculos de correlação foram realizados no software *R*. Inicialmente, os termos de busca foram organizados por categorias conceituais, posteriormente normalizados, e teve-se sua variância estimada. A partir desses dados, foi construída a matriz de variância-covariância entre os países, que serviu de base para a geração dos mapas de calor (*heatmaps*). Esses

gráficos evidenciam a intensidade das correlações entre os países, variando de −1 (correlação negativa) a +1 (correlação positiva perfeita).

Os resultados são apresentados de forma consolidada na Figura 5, que reúne todos os mapas de correlação em subpainéis identificados de 5-A a 5-J, permitindo uma análise comparativa entre os diferentes temas investigados.

Figura 5. Correlações entre os países sobre a busca



Fonte: autoria própria (2025), gerado a partir dos dados da pesquisa com Software *R-Studio*.

2.1.3.3 Sintomas da Covid-19

O subpainel Figura 5-A apresenta as correlações entre os países para o termo *"Sintomas COVID-19"*. Observa-se um padrão geral de correlações moderadas a altas entre diversos pares de países, indicando uma dinâmica relativamente sincronizada de interesse por sintomas ao longo do tempo. Destacam-se correlações mais intensas entre países da América Latina, sugerindo trajetórias informacionais semelhantes durante os picos da pandemia.

2.1.3.4 Casos de Covid-19

No subpainel Figura 5-B, referente ao termo *"Casos COVID-19"*, as correlações mostram-se mais heterogêneas. Alguns pares de países apresentam correlações elevadas, enquanto outros exibem valores baixos ou próximos de zero. Esse padrão sugere que o interesse por informações sobre casos confirmados não evoluiu de maneira uniforme entre os países, possivelmente refletindo diferenças nos calendários epidemiológicos, políticas de testagem e divulgação de dados.

2.1.3.5 Quarentena

O subpainel Figura 5-C, relativo ao termo *"Quarentena"*, indica correlações elevadas entre a maioria dos países analisados, com valores próximos de 1 em diversos pares. Esse resultado sugere uma forte sincronização global no interesse por medidas de isolamento, especialmente nos períodos iniciais da pandemia. Em contraste, alguns países apresentam correlações mais baixas em relação ao conjunto, indicando trajetórias informacionais menos alinhadas.

2.1.3.6 Desemprego durante a Pandemia

A **Figura 5-D** apresenta as correlações associadas ao termo *"Desemprego Pandemia"*. Observa-se um padrão de correlações predominantemente baixas entre a maioria dos países, com poucos pares exibindo valores moderados. Esse resultado indica que a preocupação informacional com o desemprego ocorreu de forma menos sincronizada internacionalmente, possivelmente refletindo diferenças nos impactos econômicos, políticas de proteção social e momentos de agravamento das crises nacionais.

2.1.3.7 *Lockdown*

No subpainel Figura 5-E, referente ao termo *"Lockdown"*, as correlações entre os países são, em geral, baixas a moderadas, com alguns agrupamentos pontuais de maior similaridade. Esse padrão sugere que as buscas relacionadas ao *lockdown* ocorreram em momentos distintos entre os países, refletindo a adoção desfasada dessa política pública ao longo da pandemia.

2.1.3.8 Uso de Máscaras

A Figura 5-F, que representa o termo *"Máscara COVID"*, apresenta correlações predominantemente baixas entre os países, com poucos pares exibindo valores mais elevados. Esse resultado indica que o interesse por máscaras variou consideravelmente entre contextos nacionais, possivelmente influenciado por diferenças nas recomendações oficiais, disponibilidade do equipamento e disputas políticas em torno do seu uso.

2.1.3.9 Crise Econômica

No subpainel Figura 5-G, relativo ao termo *"Crise Econômica"*, observa-se um padrão de correlações fracas entre a maioria dos países. Mesmo os maiores valores observados permanecem moderados, sugerindo que a atenção informacional sobre a crise econômica associada à pandemia ocorreu de forma fragmentada e pouco sincronizada entre os diferentes contextos nacionais.

2.1.3.10 Distanciamento Social

A Figura 5-H, referente ao termo *"Distanciamento Social"*, revela correlações moderadas entre alguns países, mas sem um padrão global homogêneo. O interesse por esse tema parece ter variado conforme o estágio da pandemia e as orientações sanitárias locais, resultando em uma estrutura de correlação intermediária entre os países analisados.

2.1.3.11 Cloroquina e Ivermectina

O subpainel Figura 5-I apresenta as correlações para o termo *"Cloroquina e Ivermectina"*. Observa-se um padrão de correlações muito concentrado em poucos pares de países, com valores elevados apenas em contextos específicos, enquanto a maioria dos países apresenta correlações próximas de zero. Esse resultado sugere que o interesse por esses

medicamentos foi fortemente localizado e associado a contextos políticos e discursivos particulares.

2.1.3.12 Orientações da Organização Mundial da Saúde

Por fim, a Figura 5-J, relativa ao termo *"Orientações OMS"*, mostra correlações geralmente baixas entre os países, com poucos casos de correlação moderada. Esse padrão indica que a busca por orientações da Organização Mundial da Saúde não seguiu uma dinâmica global homogênea, refletindo diferenças na centralidade da OMS nos discursos públicos e nas estratégias nacionais de comunicação em saúde.

2.1.4 Discussão

A dinâmica informacional associada à pandemia de COVID-19 manifesta-se como um sistema relacional no qual comportamentos de busca, indicadores estruturais e contextos epidemiológicos se articulam de forma não linear. Os padrões empíricos indicam que a atenção pública à doença variou conforme a gravidade sanitária, a exposição econômica e a capacidade institucional, produzindo configurações informacionais distintas entre os países analisados. As séries temporais de interesse de busca e as associações estatísticas entre termos sanitários, econômicos e preventivos evidenciam que essas dimensões emergiram de maneira interdependente, refletindo respostas sociais a contextos prolongados de risco, instabilidade material e incerteza política.

Tabela 2. Séries Temporais das Buscas Relacionadas por País

Idioma	Países	Principais Achados	Observações
Inglês	Estados Unidos	Picos de busca para "COVID 19 sintomas", "Casos COVID 19", "Desemprego pandemia" e "Vacina COVID 19".	Reflete preocupações públicas alinhadas com eventos epidemiológicos e políticas de saúde.
	Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall	Buscas esparsas e menos consistentes, com alguns termos pouco ou nada pesquisados.	Volume reduzido de buscas devido ao menor tamanho populacional e acesso à internet.
Espanhol	México e Peru	Padrões semelhantes de busca, especialmente para "Sintomas de Covid-19" e "Casos de Covid-19".	Picos de busca coincidiram com eventos públicos ou governamentais, indicando experiência similar.
		Comportamento esporádico, com grandes aumentos e quedas nas buscas ao longo do tempo.	Atenção pública influenciada por eventos específicos.
Francês	Saint Pierre e Miquelon, Vanuatu	Buscas menos consistentes, com picos pontuais.	Menor exposição à pandemia ou menor atividade de busca nesses países.

Fonte: autoria própria, 2025.

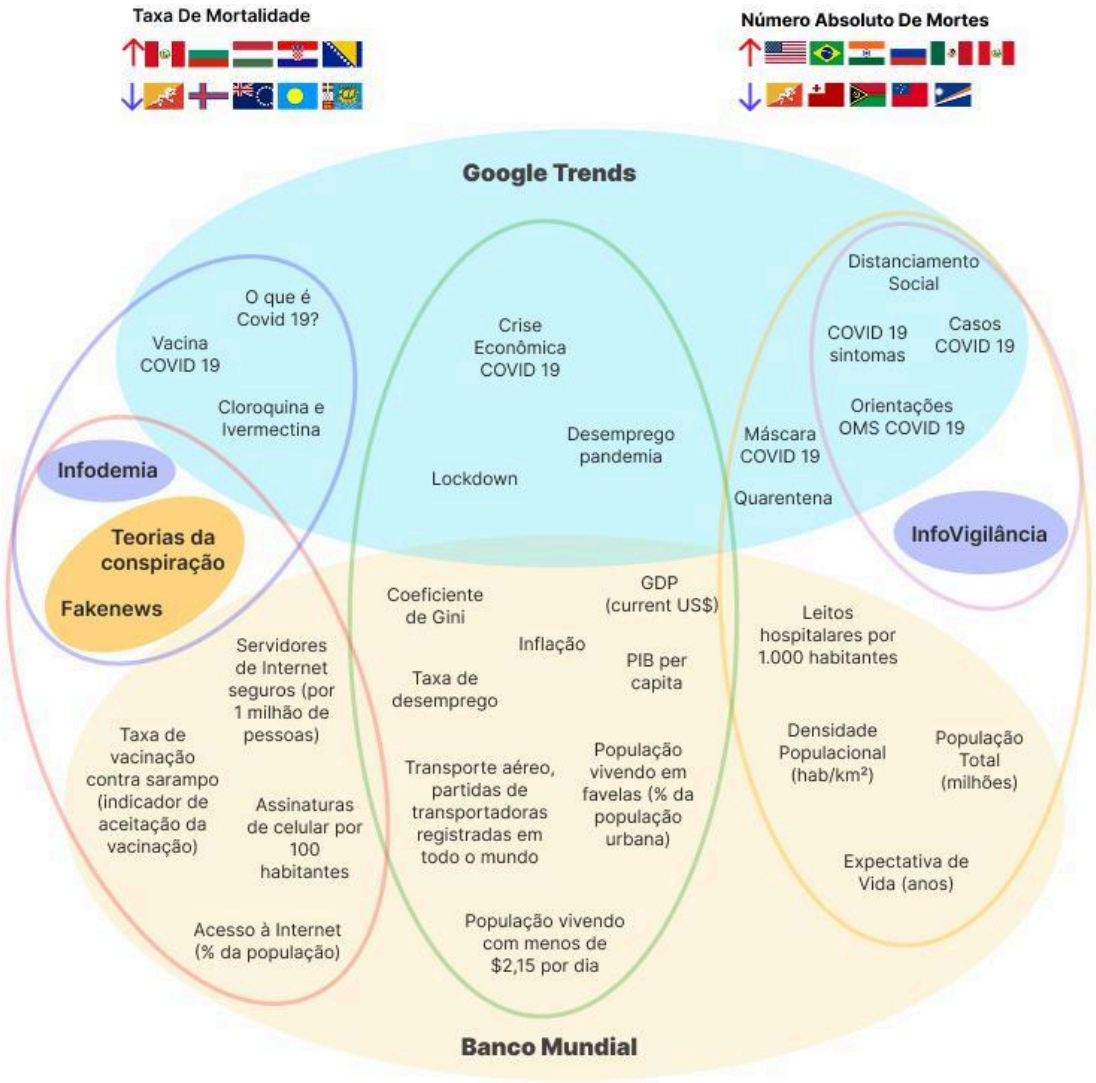
Tabela 3. Análise de Correlação entre os Termos de Busca entre Países

Termo de Busca	Países com Maior Correlação	Principais Achados	Contexto/Explicação
Sintomas COVID 19	Peru e México	Forte correlação nas buscas por sintomas.	Preocupações semelhantes com a saúde durante a pandemia.
Casos COVID 19	México e Vanuatu; Brasil e EUA	Correlação alta entre países com maior número de mortes..	Reflete a gravidade da pandemia nesses locais.
Quarentena	Maioria dos países	Correlação alta, exceto Butão, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall e Peru.	Medida amplamente adotada, mas com variações regionais.
Desemprego Pandemia	Estados Unidos e Brasil	Estados Unidos e Brasil Maior correlação entre países com impactos econômicos significativos.	Crises econômicas refletidas nas buscas.
Lockdown	Estados Unidos e Hungria	Correlação significativa, com baixas correlações entre outros países.	Implementação do *lockdown* em momentos diferentes em cada país.
Máscara COVID 19	Estados Unidos e Brasil	Forte correlação nas buscas por medidas preventivas.	Picos de busca alinhados com surtos e políticas de saúde.
Distanciamento Social	Estados Unidos e Brasil	Forte correlação nas buscas por medidas preventivas.	Padrões semelhantes de adoção de medidas de saúde pública.
Crise Econômica	Estados Unidos e Brasil	Correlação mais alta entre países com maior impacto econômico.	Buscas refletem preocupações com a economia durante a pandemia.
Vacina COVID 19	Brasil, Estados Unidos e Rússia	Forte correlação entre países que desempenharam papéis importantes no desenvolvimento de vacinas.	Reflete o envolvimento desses países na produção de vacinas (Pfizer, CoronaVac, Sputnik).

Fonte: autoria própria, 2025.

Essa interdependência revela que a busca por informação operou simultaneamente como estratégia de orientação prática, mecanismo de enfrentamento simbólico e indicador indireto das tensões estruturais que atravessaram a crise sanitária. A articulação entre variáveis informacionais e indicadores socioeconômicos torna visível que decisões políticas, infraestrutura de saúde, mobilidade populacional e vulnerabilidade social compuseram um mesmo ecossistema, no qual a circulação de informações científicas e desinformativas refletiu — e, em determinados contextos, amplificou — desigualdades preexistentes.

Figura 6. Modelo relacional dos fatores informacionais, sanitários e estruturais



Fonte: autoria própria, Baseado em World Bank (2025) e WHO (2025). Desenvolvido com Figma.

Ao evidenciar essas conexões, o conjunto analítico sustenta uma leitura sistêmica da infodemia, compreendida não apenas como excesso informacional, mas como fenômeno socialmente situado, sensível às condições materiais e institucionais que moldam a percepção de risco, a adesão às medidas de saúde pública e os limites da governança sanitária em contextos de crise.

2.1.4.1 Ecossistemas informacionais e gravidade da pandemia

A dinâmica informacional observada durante a pandemia de COVID-19 revela que a busca por informação não responde de maneira linear à presença do risco biológico, mas emerge como um fenômeno relacional, atravessado por gravidade epidemiológica, arquitetura institucional, condições materiais e regimes de circulação simbólica. A intensidade e a continuidade das buscas associadas à COVID-19, longe de constituírem um reflexo automático do avanço viral, configuram ecossistemas informacionais distintos, nos quais a informação opera simultaneamente como recurso cognitivo, dispositivo de governança e expressão de ansiedade social.

Os padrões empíricos evidenciam que países com maior número absoluto de casos e mortes, como Estados Unidos e Brasil, apresentaram séries temporais densas e persistentes de busca por termos relacionados a sintomas, casos confirmados, vacinação e medidas preventivas, bem como por expressões associadas a impactos econômicos. Essa continuidade informacional sugere que, em contextos de crise prolongada, a busca não se esgota em momentos pontuais de choque, mas se estabiliza como prática cotidiana de orientação diante da incerteza, corroborando a compreensão da infodemiologia como campo sensível à duração e à complexidade das crises sanitárias (Eysenbach, 2006; Mavragani & Ochoa, 2019). A correlação elevada entre termos sanitários e econômicos, observada especialmente entre Estados Unidos e Brasil, indica que a percepção da pandemia foi vivida como crise sistêmica, na qual saúde, trabalho e sobrevivência material se tornaram indissociáveis.

Em contraste, países insulares de baixa densidade populacional e reduzida mobilidade aérea, como Ilhas Cook, Ilhas Faroé e Ilhas Marshall, apresentaram comportamento informacional esparso, com baixos volumes e descontinuidade nas buscas. Esse padrão não pode ser interpretado como simples déficit de interesse ou de acesso digital, mas como efeito direto da menor circulação viral e da eficácia das políticas de fechamento de fronteiras. Nas Ilhas Cook, a quase inexistência de casos até 2023, associada a altas taxas de vacinação e controle rigoroso de entrada no território, reduziu a urgência informacional e, consequentemente, a necessidade de monitoramento cotidiano da pandemia por meio de buscas online (Nuñez, 2022). De modo semelhante, nas Ilhas Faroé, a combinação entre isolamento geográfico, testagem em massa e rastreamento eficiente permitiu um controle sustentado da pandemia, ainda que com taxas elevadas de infecção per capita, deslocando a centralidade da busca informacional para momentos específicos e não contínuos.

A mobilidade populacional emerge, nesse contexto, como variável estruturante da ecologia informacional. Países com elevada conectividade aérea, como Estados Unidos, México e Peru, experimentaram rápida disseminação viral e introdução precoce de variantes, o que se refletiu em picos recorrentes de busca por termos como “quarentena”, “casos COVID-19” e “vacina COVID-19”. A associação entre mobilidade, transmissão e comportamento informacional reforça achados de Van Kessel et al. (2023), ao demonstrar que a infraestrutura de circulação global não apenas acelera epidemias, mas intensifica a demanda por informação digital em saúde, especialmente em contextos nos quais a resposta institucional é percebida como incerta ou fragmentada.

A densidade populacional e as fragilidades estruturais aprofundam esse quadro. No México e no Peru, a combinação entre alta mobilidade, pobreza estrutural e elevados gastos diretos com saúde produziu cenários nos quais a busca por informação se intensificou em paralelo ao colapso hospitalar e à incapacidade de absorção da demanda por cuidados (Poppe, 2020; *World Bank,* 2023a; *World Bank,* 2023b). A elevada letalidade observada nesses países não apenas ampliou a pressão sobre os sistemas de saúde, mas reconfigurou o comportamento informacional como tentativa de compensação simbólica frente à precariedade material. A busca, nesse sentido, passa a operar como substituto imperfeito da ausência de garantias institucionais.

Os dados de correlação entre termos reforçam que os ecossistemas informacionais não são compostos por eixos isolados, mas por camadas interdependentes. A forte associação entre buscas por sintomas, medidas preventivas e crise econômica indica que a experiência social da pandemia foi mediada por um entrelaçamento contínuo entre risco biológico, decisões políticas e insegurança material. Essa interdependência, visualmente sintetizada na articulação entre fatores sanitários, econômicos e comunicacionais, revela que a informação circulou como elemento estruturante da resposta social, ao mesmo tempo em que se tornou vetor de amplificação de tensões e incertezas.

Nesse sentido, a gravidade da pandemia não se traduz automaticamente em maior racionalidade informacional. Ao contrário, contextos de alta mortalidade e instabilidade institucional tendem a produzir ecossistemas informacionais saturados, nos quais a abundância de dados convive com ruído, contradição e sobreposição de narrativas. A busca por informação, embora intensa, não garante alinhamento com evidências científicas ou adesão eficaz às medidas de saúde pública, apontando para os limites da informação enquanto recurso decisional quando dissociada de confiança institucional e infraestrutura material adequada.

A análise do Eixo 1 permite, assim, compreender os ecossistemas informacionais digitais como sensores sociais da crise, capazes de captar variações na percepção coletiva do risco, mas profundamente condicionados por geografia, mobilidade, capacidade estatal e desigualdades estruturais. Essa constatação desloca a infodemiologia de uma leitura instrumental dos dados de busca para uma abordagem crítica, na qual a informação é entendida como prática social situada, atravessada por relações de poder, vulnerabilidade e governança, abrindo caminho para uma compreensão mais complexa da tomada de decisão em saúde pública.

2.1.4.2 Geografia, Mobilidade e Produção de Demanda Informacional em Saúde

Os resultados deste estudo indicam que a geografia atua como um moderador estrutural da demanda informacional em saúde, influenciando simultaneamente a circulação viral e os padrões de busca online durante a pandemia de COVID-19. A análise comparativa entre países insulares de baixa densidade populacional e nações continentais com alta mobilidade aérea e densidade demográfica revela que o comportamento de busca não responde apenas à presença do vírus, mas à percepção social de risco mediada por fatores territoriais, logísticos e estruturais.

Nos países insulares analisados, como Ilhas Cook, Ilhas Faroé, Ilhas Marshall e Palau, o isolamento geográfico possibilitou a implementação de políticas rigorosas de controle de fronteiras, reduzindo drasticamente a circulação viral e, consequentemente, a urgência informacional. Nas Ilhas Cook, a proibição de entrada de estrangeiros desde maio de 2020 resultou em apenas dois casos confirmados até janeiro de 2023, acompanhada de padrões esparsos e pouco consistentes de busca por termos como “COVID-19 sintomas” e “Casos COVID-19” (Nuñez, 2022). Esse comportamento sugere que, em contextos de baixa exposição epidemiológica, a busca por informação em saúde tende a assumir um caráter episódico, acionado apenas diante de eventos específicos, e não contínuo.

Situação semelhante foi observada nas Ilhas Faroé, que, apesar de registrarem alta taxa de infecção per capita (34 mil casos para uma população de aproximadamente 53 mil habitantes), conseguiram limitar a gravidade dos desfechos por meio de uma estratégia agressiva de testagem em massa, equivalente a 14 vezes o tamanho da população, e de um sistema eficaz de rastreamento de contatos. Até 2025, foram registradas apenas 28 mortes, com cobertura vacinal de aproximadamente 90% da população. Ainda assim, estudos locais identificaram efeitos persistentes da doença em cerca de metade dos infectados da primeira

onda, incluindo fadiga prolongada e perda de olfato e paladar, indicando que o controle territorial não elimina desafios de longo prazo associados à pandemia. Mesmo nesse contexto, a estabilidade sanitária inicial contribuiu para uma demanda informacional menos intensa e menos volátil.

Em contraste, países com elevada mobilidade populacional e conectividade aérea apresentaram padrões de busca significativamente mais intensos e reativos. Os Estados Unidos, por exemplo, registraram 8.005.775 partidas de transportadoras aéreas, segundo dados do Banco Mundial (World Bank, 2023p), o que facilitou a introdução precoce de variantes virais, como a Ômicron. Esse cenário esteve associado a picos pronunciados de busca por termos como “Quarentena”, “Casos COVID-19”, “COVID-19 sintomas” e “Vacina COVID-19”, frequentemente sincronizados com o aumento de casos e com anúncios de políticas públicas. Esses achados corroboram estudos que indicam que a mobilidade populacional não apenas amplifica a transmissão viral, mas também intensifica a demanda por informação digital em saúde, especialmente em países com infraestrutura de transporte consolidada (Van Kessel et al., 2023).

A análise de países latino-americanos com alta densidade populacional e vulnerabilidades estruturais, como México e Peru, reforça esse padrão. O México, com densidade de 66 habitantes por quilômetro quadrado e população estimada em 129,7 milhões, apresentou uma das maiores taxas de letalidade entre os países analisados, atingindo 10,5% dos casos confirmados. Além disso, 41,9% da população vive em situação de pobreza, e os gastos pessoais diretos com saúde representam 41% das despesas totais, o maior percentual entre os países estudados (Poppe, 2020; *World Bank*, 2023a; 2023b). Esses fatores contribuíram para uma busca informacional intensa, porém marcada por instabilidade e reatividade, refletindo não apenas a progressão da doença, mas a fragilidade estrutural do sistema de saúde.

No Peru, apesar da adoção precoce de uma quarentena geral obrigatória, a taxa de mortalidade permaneceu elevada (2,9%), e a precariedade estrutural limitou a eficácia das medidas de contenção. Com densidade populacional de 26 habitantes por quilômetro quadrado e população aproximada de 33,8 milhões, o país apresentou gastos pessoais diretos com saúde equivalentes a 28% das despesas totais (Poppe, 2020; *World Bank*, 2023a; 2023b). A mobilidade aérea, com 70.558 partidas de transportadoras registradas em 2023, contribuiu para a disseminação viral, enquanto os padrões de busca refletiram uma combinação de urgência sanitária e incerteza institucional.

A comparação com pequenos estados insulares, como Tonga (146 habitantes por quilômetro quadrado) e Ilhas Marshall (223 habitantes por quilômetro quadrado), reforça o papel moderador da geografia. Esses países registraram volumes significativamente menores de tráfego aéreo, com 5.255 e 2.478 partidas anuais, respectivamente, o que facilitou o controle da transmissão e reduziu a demanda por informações críticas sobre a pandemia (*World Bank*, 2023p). Em Palau, com cerca de 17,7 mil habitantes e densidade de 39 habitantes por quilômetro quadrado, a baixa mobilidade aérea e o isolamento territorial contribuíram para padrões informacionais mais estáveis e menos intensos.

De forma integrada, os achados indicam que a geografia não atua apenas como um pano de fundo físico da pandemia, mas como uma infraestrutura ativa da infodemiologia, modulando a intensidade, a frequência e a estabilidade da busca por informação em saúde. Em países insulares, o isolamento territorial funcionou como um amortecedor informacional, reduzindo a percepção de risco imediato e a necessidade de vigilância digital contínua. Já em países continentais com alta mobilidade e densidade populacional, a informação passou a desempenhar um papel central na gestão da incerteza, resultando em padrões de busca mais intensos, voláteis e frequentemente associados a contextos de vulnerabilidade estrutural.

Esses resultados reforçam a necessidade de que sistemas de vigilância digital em saúde considerem explicitamente fatores geográficos e de mobilidade na interpretação dos dados de busca online. A demanda informacional não pode ser compreendida apenas como reflexo direto da circulação viral, mas como um fenômeno sociotécnico mediado por território, infraestrutura e desigualdades estruturais. Incorporar essa perspectiva é fundamental para o uso responsável e eficaz de dados digitais no apoio à tomada de decisão em futuras crises sanitárias.

2.1.4.3 Cultura, Confiança Institucional e Regimes Informacionais na Pandemia de COVID-19

Os resultados evidenciam que fatores culturais desempenharam papel central na conformação dos padrões de busca por informações sobre a COVID-19, influenciando tanto a adesão às medidas sanitárias quanto a exposição à desinformação. A análise comparativa entre países com diferentes níveis de acesso à internet, confiança institucional e orientação política demonstra que o comportamento informacional não pode ser compreendido apenas como resposta direta à evolução epidemiológica, mas como um fenômeno profundamente mediado por valores culturais, lideranças políticas e estruturas de credibilidade social.

Países com elevado acesso à internet, como os Estados Unidos, onde 97% da população está conectada, e o Brasil, com 84% de acesso, apresentaram maior exposição à desinformação durante a pandemia, refletida em picos de busca por termos como “Cloroquina” e “Ivermectina” (*World Bank*, 2023e). Esses medicamentos, amplamente divulgados como tratamentos alternativos sem comprovação científica, circularam intensamente em plataformas digitais, sobretudo em contextos marcados por baixa confiança nas instituições de saúde. Estudos prévios apontam que a alta conectividade digital, quando não acompanhada por mecanismos eficazes de curadoria e educação midiática, favorece a disseminação de informações de baixa qualidade, como observado por Cuan-Baltazar et al. (2020) e Chen *et al.* (2022).

Nos Estados Unidos, a atuação do então presidente Donald Trump teve impacto direto sobre o regime informacional da pandemia. Ao promover publicamente o uso de hidroxicloroquina e cloroquina como tratamentos eficazes, apesar da ausência de evidências científicas, Trump contribuiu para picos significativos de busca por esses termos, especialmente entre seus apoiadores (Szmuda *et al.*, 2020). Esse comportamento esteve associado à rejeição de medidas preventivas, como o uso de máscaras e o distanciamento social, indicando que lideranças políticas funcionaram como vetores simbólicos de legitimação da desinformação, deslocando a autoridade científica no debate público.

Dinâmica semelhante foi observada no Brasil, onde o presidente Jair Bolsonaro minimizou reiteradamente a gravidade da pandemia, criticou medidas de isolamento social e promoveu medicamentos não comprovados, como cloroquina e ivermectina. Esses discursos foram acompanhados por picos de busca por tais termos durante pronunciamentos oficiais, refletindo a influência direta da liderança política sobre o comportamento informacional da população (Sauvayre, 2023). A polarização política e a desconfiança nas instituições de saúde contribuíram para uma adesão desigual às medidas sanitárias e para maior aceitação de *fake news,* agravando a fragmentação da resposta à crise.

A confiança institucional mostrou-se um fator decisivo na modulação da hesitação vacinal e dos padrões de busca. Países com alta cobertura vacinal contra o sarampo, como Hungria e Butão, ambos com 99% de imunização, apresentaram maior alinhamento entre as buscas por “Vacina COVID-19” e as campanhas oficiais de imunização, refletindo confiança elevada nas instituições de saúde (*World Bank*, 2023e; AN *et al.*, 2021). Em contraste, o Brasil, apesar de manter 87% de cobertura vacinal contra o sarampo, apresentou apenas 41% de confiança nas campanhas de vacinação em 2025, segundo o Edelman Trust Barometer, além de um índice de percepção de corrupção de 34 pontos no CPI 2024 (EDELMAN, 2025).

Essa desconfiança institucional esteve associada à maior hesitação vacinal e à intensificação de buscas por conteúdos desinformativos.

Nos Estados Unidos, apenas 47% da população confiava nas recomendações governamentais para vacinação em 2025, cenário que se refletiu na persistência de buscas por medicamentos não comprovados e na resistência às diretrizes sanitárias. Esses achados reforçam que a confiança institucional atua como um fator protetor informacional, reduzindo a exposição à desinformação e favorecendo comportamentos de busca alinhados às evidências científicas.

O consumo de informação digital também variou de forma significativa entre os países analisados. Nos Estados Unidos, onde aproximadamente 90% da população tem acesso à internet e existem 187.747 servidores seguros por milhão de habitantes, observou-se uso intensivo de redes sociais e picos de busca por termos como "Máscara COVID-19" e "Distanciamento Social", especialmente após anúncios da Organização Mundial da Saúde e medidas governamentais (*World Bank*, 2023e; 2023n; Tsao *et al.*, 2021). No entanto, a exposição simultânea a informações contraditórias comprometeu a adesão consistente às diretrizes sanitárias.

No Brasil, com 74,9% da população conectada e apenas 5.629 servidores seguros por milhão de habitantes, a correlação entre buscas por termos preventivos coexistiu com picos de busca por "Cloroquina" e "Ivermectina", indicando a convivência entre informação científica e desinformação em um mesmo ecossistema digital. A elevada taxa de pobreza, que atinge 41,9% da população, e as desigualdades no acesso à saúde amplificaram os efeitos negativos desse ambiente informacional fragmentado (Poppe, 2020).

Em países com maior confiança institucional, como Hungria e Butão, os padrões de busca estiveram mais alinhados às campanhas oficiais, com menor exposição à desinformação e maior adesão às medidas sanitárias. Esses resultados destacam o papel da educação midiática, da comunicação pública consistente e da credibilidade institucional na mitigação dos efeitos da infodemia (Fastrez, 2024).

De forma integrada, os achados deste eixo indicam que a pandemia de COVID-19 revelou a existência de regimes informacionais culturalmente situados, nos quais acesso digital, confiança institucional e liderança política interagem para moldar o comportamento de busca. A infodemiologia, nesse contexto, não pode ser dissociada da cultura política e das estruturas de poder simbólico. A busca online emerge, assim, como indicador sensível não apenas da evolução epidemiológica, mas das tensões sociais, políticas e cognitivas que

atravessaram a resposta global à pandemia.

2.1.4.4 Decisões Políticas, Governança e Dinâmica Informacional na Pandemia de COVID-19

Os resultados evidenciam que as decisões políticas adotadas durante a pandemia de COVID-19 exerceram papel central na conformação dos padrões de busca por informação, na adesão às medidas sanitárias e nos desfechos sociais, econômicos e psicológicos observados nos diferentes países analisados. Longe de operarem apenas como instrumentos administrativos de contenção epidemiológica, as políticas públicas atuaram como dispositivos estruturantes dos regimes informacionais da pandemia, modulando percepções de risco, níveis de incerteza social e comportamentos de busca online.

A análise comparativa demonstra que a temporalidade das decisões políticas foi um fator decisivo na estabilização ou intensificação da demanda informacional. Países que adotaram medidas rápidas, coordenadas e bem comunicadas, como a Hungria, apresentaram padrões de busca mais estáveis e alinhados às diretrizes oficiais, com menor volatilidade nos termos relacionados à pandemia. A implementação precoce de *lockdowns* e medidas não farmacêuticas contribuiu para a redução da transmissão viral e para a diminuição de picos abruptos de interesse informacional, conforme evidenciado por Röst *et al.* (2020). Nessas circunstâncias, as buscas por termos como "*Lockdown*" refletiram adesão social às políticas adotadas, indicando maior previsibilidade cognitiva e menor ansiedade coletiva.

Em contraste, países como Estados Unidos e Brasil, marcados por respostas iniciais tardias ou ambíguas, apresentaram padrões informacionais mais erráticos. A ausência de uma resposta coordenada no início da crise esteve associada a picos instáveis de busca por termos sanitários e econômicos, refletindo elevados níveis de incerteza e insegurança social. Esse cenário sugere que o atraso decisório não apenas amplia a disseminação do vírus, mas também intensifica a infodemia, ao estimular comportamentos reativos de busca e consumo de informação em ambientes digitais saturados.

A coerência institucional entre diferentes níveis de governo emergiu como outro determinante central dos regimes informacionais observados. Nos Estados Unidos e no Brasil, a fragmentação entre governos federais, estaduais e locais produziu mensagens contraditórias, afetando diretamente o comportamento informacional da população. No caso brasileiro, a dissonância entre o governo federal e os governos estaduais resultou em variações regionais significativas nas buscas por termos como "*Lockdown*" e "Distanciamento Social", indicando

adesões desiguais às medidas sanitárias (Kakisina *et al.*, 2022). De modo semelhante, nos Estados Unidos, a ausência de coordenação federal inicial contribuiu para oscilações acentuadas nos padrões de busca, conforme evidenciado na Tabela 1.

Esses achados corroboram a hipótese de que a incoerência institucional amplifica o ruído informacional e dificulta a construção de consensos públicos, aumentando a exposição à desinformação e reduzindo a eficácia das intervenções sanitárias. Embora governos subnacionais possam, em certos contextos, mitigar falhas federais, os dados indicam que a fragmentação decisória tende a elevar a instabilidade cognitiva coletiva, refletida em padrões erráticos de busca online.

A comunicação política, especialmente quando orientada por discursos que priorizam a economia em detrimento da saúde pública, mostrou-se igualmente relevante na configuração da dinâmica informacional. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego atingiu 14,7% em abril de 2020, a mais alta desde 1948, enquanto no Brasil a taxa de desemprego permaneceu elevada, alcançando 7,9% em 2023 (World Bank, 2023g). Esses impactos econômicos foram acompanhados por picos significativos de busca por termos como “Crise Econômica COVID-19” e “Desemprego Pandemia”, especialmente nos períodos de maior incerteza política e econômica.

A forte correlação observada entre Estados Unidos e Brasil para termos econômicos, conforme apresentado na Tabela 2, evidencia como discursos políticos que deslocam o foco da prevenção sanitária para a sobrevivência econômica reorientam as prioridades cognitivas da população. Nesses contextos, o comportamento informacional passa a refletir não apenas preocupações com a saúde, mas também estratégias de enfrentamento da precarização social, revelando a interdependência entre política econômica, comunicação pública e infodemiologia.

O impacto das decisões políticas sobre a saúde mental da população constitui outro eixo relevante deste debate. Estudos indicam que a duração e o rigor dos *lockdowns*, quando acompanhados de comunicação inconsistente ou contraditória, estiveram associados ao aumento das buscas por termos relacionados à saúde mental, como “Ansiedade”, “Depressão” e “Suicídio” (Filippis *et al.*, 2022). Nos Estados Unidos e no Brasil, a combinação de incerteza política, instabilidade econômica e desinformação exacerbou o sofrimento psíquico coletivo, refletido em padrões crescentes de busca por esses termos.

Em contraste, países como a Hungria, que adotaram políticas claras, coordenadas e comunicadas de forma consistente, apresentaram menor volatilidade nos indicadores informacionais relacionados à saúde mental. Esses resultados sugerem que a governança

política atua como mediadora psíquica da crise sanitária, influenciando não apenas os desfechos epidemiológicos, mas também o bem-estar psicológico da população.

De forma integrada, os achados deste eixo indicam que as decisões políticas operaram como um eixo sistêmico capaz de articular saúde, economia, confiança institucional e regimes informacionais. Conforme ilustrado na Figura 14, políticas públicas, infraestrutura de saúde, impactos econômicos e dinâmicas informacionais constituíram um sistema interdependente, no qual cada elemento afetou e foi afetado pelos demais. As correlações observadas entre termos sanitários, econômicos e preventivos (Tabela 2) reforçam que a resposta à pandemia não pode ser compreendida a partir de fatores isolados, mas como resultado de uma governança complexa e multidimensional.

Assim, este eixo demonstra que a decisão política não apenas regula a pandemia em termos biológicos, mas organiza os regimes informacionais que moldam a percepção de risco, a adesão social e o sofrimento coletivo. A infodemiologia, nesse contexto, emerge como ferramenta estratégica para avaliar, em tempo real, os efeitos das decisões públicas sobre o comportamento informacional, oferecendo subsídios fundamentais para o aprimoramento da governança em crises sanitárias futuras.

2.1.4.5 Infraestrutura de Saúde como Determinante Informacional

Os resultados indicam que a infraestrutura de saúde atuou como um determinante estrutural indireto dos padrões de busca por informação durante a pandemia de COVID-19. Embora variáveis como leitos hospitalares, capacidade de testagem e logística de vacinação não apareçam explicitamente como termos centrais de busca no *Google Trends*, elas condicionaram de maneira decisiva a intensidade, a volatilidade e o conteúdo das pesquisas realizadas pela população. Dessa forma, a infraestrutura sanitária operou como um determinante informacional invisível, moldando a ansiedade coletiva, a percepção de risco e os comportamentos de busca online.

2.1.4.5.1 Capacidade hospitalar e pressão assistencial

A disponibilidade de leitos hospitalares por mil habitantes mostrou-se um fator central na capacidade de resposta dos sistemas de saúde e na redução da pressão assistencial durante os picos da pandemia. Países com maior densidade de leitos apresentaram maior resiliência frente ao aumento abrupto de casos graves, enquanto países com infraestrutura limitada

enfrentaram colapsos hospitalares recorrentes, refletidos em padrões informacionais mais instáveis.

Nos Estados Unidos, com 2,7 leitos por 1.000 habitantes, e na Rússia, com 7,0 leitos por 1.000 habitantes (World Bank, 2023l), a maior capacidade hospitalar contribuiu para absorver a demanda por internações durante os picos epidêmicos. Em contraste, o México, com apenas 1,0 leito por 1.000 habitantes, e o Peru, com 1,6 leitos por 1.000 habitantes (World Bank, 2023l), enfrentaram dificuldades significativas no manejo de casos graves, o que se traduziu em maiores taxas de mortalidade e em aumentos nas buscas por informações relacionadas ao risco sanitário e à capacidade do sistema de saúde.

Tabela 4. Capacidade Hospitalar e Desfechos da COVID-19 (Síntese Comparativa)

País	Leitos por 1.000 hab.	Casos (milhões)	Mortes (mil)	Cobertura Vacinal (%)
Estados Unidos	2,7	103,0	2.700	82
Rússia	7,0	24,9	404	61
México	1,0	7,6	335	75
Peru	1,6	4,5	221	93

Fonte: *World Bank* (2023l); *Who* (2025). Elaboração própria.

A pressão hospitalar, especialmente em países com menor capacidade estrutural, funcionou como um gatilho indireto de ansiedade informacional, intensificando buscas em momentos de colapso ou risco iminente. Assim, mesmo quando o termo “leitos hospitalares” não era diretamente pesquisado, a saturação do sistema de saúde repercutia em picos de busca por sintomas, casos e medidas preventivas.

2.1.4.5.2 Capacidade de testagem e vigilância epidemiológica

A capacidade laboratorial para testagem em larga escala foi outro componente decisivo da infraestrutura de saúde, influenciando a previsibilidade e a estabilidade dos padrões de busca. Países com sistemas robustos de testagem, como Estados Unidos e Hungria, conseguiram identificar casos precocemente, isolar contatos e reduzir a incerteza informacional associada à subnotificação.

A Hungria, que adotou estratégias de testagem e rastreamento mais sistemáticas, registrou 2,2 milhões de casos e 49,1 mil mortes, com 65% da população vacinada (*Who*, 2025). Esse controle mais efetivo esteve associado a padrões de busca menos erráticos, sugerindo que a testagem atua como um moderador da ansiedade coletiva. Em contraste, países com capacidade limitada de testagem, como Índia e Vanuatu, enfrentaram subnotificação significativa, o que contribuiu para maior incerteza e menor confiabilidade dos dados oficiais, afetando indiretamente o comportamento informacional da população.

Esses resultados indicam que a testagem não apenas melhora a vigilância epidemiológica, mas também organiza o regime informacional da pandemia, reduzindo oscilações abruptas de interesse público e promovendo maior previsibilidade cognitiva.

2.1.4.5.3 Logística de vacinação e organização do sistema de saúde

A logística de distribuição de vacinas constituiu um dos pilares centrais da resposta sanitária e teve reflexos diretos nos padrões de busca por informação. Países com infraestrutura logística mais desenvolvida conseguiram implementar campanhas de vacinação em larga escala, o que se refletiu em correlações significativas entre picos de busca por “Vacina COVID-19” e os períodos de expansão da imunização.

O Brasil, apesar de dificuldades iniciais e conflitos políticos, alcançou 87% de cobertura vacinal, registrando 37,6 milhões de casos e 702 mil mortes (*Who*, 2025). Nos Estados Unidos, a cobertura vacinal chegou a 82%, enquanto a Rússia atingiu 61% (*Who*, 2025). A forte correlação observada entre Brasil, Estados Unidos e Rússia nas buscas por termos relacionados à vacina (Tabela 2) evidencia como a infraestrutura produtiva e logística influencia a dinâmica informacional, especialmente em países diretamente envolvidos no desenvolvimento e na produção de vacinas.

Entretanto, a eficiência logística não eliminou desigualdades regionais. No Brasil, a falta de coordenação entre o governo federal e os estados gerou disparidades territoriais na cobertura vacinal, refletidas em variações regionais nas buscas por “Vacina COVID-19”, indicando que a infraestrutura sanitária e a governança política operaram de forma interdependente.

2.1.4.5.4 Hesitação vacinal e infraestrutura comunicacional

A hesitação vacinal emergiu como um fenômeno híbrido, resultante da interação entre infraestrutura de saúde e infraestrutura comunicacional. Em países com sistemas de saúde

robustos, mas com elevada polarização política e desinformação, como Estados Unidos e Brasil, observaram-se picos de busca por termos associados a efeitos adversos das vacinas, como “Covidvaccine side effects” e “Covidvaccine infertility” (Merrick et al., 2022).

Embora a aceitação vacinal declarada em países de baixa e média renda tenha sido elevada (80,3%) (Solís Arce *et al.,* 2021), a implementação efetiva das campanhas dependeu da capacidade estrutural do sistema de saúde e da comunicação pública. No Brasil, a polarização política e a desconfiança institucional comprometeram a eficácia da campanha, apesar da elevada cobertura final, demonstrando que a hesitação vacinal não pode ser explicada apenas por fatores culturais ou individuais, mas também por falhas estruturais e comunicacionais.

2.1.4.5.5 Infraestrutura de saúde e impactos na saúde mental

A infraestrutura de saúde também exerceu influência indireta sobre a saúde mental da população. Países com maior capacidade hospitalar e melhor organização logística, como Hungria e Croácia, conseguiram reduzir a percepção de colapso sanitário, o que esteve associado a menores picos de busca por termos relacionados à ansiedade e à depressão. A Croácia, por exemplo, registrou 1,4 milhão de casos e 18,8 mil mortes, com 57% da população vacinada (*Who*, 2025).

Em contraste, países com infraestrutura limitada, como México e Peru, enfrentaram maior pressão hospitalar e instabilidade na resposta sanitária, o que se refletiu em aumentos significativos nas buscas por termos relacionados à saúde mental, conforme apontado por Filippis *et al.* (2022). Esses achados indicam que a robustez do sistema de saúde atua como um amortecedor psicológico coletivo, mitigando o sofrimento psíquico associado à crise sanitária.

2.1.4.6 Economia, Vulnerabilidade Social e Infodemia

Os resultados indicam que a crise econômica desencadeada pela pandemia de COVID-19 atuou como um amplificador estrutural da infodemia, reconfigurando o comportamento informacional em contextos marcados por desemprego, informalidade, fragilidade da proteção social e desigualdades territoriais. A análise integrada dos dados do *World Bank*, dos padrões de busca no *Google Trends* e da literatura especializada evidencia que, onde a segurança material é instável, a busca por informação tende a se misturar com medo, urgência e estratégias de sobrevivência, reduzindo a capacidade de verificação e aumentando a exposição à desinformação.

2.1.4.6 1 Desemprego, precarização do trabalho e ansiedade informacional

A elevação abrupta do desemprego e a precarização das relações de trabalho mostraram-se determinantes para a intensificação da demanda informacional durante a pandemia. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego atingiu 14,7% em abril de 2020, o maior patamar desde 1948, coincidindo com picos de busca por termos como "Desemprego Pandemia" e "Crise Econômica COVID-19" (*World Bank,* 2023g). No Brasil, embora a taxa de desemprego de 7,9% em 2023 indique recuperação parcial, a elevada informalidade estrutural — que envolve cerca de 40% da força de trabalho — expôs amplos contingentes populacionais ao dilema entre renda e isolamento, ampliando a vulnerabilidade sanitária e cognitiva (Lima; Buss; Paes-Sousa, 2020).

A forte correlação observada entre Estados Unidos e Brasil nas buscas por "Desemprego Pandemia" (Tabela 2) sugere que a precarização do trabalho transforma a busca por informação em uma estratégia de enfrentamento imediato, voltada à mitigação de perdas econômicas e à tomada de decisões sob estresse, mais do que à obtenção de esclarecimento técnico sobre a crise sanitária.

2.1.4.6.2 Auxílio emergencial, burocracia e ruído informacional

As políticas de transferência de renda emergencial exerceram papel ambíguo na organização do comportamento informacional. Nos Estados Unidos, programas como o CARES Act, ao prover auxílio financeiro direto, estiveram associados a picos de busca por termos econômicos nos momentos de maior incerteza, mas contribuíram para amortecer impactos sociais mais severos. No Brasil, a implementação do auxílio emergencial (Lei nº 13.982/2020) revelou limitações estruturais: apenas 60% dos 43% da população que se cadastraram receberam ao menos uma parcela, enquanto exigências burocráticas e a centralização dos pagamentos geraram exclusões e aglomerações (Henriques *et al.,* 2020; Natalino; Pinheiro, 2020; Correia, 2020).

Essas falhas produziram ruído informacional, refletido em picos persistentes de busca por "Crise Econômica COVID-19", indicando que a proteção social parcial não estabilizou a percepção de segurança. Ao contrário, a incerteza sobre acesso a benefícios ampliou a ansiedade coletiva e a dependência de informações fragmentadas, frequentemente circulando em ambientes digitais pouco confiáveis.

2.1.4.6.3 SUS, colapso assistencial e deslocamento da confiança informacional

A pressão exercida sobre sistemas públicos de saúde intensificou a relação entre economia e infodemia. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentou superlotação, escassez de equipamentos de proteção e desgaste de profissionais, especialmente durante os picos da pandemia (Medeiros, 2020; Giovanella, 2021). Embora a Estratégia Saúde da Família tenha mitigado parte dos impactos, a insuficiência estrutural em contextos de alta demanda contribuiu para a percepção de colapso assistencial.

Esse cenário esteve associado a um deslocamento da confiança informacional, no qual parcelas da população passaram a recorrer a fontes informais, redes sociais e conteúdos não verificados para orientar decisões relacionadas à saúde e à sobrevivência econômica. A busca por termos econômicos e sanitários tornou-se, assim, um indicador indireto da erosão da confiança institucional.

2.1.4.6.4 Inflação, pobreza e sobrevivência informacional

A inflação emergiu como fator adicional de vulnerabilidade no período pós-pandemia. Na Hungria, a inflação atingiu 17,1% em 2023, refletindo impactos econômicos de longo prazo e intensificando preocupações com o poder de compra (*World Bank*, 2023h). Em contraste, países como Butão (4,2%) e Tonga (6,4%) apresentaram níveis inflacionários mais moderados, possivelmente em função de menor exposição a choques globais.

No Brasil, a elevada pobreza — que atinge 41,9% da população — e as desigualdades urbanas agravaram a insegurança material, especialmente em favelas e periferias com acesso precário a serviços básicos (*World Bank*, 2023k). Nesses contextos, a busca por informação assumiu caráter instrumental e urgente, orientada à sobrevivência cotidiana, o que favoreceu a circulação de conteúdos simplificados, boatos e desinformação.

2.1.4.6.5 Desigualdades territoriais e infodemia

As desigualdades sociais e territoriais mostraram-se centrais para compreender a infodemia. No Brasil, cerca de 49% da população urbana residente em favelas enfrentou condições incompatíveis com o isolamento social, como superlotação e falta de água potável (*World Bank*, 2023k). Essas restrições materiais ampliaram a exposição ao risco sanitário e intensificaram a circulação de informações não verificadas, inclusive sobre tratamentos alternativos e soluções improvisadas.

Relatos de pânico social, agressões a profissionais de saúde e disseminação de *fake news* evidenciam que a infodemia é territorializada, intensificando-se onde a proteção social é mais frágil (Rocha *et al.,* 2021). Embora redes comunitárias também tenham produzido

informação solidária e localizada, a ausência de políticas estruturais de redução das desigualdades limitou o alcance dessas iniciativas.

Tabela 5. Vulnerabilidade Econômica, Proteção Social e Comportamento Informacional (Síntese Comparativa)

Dimensão	Estados Unidos	Brasil	Países periféricos/insulares
Desemprego	Pico de 14,7% (2020)	7,9% (2023)	Menor impacto formal
Informalidade	Baixa	~40% da força de trabalho	Elevada
Proteção social	Auxílio rápido (CARES Act)	Auxílio parcial e burocrático	Limitada
Desigualdade urbana	Perda de seguro de saúde	Favelas (49% da população urbana)	Alta vulnerabilidade
Padrão informacional	Picos econômicos e sanitários	Ansiedade, desinformação	Buscas esparsas

Fonte: autoria própria (2025) baseado em World Bank (2023g; 2023k);

2.1.4.7 Infodemiologia Aplicada e Políticas Públicas Baseadas em *Big Data*

A pandemia de COVID-19 evidenciou, de forma inédita, o potencial dos dados digitais como instrumentos estratégicos para a governança sanitária. A análise desenvolvida neste estudo demonstra que padrões de busca em plataformas digitais, particularmente no *Google Trends,* não apenas refletem percepções sociais sobre a crise sanitária, mas também funcionam como sinais precoces de mudanças comportamentais e epidemiológicas. Esse achado reforça o arcabouço teórico da infodemiologia, definido por Eysenbach (2006) como o estudo da distribuição e dos determinantes da informação em saúde na internet, com vistas à formulação de políticas públicas mais responsivas.

Os resultados empíricos apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam que picos de busca por termos como “sintomas de COVID-19”, “casos COVID-19” e “vacina COVID-19” antecederam ou coincidiram com eventos epidemiológicos relevantes, como aumentos de casos confirmados, anúncios de lockdowns e campanhas de vacinação. Esse padrão foi

particularmente evidente em países como Estados Unidos e Brasil, nos quais a elevada densidade informacional esteve associada à gravidade da pandemia e à complexidade socioeconômica. Tais evidências corroboram estudos anteriores que validaram o uso de dados de busca como indicadores indiretos de vigilância epidemiológica (Mavragani; Ochoa, 2019), embora ressaltem limitações inerentes, como a normalização dos dados e o viés de acesso digital.

A incorporação de técnicas de *machine learning* emerge, nesse contexto, como um avanço decisivo para a infovigilância. Modelos baseados em aprendizado de máquina permitem identificar padrões não lineares, detectar clusters de desinformação e antecipar mudanças abruptas no comportamento informacional coletivo. Estudos recentes demonstram que algoritmos aplicados à análise de tweets e buscas online são capazes de capturar sinais precoces de surtos e de circulação de narrativas falsas (Deiner *et al.,* 2024; Yuan *et al.*, 2021). Contudo, a automação da análise informacional também introduz desafios relevantes, como a opacidade algorítmica, o risco de amplificação de vieses estruturais e a dependência de dados provenientes de plataformas privadas, exigindo mecanismos robustos de governança algorítmica e transparência institucional.

Outro achado central deste eixo refere-se à necessidade de integração de fontes multidimensionais de dados. A análise comparativa evidenciou que dados digitais isolados são insuficientes para sustentar políticas públicas eficazes. A correlação observada entre buscas por "crise econômica COVID-19" e indicadores macroeconômicos do Banco Mundial, especialmente em países como Estados Unidos e Brasil, demonstra que o comportamento informacional está profundamente imbricado com fatores econômicos, territoriais e institucionais. Modelos integrativos, que combinam dados de buscas online, mobilidade populacional, indicadores socioeconômicos e dados epidemiológicos, apresentam maior capacidade explicativa e preditiva, conforme demonstrado por Chu *et al*. (2023) e sistematizado no *framework r*elacional de Eysenbach (2009). A Figura 7 deste estudo reforça essa interdependência ao ilustrar como decisões políticas, infraestrutura de saúde e impactos econômicos atuam de forma sistêmica na dinâmica da pandemia.

Entretanto, o uso de *big data* em saúde pública impõe limites éticos incontornáveis. Embora os dados do *Google Trends* sejam agregados e anonimizados, sua utilização ainda suscita preocupações relacionadas à privacidade, ao consentimento e à transparência algorítmica (Mavragani; Ochoa, 2019). A literatura destaca que inferências comportamentais derivadas de dados digitais podem gerar formas indiretas de vigilância e discriminação, caso não sejam acompanhadas de salvaguardas éticas claras. Experiências regulatórias como o

Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na União Europeia oferecem referências importantes, assim como iniciativas pioneiras de curadoria ética da informação em saúde, a exemplo do projeto MedCERTAIN (Eysenbach, 2002). Ademais, a Organização Mundial da Saúde tem enfatizado a necessidade de métricas padronizadas e princípios éticos para o enfrentamento da infodemia (*WHO*, 2021).

A dimensão internacional constitui outro eixo estruturante da infodemiologia aplicada. A pandemia demonstrou que tanto os vírus quanto a desinformação circulam em redes transnacionais, ultrapassando fronteiras políticas e administrativas. A criação de redes globais de compartilhamento de dados, conforme proposto pela OMS em sua agenda de pesquisa sobre infodemia (*Who*, 2021), revela-se fundamental para harmonizar métricas, aprimorar comparabilidade e fortalecer respostas coordenadas. Estudos de caso recentes, como as análises informacionais sobre a varíola dos macacos (Yan *et al.,* 2024), indicam que a capacitação técnica local é condição indispensável para evitar dependência tecnológica e assimetrias geopolíticas de dados.

Por fim, os achados deste eixo indicam que a transformação de dados digitais em governança sanitária não constitui um desafio meramente técnico, mas envolve dimensões institucionais, éticas e políticas. A infodemiologia aplicada apresenta elevado potencial para converter a infodemia em inteligência coletiva, desde que orientada por integração de dados, uso responsável de inteligência artificial, proteção de direitos fundamentais e cooperação internacional. Nesse sentido, políticas públicas baseadas em *big data* devem ser concebidas como infraestruturas sociotécnicas de longo prazo, capazes de fortalecer a confiança pública e a resiliência institucional diante de futuras crises sanitárias.

2.1.5 Considerações Finais

Os resultados deste estudo evidenciam que a infodemia associada à pandemia de COVID-19 constituiu um fenômeno sociotécnico complexo, profundamente imbricado com a gravidade epidemiológica, as decisões políticas, a infraestrutura de saúde, a vulnerabilidade econômica e os regimes de confiança institucional. A análise comparativa das tendências de busca no *Google Trends* demonstrou que o comportamento informacional digital não opera como reflexo mecânico da circulação viral, mas como expressão relacional de contextos estruturais, nos quais informação, incerteza e tomada de decisão se entrelaçam. Países mais severamente afetados pela pandemia, especialmente aqueles com alta mobilidade populacional, fragilidades institucionais e desigualdades socioeconômicas, apresentaram

ecossistemas informacionais mais densos, voláteis e expostos à desinformação, confirmando a hipótese central do estudo.

A investigação mostrou que padrões de busca por sintomas, casos, vacinas e medidas de contenção estiveram fortemente associados a eventos epidemiológicos e decisões governamentais, enquanto termos relacionados à crise econômica e a tratamentos não comprovados refletiram disputas políticas, insegurança material e erosão da confiança institucional. Esses achados reforçam a compreensão da busca online como proxy sensível da percepção pública de risco e da resposta social à crise, ao mesmo tempo em que revelam os limites da informação digital como recurso decisional quando dissociada de comunicação pública consistente, coordenação política e infraestrutura material adequada.

Do ponto de vista metodológico, o estudo contribui para o campo da infodemiologia aplicada ao demonstrar a viabilidade de análises comparativas internacionais baseadas em dados de busca, integradas a indicadores epidemiológicos e socioeconômicos consolidados. A construção de séries temporais, matrizes de correlação e modelos relacionais permitiu captar tanto sincronias globais — como no interesse por quarentena e vacinação — quanto dinâmicas localizadas, especialmente no que se refere à desinformação e aos impactos econômicos. Esses resultados dialogam diretamente com os desafios da Informática em Saúde e da tomada de decisão baseada em evidências, ao evidenciar que dados digitais podem atuar como sensores precoces de tensões sociais e sanitárias.

Entretanto, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos achados. Os dados do *Google Trends* são normalizados e relativos, não permitindo inferências diretas sobre volumes absolutos de busca ou sobre o perfil sociodemográfico dos usuários. Ademais, desigualdades no acesso à internet e diferenças culturais no uso de mecanismos de busca podem introduzir vieses regionais. A opção por termos específicos, em detrimento de tópicos agregados, reduziu ambiguidades semânticas, mas pode ter limitado a captura de narrativas emergentes não contempladas nas categorias analíticas definidas. Essas restrições não invalidam os resultados, mas delimitam seu escopo explicativo e reforçam a necessidade de triangulação com outras fontes de dados.

As implicações para políticas públicas são significativas. Os achados indicam que sistemas de infovigilância baseados em dados digitais devem ser incorporados de forma estruturada às estratégias de governança em saúde, não como substitutos da vigilância epidemiológica tradicional, mas como instrumentos complementares de monitoramento em tempo real da percepção social, da confiança institucional e da circulação de desinformação. A integração entre dados de busca, indicadores epidemiológicos, mobilidade populacional e

variáveis socioeconômicas pode fortalecer a capacidade de antecipação de crises, orientar campanhas de comunicação em saúde mais responsivas e reduzir o impacto da infodemia sobre comportamentos de risco. Contudo, tal integração exige salvaguardas éticas robustas, transparência algorítmica e proteção de direitos fundamentais, especialmente em contextos de dependência de plataformas privadas.

No que se refere a pesquisas futuras, este estudo abre múltiplas possibilidades. Investigações subsequentes podem incorporar técnicas de aprendizado de máquina para detectar padrões não lineares e clusters de desinformação, bem como ampliar a análise para outras plataformas digitais, como redes sociais e aplicativos de mensagens. Estudos longitudinais pós-pandemia podem examinar os efeitos persistentes da infodemia sobre a confiança institucional e a adesão a políticas de saúde. Além disso, abordagens qualitativas e mistas podem aprofundar a compreensão dos mecanismos cognitivos e culturais que mediam a relação entre informação digital e tomada de decisão em contextos de crise.

Em síntese, ao articular infodemiologia, ciência de dados e análise comparativa internacional, este estudo contribui para o entendimento de como a informação digital participa ativamente da governança sanitária contemporânea. Em um cenário no qual crises globais futuras são consideradas prováveis, fortalecer a capacidade institucional de interpretar, integrar e governar dados informacionais torna-se condição indispensável para a construção de sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e orientados por evidências.

3. PARTE 2: MINERAÇÃO DE NOTÍCIAS (*WEB SCRAPING)*

3.1. Introdução

A segunda parte desta tese dedica-se à análise empírica de como eventos políticos de alta relevância pública são mediados pelos sistemas midiáticos contemporâneos, sendo progressivamente convertidos em narrativas emocionalmente reguladas, temporalmente organizadas e simbolicamente estabilizadoras. Em democracias profundamente midiatizadas, eleições, conflitos institucionais e episódios de violência política extrema deixam de operar apenas como fatos disruptivos ou informativos e passam a funcionar como processos comunicacionais complexos, nos quais enquadramentos narrativos, regimes emocionais e dinâmicas temporais desempenham papel central na produção de sentido público.

A urgência deste tema decorre da intensificação simultânea de crises políticas, disputas informacionais e conflitos institucionais no cenário contemporâneo, em um contexto marcado pela aceleração da circulação de notícias, pela centralidade das plataformas digitais e pela crescente administração das emoções públicas como dimensão estratégica da governança democrática. Dados recentes, bem como eventos eleitorais tensionados, embates entre corporações tecnológicas e Estados nacionais e episódios de violência política amplamente espetacularizados, indicam que a estabilidade institucional não é produzida apenas por mecanismos jurídicos ou administrativos, mas também por operações simbólicas e afetivas conduzidas no espaço midiático.

O objeto específico desta parte da tese consiste na análise integrada da cobertura jornalística digital, com foco na relação entre fatos empíricos, temporalidades da noticiabilidade, padrões emocionais e enquadramentos narrativos, investigando seus efeitos políticos, sociais e epistêmicos. Ao examinar como a mídia reorganiza a experiência pública do conflito, do risco e da violência, esta pesquisa evidencia impactos diretos sobre a legitimidade institucional, a qualidade do debate democrático e os regimes de visibilidade e inteligibilidade do poder. Trata-se, portanto, de compreender como práticas jornalísticas e infraestruturas comunicacionais participam ativamente da produção de estabilidade simbólica em contextos de tensão.

Do ponto de vista teórico, a análise dialoga com a literatura consolidada sobre *agenda-setting*, *framing*, midiatização da política e circulação de afetos, ao mesmo tempo em

que se ancora em abordagens críticas que enfatizam a dimensão emocional, temporal e simbólica da comunicação política. Embora esses campos apresentem consensos quanto à centralidade dos enquadramentos midiáticos, persistem lacunas empíricas relevantes no que se refere à articulação entre emoções públicas, padrões narrativos e governança simbólica, especialmente em contextos do Sul Global e em eventos que combinam institucionalidade, conflito e violência.

Para enfrentar essas lacunas, esta parte da tese analisa comparativamente três casos empíricos selecionados por sua relevância política, diversidade contextual e potencial analítico: (i) a cobertura das eleições municipais de São Paulo em 2024; (ii) o conflito público entre Elon Musk e o Supremo Tribunal Federal brasileiro; e (iii) a tentativa de assassinato de Donald Trump durante a campanha presidencial de 2024. Embora distintos em escala, natureza e contexto geopolítico, os três casos compartilham características centrais: elevada visibilidade midiática, forte carga emocional, disputas simbólicas intensas e capacidade de reconfigurar expectativas democráticas.

Esses casos foram escolhidos por permitirem observar, em diferentes registros, como crises são absorvidas, reorganizadas e neutralizadas discursivamente, por meio da administração das emoções e da construção de temporalidades narrativas específicas. Do ponto de vista técnico e metodológico, os corpora analisados apresentam grande volume de dados, diversidade de fontes jornalísticas e ampla circulação digital, o que possibilita a aplicação integrada de mineração de notícias, análise de sentimentos, reconstrução temporal e interpretação hermenêutica.

Em comparação com abordagens tradicionais centradas exclusivamente na análise qualitativa de discursos ou em modelos quantitativos isolados, esta pesquisa propõe uma estratégia metodológica híbrida, capaz de relacionar dados computacionais, fatos empíricos e interpretação crítica. Essa transição metodológica implica ganhos analíticos relevantes — como a identificação de padrões emocionais agregados e dinâmicas temporais —, ao mesmo tempo em que exige cautela quanto aos limites interpretativos dos métodos automatizados.

A análise dos casos também evidencia desafios, riscos e tensões éticas, relacionados à normalização da violência política, à judicialização midiática de conflitos, à concentração de visibilidade em grandes veículos e à redução do debate estrutural em favor de narrativas estabilizadoras. Estão em jogo valores como pluralidade democrática, memória pública,

confiança institucional e justiça informacional, especialmente em contextos de assimetria de poder comunicacional.

Embora o foco desta parte não seja normativo, o estudo dialoga com debates contemporâneos sobre governança democrática da comunicação, regulação de plataformas e responsabilidade institucional da mídia, apontando lacunas regulatórias e desafios para a construção de modelos mais transparentes e participativos de mediação informacional.

Diante desse panorama, o objetivo geral desta parte da tese é compreender como a cobertura midiática de eventos políticos críticos articula fatos, emoções e temporalidades para produzir regimes de estabilidade simbólica, investigando seus efeitos sobre a percepção pública do risco, da legitimidade e da democracia. As análises buscam responder, de forma integrada, como emoções públicas são administradas, quais narrativas se tornam dominantes e que dimensões estruturais são silenciadas ou deslocadas nesse processo.

As hipóteses que orientam esta investigação partem da premissa de que, nos três casos analisados, a mídia atua como dispositivo central de governança simbólica, convertendo crises em episódios administráveis por meio da gestão afetiva, da normalização narrativa e da temporalização controlada dos conflitos. Espera-se demonstrar que, embora tais processos contribuam para a estabilidade institucional, eles também impõem limites à crítica democrática e à visibilidade de disputas estruturais mais profundas.

Os objetivos específicos incluem: mapear os padrões emocionais da cobertura jornalística; reconstruir as fases temporais da noticiabilidade; identificar enquadramentos narrativos dominantes; e articular esses achados em eixos analíticos comparáveis, capazes de sustentar uma interpretação crítica da mediação midiática contemporânea.

3.2. Metodologia

3.2.1 Abordagem geral e desenho metodológico

Esta pesquisa adota um desenho metodológico misto, de natureza quantitativa–qualitativa, estruturado a partir da integração entre métodos computacionais de análise de dados, análise factual-temporal da cobertura jornalística e análise hermenêutica de cunho interpretativo-crítico. Tal combinação metodológica permite articular, de forma consistente, dados empíricos em larga escala, processos comunicacionais situados no tempo e

interpretações teóricas orientadas por eixos analíticos científicos, conforme recomendações consolidadas na literatura sobre métodos digitais, mineração de textos e análise crítica da mídia (Pang; Lee, 2008; Liu, 2015; Knaflic, 2020; Couldry; Hepp, 2017).

O objetivo metodológico central não é a previsão nem a inferência estatística, mas a compreensão relacional entre fatos empíricos, dinâmicas temporais da cobertura midiática e padrões emocionais e narrativos que emergem da circulação das notícias em contextos de elevada relevância pública. A metodologia busca, portanto, compreender como eventos políticos e institucionais são progressivamente transformados em narrativas midiáticas, e como tais narrativas articulam dados, emoções, enquadramentos e regimes de inteligibilidade pública.

3.2.1 Metodologia de dados: coleta, mineração e análise computacional

3.2.1.1 Coleta automatizada de notícias (*web scraping* e *APIs*)

A construção do corpus empírico baseou-se em técnicas de mineração de notícias por meio de coleta automatizada de dados, utilizando a *API GNews*, plataforma que agrega conteúdos jornalísticos publicados por múltiplos veículos de comunicação digital. A seleção das notícias foi orientada por palavras-chave temáticas específicas e recortes temporais delimitados, definidos a partir da ocorrência, do desenvolvimento e da repercussão pública de cada caso analisado.

Os critérios de busca foram definidos de modo a maximizar a cobertura temática e temporal dos eventos, permitindo captar não apenas o momento inicial da noticiabilidade, mas também seus desdobramentos discursivos ao longo do tempo. Ressalta-se que notícias com conteúdos textualmente semelhantes, mas publicadas por portais distintos, foram mantidas no corpus, uma vez que a repetição e redistribuição das narrativas constituem um elemento central da circulação midiática contemporânea, ampliando o alcance simbólico e os efeitos comunicacionais dos acontecimentos (Couldry; Hepp, 2017; Tufekci, 2018).

3.2.1.2 Análise computacional e análise de sentimentos

Após a coleta, os textos foram submetidos a procedimentos de Processamento de Linguagem Natural (PLN), implementados no ambiente R, com o auxílio do pacote *syuzhet* (Jockers, 2017). Considerando as características do corpus — em especial a heterogeneidade textual, a variação temática entre os casos e a impossibilidade de validação estatística rigorosa para modelos supervisionados de *machine learning* — optou-se por uma abordagem léxico-orientada, amplamente utilizada em estudos exploratórios de análise de sentimentos em comunicação e ciências sociais computacionais (Pang; Lee, 2008; Liu, 2015).

Foi empregado o *NRC Emotion Lexicon* (Mohammad; Turney, 2013), selecionado por sua ampla cobertura emocional, disponibilidade em língua portuguesa e uso consolidado na literatura científica. O dicionário associa palavras a polaridades emocionais (positiva e negativa) e a oito categorias afetivas fundamentais: Alegria, Tristeza, Raiva, Medo, Nojo, Surpresa, Confiança e Antecipação.

Cada palavra identificada no léxico recebeu um valor binário para emoção e polaridade, desconsiderando o contexto semântico e sintático em que o termo ocorre. Os resultados foram posteriormente agregados por corpus, período temporal e eixo analítico, possibilitando a realização de estatísticas descritivas sobre a frequência relativa dos sentimentos expressos nos textos. Essa etapa fornece a base empírica quantitativa do estudo, funcionando como instrumento de mapeamento dos padrões emocionais que atravessam a cobertura midiática dos casos analisados.

3.2.2. Análise factual das notícias: interpretação temporal dos eventos

Para além da análise computacional, foi realizada uma análise factual e temporal da cobertura jornalística, orientada pela reconstrução dos momentos-chave (fases) em que cada caso foi veiculado, intensificado e reconfigurado pela mídia. Essa etapa permitiu situar os dados quantitativos no encadeamento concreto dos acontecimentos, evitando leituras descontextualizadas dos resultados.

A análise factual-temporal consistiu em:

(i) identificação dos eventos factuais centrais associados a cada caso;

(ii) organização cronológica das notícias em fases de cobertura — emergência, intensificação, estabilização e reconfiguração narrativa;

(iii) análise das variações na intensidade da cobertura, nos enquadramentos predominantes e nos registros emocionais ao longo do tempo.

Essa abordagem possibilitou compreender como os fatos não são apenas noticiados, mas progressivamente recontextualizados, reinterpretados e ressignificados no fluxo informacional, produzindo efeitos distintos sobre a percepção pública do risco, do conflito e da legitimidade institucional (Entman, 1993; Charaudeau, 2015; Tufekci, 2018). A dimensão temporal atua, assim, como mediação analítica entre os dados computacionais e a interpretação teórica.

3.2.3 Análise hermenêutica e articulação entre fatos, dados e teoria

A etapa final da metodologia consistiu em uma análise hermenêutica orientada por eixos científicos de discussão, responsável por integrar fatos empíricos, dados quantitativos e interpretações teóricas. Para cada um dos três casos analisados, foram definidos quatro eixos de discussão, construídos a partir:

(i) dos padrões empíricos identificados na análise de sentimentos;
(ii) da organização temporal da cobertura midiática;
(iii) dos debates teóricos consolidados nas áreas de comunicação, ciência política, estudos de mídia e sociologia da informação.

Esses eixos funcionam como estruturas analíticas intermediárias, permitindo relacionar dados quantitativos a processos comunicacionais concretos, evitar reducionismos estatísticos e produzir interpretações teoricamente fundamentadas e comparáveis entre os casos. A análise hermenêutica adotada não se limita à interpretação textual isolada, mas opera como uma hermenêutica relacional, na qual o sentido emerge da articulação entre evento, dado, temporalidade e enquadramento midiático, conforme perspectivas críticas da análise do discurso e da comunicação política (Ricoeur, 1986; Thompson, 1995; Charaudeau, 2015).

3.2.4 Integração metodológica

Em síntese, a metodologia estrutura-se na articulação de três camadas analíticas complementares:

1. **Camada computacional** – *web scraping*, mineração de notícias e análise de sentimentos;
2. **Camada factual-temporal** – reconstrução das fases de cobertura e interpretação do encadeamento dos eventos;
3. **Camada hermenêutica** – análise interpretativa orientada por quatro eixos científicos em cada caso.

Essa integração metodológica assegura robustez empírica, sensibilidade interpretativa e coerência teórica, permitindo analisar como fatos políticos e institucionais são transformados em narrativas midiáticas emocionalmente administráveis, e como dados quantitativos e processos simbólicos se co-constituem na cobertura midiática contemporânea.

3.2.5 Limitações metodológicas

As limitações deste estudo decorrem das opções metodológicas e epistemológicas adotadas. A análise de sentimentos baseada em léxico não considera o contexto semântico, sintático ou pragmático dos enunciados, não captando ironia, negação ou ambiguidade discursiva (Pang; Lee, 2008; Liu, 2015).

A não utilização de modelos supervisionados de aprendizado de máquina com validação estatística robusta limita análises preditivas; contudo, a pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, voltado ao mapeamento agregado de padrões emocionais e narrativos, o que torna adequada a abordagem léxico-orientada.

A coleta via API agregadora de notícias implica dependência de critérios de indexação da plataforma, podendo afetar a composição do corpus. A manutenção de notícias com conteúdos semelhantes, publicadas por veículos distintos, pode gerar redundâncias, assumidas aqui como parte do fenômeno de circulação e amplificação narrativa.

A definição das fases temporais de cobertura envolve interpretação analítica, ainda que baseada em critérios empíricos. Por fim, a análise hermenêutica por eixos pressupõe posicionamento teórico do pesquisador, produzindo interpretações situadas e não exaustivas.

Essas limitações delimitam o escopo do estudo sem comprometer a validade analítica dos resultados.

3.3 Caso 2: Eleições da Prefeitura em São Paulo

Síntese do Caso 2:

Contexto: A pesquisa situa-se na área da Comunicação Política, analisando a crescente midiatização dos processos eleitorais. As eleições deixam de ser apenas disputas institucionais para se tornarem eventos comunicacionais complexos, onde emoções, narrativas e enquadramentos simbólicos são centrais. A eleição municipal de São Paulo em 2024 configura-se como um caso paradigmático, marcado por episódios de desinformação, judicialização da campanha e forte personalização da disputa. a literatura sobre *agenda-setting e framing* seja consolidada, persistem lacunas na compreensão empírica de como as emoções públicas se articulam com esses enquadramentos para produzir estabilidade simbólica em eleições locais de grande escala, especialmente em contextos de tensão política e desinformação. Analisar como a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 estruturou simbolicamente a experiência democrática, a partir da articulação entre sentimentos, emoções, enquadramentos narrativos e temporalidades.

Metodologia: Adotou-se uma metodologia quantitativa e crítica. Um corpus de 1.387 notícias foi coletado de portais jornalísticos digitais de grande alcance entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2024. A análise combinou técnicas de mineração de texto, classificação de sentimentos (positivo, negativo, neutro), identificação de emoções predominantes (confiança, antecipação, medo, etc.), análise temporal e análise lexical.

Resultados: A cobertura apresentou predominância expressiva de tonalidade positiva (n=1.172) e das emoções confiança e antecipação. Episódios críticos (desinformação, conflito físico) geraram picos de publicação e emoções negativas localizadas, mas não comprometeram a narrativa geral de estabilidade. A análise revelou forte personalização da disputa e centralização da cobertura em grandes veículos.

Conclusões: A mídia operou como dispositivo de governabilidade simbólica, absorvendo crises como exceções controladas e produzindo um ambiente emocional de

confiança e previsibilidade. Esse processo sustentou a legitimidade institucional, mas limitou o debate programático, apontando para os limites democráticos da normalização narrativa em contextos eleitorais midiatizados.

3.3.1 A Dimensão Afetiva da Cobertura Eleitoral em São Paulo

A crescente centralidade da mídia digital na mediação dos processos eleitorais tem reconfigurado de maneira profunda a forma como a política é percebida, sentida e avaliada pelas sociedades contemporâneas. Em contextos de elevada midiatização, eleições deixam de ser apenas disputas institucionais reguladas por regras formais e passam a operar como eventos comunicacionais complexos, nos quais emoções, narrativas, temporalidades e enquadramentos simbólicos desempenham papel decisivo na formação da opinião pública. A eleição municipal de São Paulo em 2024 insere-se de forma exemplar nesse cenário, marcada simultaneamente por episódios de desinformação, conflitos espetacularizados, judicialização da campanha e forte personalização da disputa, elementos que tensionaram a experiência democrática sem, contudo, produzir ruptura institucional aberta.

O objeto específico deste estudo é a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024, analisada a partir de um conjunto amplo de notícias publicadas em portais jornalísticos digitais de grande alcance. O foco recai sobre os efeitos simbólicos e afetivos dessa cobertura, especialmente no modo como sentimentos, emoções e enquadramentos narrativos contribuíram para organizar a percepção pública da disputa eleitoral. Mais do que avaliar a correção factual das notícias, a pesquisa investiga como a mídia reorganiza o campo político ao estruturar expectativas, definir relevâncias e modular afetos, produzindo impactos epistêmicos e políticos que ultrapassam a dimensão informativa estrita.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com a literatura sobre *agenda-setting*, *framing* e jornalismo político, articulando contribuições clássicas e contemporâneas. Autores como McCombs e Shaw (1972) evidenciam o papel da mídia na definição da saliência temática; Entman (1993) problematiza os enquadramentos como operadores de interpretação; Bennett (1990) e Blumler (2016) analisam a ascensão do jornalismo estratégico e do *game frame* eleitoral; enquanto Hallin (1986), Gans (1979) e Edelman (1988) permitem compreender a normalização do conflito, a dramatização dos eventos políticos e o uso simbólico do escândalo. Embora haja consenso na literatura quanto à centralidade da mídia na política contemporânea, persistem lacunas empíricas sobre como emoções específicas e

padrões afetivos se articulam a esses enquadramentos em eleições locais de grande escala, especialmente no contexto brasileiro.

Empiricamente, o estudo analisa um corpus de notícias coletadas entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2024, período que abrange a fase decisiva da campanha eleitoral paulistana. A escolha desse recorte se justifica tanto pela relevância política da cidade de São Paulo quanto pela intensidade midiática do pleito, caracterizado por ampla cobertura digital, forte polarização simbólica e episódios de alto impacto noticioso. A análise foi realizada por meio de técnicas de mineração de texto e análise de sentimentos e emoções, permitindo identificar padrões quantitativos e relacionais que estruturam a cobertura jornalística ao longo do tempo.

Em comparação com abordagens tradicionais centradas exclusivamente na análise de conteúdo temático ou na verificação de viés ideológico, este estudo propõe uma leitura integrada que combina sentimentos, emoções, temporalidade e enquadramentos narrativos. Enquanto modelos clássicos tendem a separar informação de afeto, a abordagem adotada parte do pressuposto de que emoções não são ruídos do processo comunicacional, mas componentes estruturantes da experiência política mediada. O que se ganha com essa perspectiva é a possibilidade de compreender por que eleições podem ser percebidas como estáveis e legítimas mesmo em contextos marcados por conflitos intensos e desinformação recorrente; o que se perde, deliberadamente, é a ilusão de neutralidade emocional da cobertura jornalística.

Essa dinâmica levanta desafios e tensões éticas relevantes. A normalização de conflitos, a personalização excessiva da disputa e a contenção simbólica de crises podem contribuir para a preservação da governabilidade democrática, mas também para o esvaziamento do debate programático e para a redução da capacidade crítica da esfera pública. Valores como pluralismo, deliberação informada e equidade comunicacional entram em jogo, especialmente quando emoções de confiança e antecipação são produzidas em ambientes informacionais que pouco exploram alternativas políticas substantivas.

No plano regulatório, o estudo insere-se em um contexto de crescente judicialização das eleições e de debates sobre governança das plataformas digitais, transparência algorítmica e combate à desinformação. Embora o Brasil disponha de um arcabouço institucional robusto para a regulação eleitoral, persistem lacunas no enfrentamento das dimensões simbólicas e afetivas da comunicação política, que escapam às formas tradicionais de controle normativo.

Diante desse cenário, o objetivo geral do artigo é analisar como a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 estruturou simbolicamente a experiência democrática, a partir da articulação entre sentimentos, emoções, enquadramentos narrativos e

temporalidades. Busca-se compreender de que maneira a mídia operou simultaneamente como espaço de conflito, personalização e estabilização institucional, moldando a opinião pública para além da simples exposição aos fatos.

As perguntas de pesquisa que orientam o estudo incluem: como emoções específicas se distribuem ao longo da cobertura eleitoral? De que modo eventos críticos são enquadrados narrativamente pela mídia? Como a personalização da disputa e a judicialização da campanha influenciam a percepção pública da legitimidade do processo eleitoral? E, por fim, como esses elementos se articulam na produção de uma forma contemporânea de governabilidade simbólica?

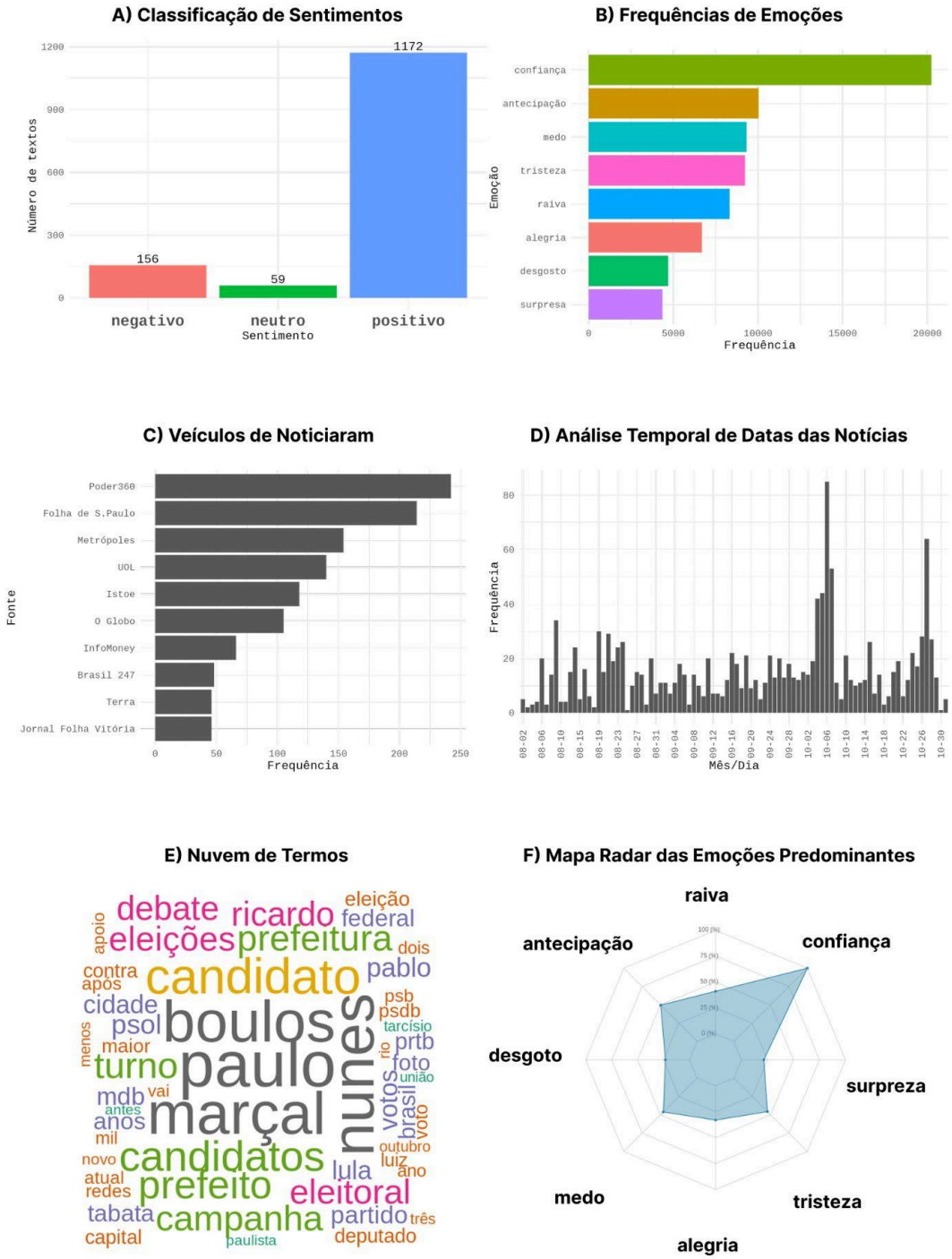
A relevância da pesquisa é científica, ao contribuir para o aprofundamento empírico dos estudos sobre comunicação política e emoções; política, ao oferecer subsídios para a reflexão sobre a qualidade da democracia midiatizada; e social, ao iluminar os mecanismos pelos quais a opinião pública é afetivamente orientada em contextos eleitorais. Parte-se da hipótese de que a cobertura midiática não apenas informa, mas governa simbolicamente a experiência democrática, produzindo estabilidade afetiva mesmo em cenários de alta tensão política.

Como objetivos específicos, o estudo propõe: mapear os sentimentos e emoções predominantes na cobertura eleitoral; identificar padrões temporais associados a eventos-chave da campanha; analisar os enquadramentos narrativos mobilizados pela mídia; e integrar esses elementos em uma interpretação teórica capaz de explicar a coexistência entre conflito, personalização e estabilidade institucional. O produto esperado é uma análise crítica e integrada da cobertura eleitoral paulistana, capaz de contribuir para debates acadêmicos e para a formulação de políticas públicas voltadas à comunicação democrática.

3.3.2 Resultados

A Figura 7 apresenta uma síntese integrada dos resultados da mineração de notícias referentes às eleições municipais de São Paulo em 2024, contemplando análises de sentimentos, emoções, fontes jornalísticas, distribuição temporal, termos recorrentes e padrões emocionais predominantes.

Figura 7. Cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo (2024)



Fonte: autoria própria (2025). Desenvolvido com *R-Studio*. **Legenda:** (A) Classificação de sentimentos das notícias coletadas; (B) Frequência das emoções identificadas nos textos; (C)

Distribuição das notícias por veículos de comunicação; (D) Análise temporal da publicação das notícias no período de 01/08/2024 a 31/10/2024; (E) Nuvem de termos mais recorrentes na cobertura eleitoral; (F) Mapa radar das emoções predominantes. Fonte: Elaboração própria, a partir da mineração de notícias.

A classificação de sentimentos (Figura 7A) indica uma predominância expressiva de conteúdos classificados como positivos (n = 1.172), em contraste com um volume significativamente menor de notícias negativas (n = 156) e neutras (n = 59). Esse resultado sugere uma cobertura majoritariamente favorável ou construtiva no período analisado, possivelmente associada à lógica de campanhas, debates públicos e agendas propositivas.

No que se refere à análise emocional (Figura 7B), observa-se a predominância das emoções de confiança e antecipação, seguidas por medo, tristeza e raiva, enquanto alegria, surpresa e desgosto aparecem com menor frequência relativa. Tal configuração emocional indica um discurso jornalístico marcado por expectativas futuras e avaliações estratégicas do processo eleitoral, mas também permeado por tensões e incertezas próprias do contexto político.

A distribuição das notícias por veículos de comunicação (Figura 7C) revela a concentração da cobertura em portais de grande alcance nacional e digital, com destaque para Poder360 (centro-direita), Folha de S.Paulo (centro) e Metrópoles (centro). Esse padrão sugere uma centralização informacional em meios com forte capacidade de *agenda-setting* e ampla circulação no ecossistema midiático brasileiro (NEWMAN et al., 2024).

A análise temporal (Figura 7D) evidencia variações significativas na frequência diária de publicações ao longo do período estudado, com picos associados a eventos-chave da campanha, como debates, anúncios de alianças, divulgação de pesquisas eleitorais e momentos decisivos do calendário eleitoral, tendo alguns picos na medida em que o debate eleitoral segue com alguns acontecimentos simbólicos (cadeirada no Marçal, corte das redes do Marçal; laudo médico falso de Boulos).

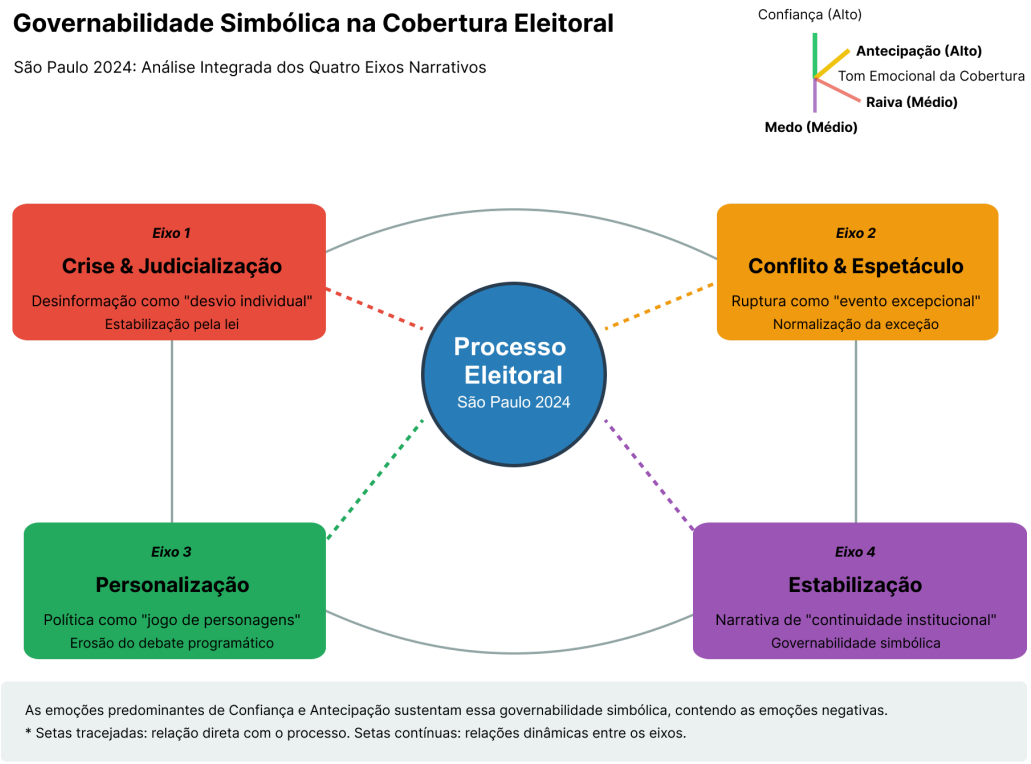
A nuvem de termos (Figura 7E) reforça a centralidade de nomes próprios e conceitos estruturantes do processo eleitoral, com destaque para termos como *candidato*, *prefeitura*, *Boulos*, *Marçal*, *turno*, *debate* e *campanha*, evidenciando o foco narrativo da cobertura em disputas personalizadas e na dinâmica competitiva da eleição.

Por fim, o mapa radar das emoções predominantes (Figura 7F) sintetiza visualmente o equilíbrio emocional da cobertura, confirmando a dominância da confiança e da antecipação, acompanhadas por níveis moderados de medo, tristeza e raiva, o que reforça a interpretação de um ambiente informacional simultaneamente propositivo e tensionado.

3.3.3 Discussão

A análise integrada dos resultados indica que sentimentos, emoções, enquadramentos narrativos e temporalidades atuam de forma relacional na construção da cobertura eleitoral, estruturando a percepção pública para além da simples exposição aos fatos. Os padrões empíricos revelam que crise, conflito, personalização e estabilização não se sucedem linearmente, mas coexistem como camadas simultâneas de sentido, organizando expectativas, afetos e julgamentos políticos. Essa articulação transversal, sintetizada na Figura 16, orienta a discussão ao explicitar como a mídia opera como mediadora simbólica da experiência democrática no contexto eleitoral paulistano.

Figura 8. Governabilidade Simbólica na Cobertura Eleitoral



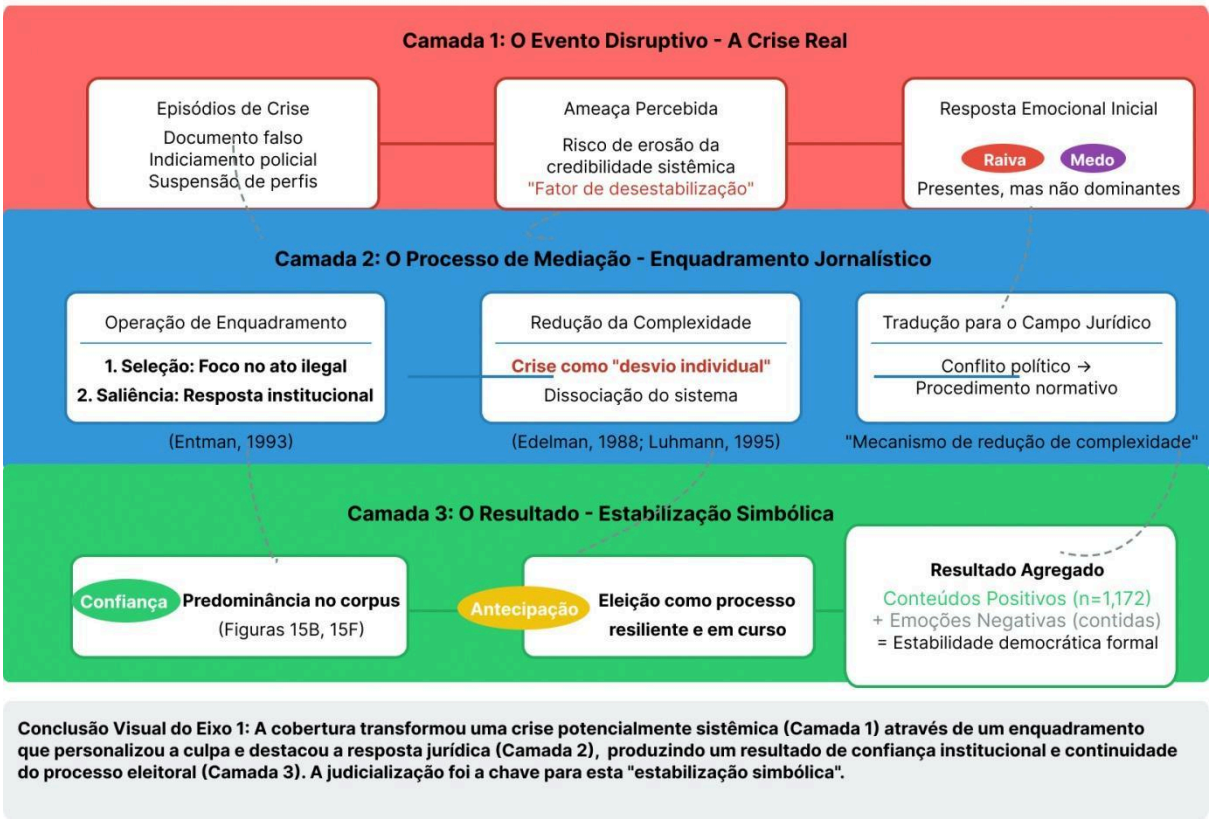
Fonte: autoria própri (2025). Produzido com *Figma.*

3.3.3.1 Crise de credibilidade, desinformação e judicialização na cobertura das eleições de São Paulo (2024)

A cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 evidenciou que episódios de desinformação e contestação da credibilidade dos candidatos não operaram como fatores de desestabilização sistêmica do processo eleitoral, mas como eventos narrativamente enquadrados de forma a preservar a inteligibilidade e a continuidade institucional da disputa. Mesmo diante de acontecimentos graves — como a divulgação de um documento falso contra um candidato, a suspensão judicial de perfis em redes sociais e o indiciamento policial de um concorrente — a narrativa jornalística produziu um regime de visibilidade no qual a crise foi apresentada como localizada, personalista e passível de resolução institucional.

A Figura 7 sintetiza visualmente o modo como a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 transformou episódios potencialmente desestabilizadores — como desinformação, documentos falsos e ações judiciais — em eventos narrativamente controláveis, por meio de mecanismos de enquadramento jornalístico e tradução jurídica. O esquema evidencia a passagem da crise real para um processo de mediação que personaliza a culpa, reduz a complexidade sistêmica e reinscreve o conflito no campo institucional, produzindo como resultado uma estabilização simbólica do processo eleitoral. Essa dinâmica ajuda a compreender por que emoções negativas emergem sem se tornarem dominantes e por que a confiança institucional permanece predominante no corpus analisado.

Figura 9. Enquadramento midiático da desinformação e da judicialização como mecanismos de redução de complexidade e estabilização institucional na cobertura das eleições municipais de São Paulo (2024).



Fonte: autoria própria (2025), com base em Entman (1993), Edelman (1988), Luhmann (1995), Iyengar (1991) e Bennett (1990).

Esse enquadramento ajuda a compreender o paradoxo empírico observado na análise de sentimentos, no qual a predominância de conteúdos positivos (n = 1.172) coexistiu com a presença moderada de emoções negativas, como medo e raiva, sem que estas se tornassem dominantes.

Esse padrão narrativo revela um uso específico do escândalo político como forma simbólica. Conforme argumenta Edelman (1988), escândalos não emergem apenas como fatos objetivos, mas como construções discursivas que organizam responsabilidades, delimitam culpabilidades e orientam a percepção pública do risco. No caso analisado, a cobertura concentrou a responsabilização em um ator específico, dissociando a prática de desinformação da integridade do sistema eleitoral como um todo. A centralidade recorrente do nome do candidato envolvido na nuvem de termos (Figura 15E) reforça essa personalização,

ao mesmo tempo em que preserva a eleição como arena legítima de disputa. Assim, a desinformação foi narrada como desvio individual, e não como sintoma de colapso democrático.

Essa lógica de enquadramento encontra respaldo na teoria do *framing*, especialmente na formulação de Entman (1993), para quem a seleção de aspectos da realidade e sua saliência narrativa definem não apenas o que é percebido como problema, mas também como esse problema deve ser interpretado e avaliado. Ao enfatizar a ilegalidade do ato e suas consequências jurídicas, a mídia deslocou o foco da instabilidade política para a resposta institucional, transformando a crise em demonstração de funcionamento das regras democráticas. Tal movimento contribui para explicar por que as emoções de medo e raiva aparecem em níveis médios na análise emocional (Figura 15B), funcionando mais como alertas cívicos do que como vetores de deslegitimação generalizada.

A judicialização da campanha desempenhou papel central nesse processo de estabilização simbólica. A suspensão temporária de perfis em redes sociais por decisão judicial e o indiciamento policial do candidato acusado foram amplamente noticiados, não apenas como punições individuais, mas como evidência da atuação reguladora do Estado. À luz da teoria dos sistemas de Luhmann (1995), esse deslocamento do conflito para o campo jurídico opera como mecanismo de redução de complexidade, ao traduzir disputas políticas em procedimentos normativos reconhecíveis. A predominância da emoção de confiança no corpus analisado (Figuras 15B e 15F) sugere que a mídia apresentou a intervenção institucional como fator de previsibilidade, contribuindo para a manutenção da expectativa de normalidade do processo eleitoral.

Esse enquadramento, contudo, não está isento de ambivalências. Ao mesmo tempo em que reforça a confiança institucional, a ênfase na judicialização pode deslocar o debate político substantivo para o plano técnico-jurídico, limitando a problematização pública das condições que possibilitam a circulação de desinformação em contextos eleitorais. Bourdieu (1998) adverte que a autonomização dos campos — político e jurídico — pode produzir efeitos de neutralização simbólica do conflito, ao transformar disputas de poder em questões procedimentais. No caso paulistano, a cobertura parece ter operado nesse limiar: reconheceu a gravidade do ato, mas enquadrou sua resolução como suficiente para restabelecer a ordem, sem aprofundar o debate sobre vulnerabilidades estruturais do ecossistema informacional.

A distinção entre credibilidade individual dos candidatos e confiança no processo eleitoral foi outro elemento decisivo da narrativa jornalística. A perda de legitimidade pública do candidato envolvido nos episódios de desinformação não se traduziu em questionamento

da eleição como instituição. Esse padrão é compatível com o enquadramento episódico descrito por Iyengar (1991), no qual a atenção se concentra em eventos específicos e em seus protagonistas, reduzindo a probabilidade de generalizações sistêmicas. A manutenção de emoções como antecipação e a baixa incidência de surpresa e desgosto (Figuras 15B e 15F) indicam que a eleição foi percebida como processo em curso, resiliente às crises, e não como evento imprevisível ou ameaçado.

Esse regime narrativo também dialoga com a noção de jornalismo indexado proposta por Bennett (1990), segundo a qual a cobertura tende a refletir os limites do consenso institucional dominante. Ao tratar a desinformação como exceção controlada e destacar a atuação da Justiça Eleitoral, a mídia alinhou-se a uma narrativa de estabilidade democrática, mesmo em meio a conflitos significativos. O resultado é uma cobertura que permite a emergência de emoções negativas sem que estas se convertam em cinismo político generalizado, preservando a expectativa de continuidade do processo eleitoral.

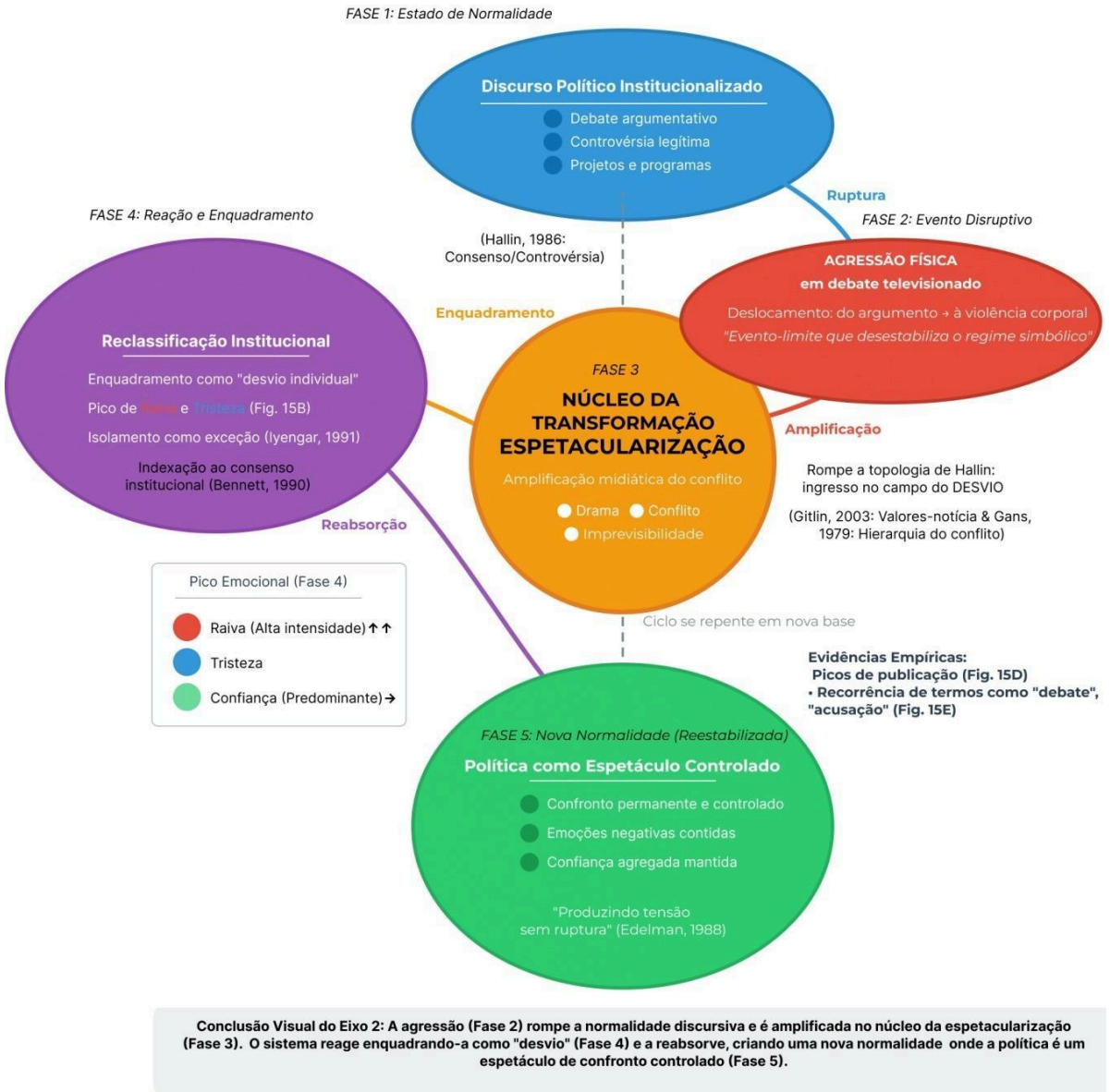
A análise deste eixo evidencia, portanto, que a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 construiu uma gramática narrativa na qual crises de credibilidade foram absorvidas como eventos controláveis, personalistas e institucionalmente resolvidos. Esse enquadramento explica a coexistência entre episódios graves de desinformação e a predominância de sentimentos positivos e de confiança no corpus analisado. Ao mesmo tempo, revela os limites desse modelo, ao apontar para a necessidade de investigar, nos eixos seguintes, como conflitos, espetacularização e personalização da disputa contribuem para moldar a opinião pública para além da estabilidade formal do processo democrático.

3.3.3.2 Conflito, espetacularização e ruptura da normalidade discursiva na cobertura eleitoral paulistana

A emergência do conflito físico na campanha eleitoral de São Paulo em 2024 expôs os limites da gramática discursiva que tradicionalmente organiza o debate político mediado. A agressão de um candidato contra outro em um debate televisionado não constitui apenas um excesso comportamental individual, mas um evento-limite que desestabiliza o regime simbólico da política representativa ao deslocar o confronto do plano argumentativo para o plano da violência corporal. Nesse movimento, a disputa eleitoral deixa de ser apresentada como embate entre projetos e passa a ser narrada como espetáculo de ruptura, no qual a excepcionalidade do ato redefine os critérios de relevância jornalística e reorganiza a percepção pública da campanha.

A Figura 10 representa o ciclo de ruptura, amplificação e reabsorção do conflito na cobertura midiática das eleições de São Paulo em 2024, tomando como evento-limite a agressão física ocorrida em debate televisionado. O diagrama explicita como a violência rompe a normalidade discursiva do debate político, é amplificada pelo núcleo da espetacularização midiática e, posteriormente, reclassificada como desvio individual, permitindo a reestabilização simbólica da campanha. Ao articular fases discursivas, emoções predominantes e referências teóricas, a figura evidencia como o conflito é transformado em espetáculo controlado, produzindo tensão sem colapso institucional.

Figura 10. Ciclo de ruptura discursiva, amplificação midiática do conflito e reclassificação institucional do desvio na cobertura eleitoral paulistano



Fonte: autoria própria (2025), com base em Hallin (1986), Edelman (1988), Gitlin (2003), Gans (1979), Iyengar (1991) e Bennett (1990).

A cobertura do episódio operou uma reclassificação imediata do acontecimento no interior das zonas normativas do discurso político. Conforme Hallin (1986), o jornalismo estrutura sua narrativa a partir de distinções entre consenso, controvérsia legítima e desvio. A agressão física rompe essa topologia ao inscrever o evento no campo do desvio, exigindo não

apenas relato, mas interpretação moral e simbólica. Esse deslocamento é empiricamente observável nos picos de publicação identificados na análise temporal (Figura 15D), bem como na intensificação das emoções de raiva e tristeza no período subsequente ao debate (Figura 15B). O conflito, assim, não apenas aumenta a visibilidade da campanha, mas redefine seu enquadramento dominante.

A espetacularização do conflito não decorre de um simples sensacionalismo episódico, mas da ativação de valores-notícia estruturantes do jornalismo contemporâneo. Gitlin (2003) demonstra que eventos disruptivos tendem a ser narrativamente amplificados por sua capacidade de condensar drama, imprevisibilidade e conflito em imagens de alto impacto simbólico. No caso analisado, a agressão foi reiteradamente mobilizada como marco narrativo da campanha, funcionando como referência interpretativa para acontecimentos posteriores. A recorrência de termos como “debate”, “acusação” e “candidato” na nuvem de palavras (Figura 15E) indica que o conflito não permaneceu circunscrito ao evento em si, mas passou a organizar a linguagem da cobertura eleitoral como um todo.

Esse processo é reforçado pela lógica dos valores-notícia descrita por Gans (1979), segundo a qual o conflito ocupa posição central na hierarquização jornalística dos acontecimentos. A hostilidade crescente nos debates, as acusações pessoais e a recusa de participação de alguns candidatos em determinados eventos midiáticos ampliaram o repertório de confrontos disponíveis para a narrativa jornalística, consolidando a eleição como cenário tensionado. A campanha passa, assim, a ser percebida menos como espaço de deliberação pública e mais como arena de embates sucessivos, nos quais a dramaticidade do conflito se sobrepõe à discussão programática.

Apesar da intensidade simbólica do episódio, a análise emocional agregada do corpus revela uma ambivalência fundamental. As emoções de raiva e tristeza, embora associadas aos picos de cobertura, não se tornam dominantes no conjunto das notícias, coexistindo com a permanência da confiança e da antecipação como emoções predominantes (Figuras 7B e 7F). Essa configuração sugere que o conflito foi narrativamente isolado como exceção, não como síntese da política institucional. Tal padrão é compatível com o enquadramento episódico descrito por Iyengar (1991), no qual eventos específicos são destacados sem que suas implicações sejam generalizadas para o sistema político como um todo.

A capacidade da cobertura de absorver o conflito sem produzir colapso da confiança institucional também pode ser compreendida à luz da indexação jornalística proposta por Bennett (1990). Ao alinhar sua narrativa aos limites do consenso institucional — preservando o calendário eleitoral, a continuidade dos debates e a legitimidade do processo — a mídia

enquadrou a agressão como desvio individual, não como indício de falência democrática. Esse enquadramento explica por que emoções negativas intensas emergem de forma localizada, sem se converterem em cinismo político generalizado ou deslegitimação do processo eleitoral.

Essa estabilização narrativa, contudo, não é isenta de efeitos problemáticos. Ao transformar o conflito em espetáculo controlado, a cobertura tende a normalizar a exceção como parte do jogo político, deslocando a atenção pública para a performance do embate em detrimento da substância do debate. Edelman (1988) adverte que eventos simbólicos, ao serem reiteradamente dramatizados, podem reorganizar a percepção da política como sequência de crises episódicas, esvaziando sua dimensão deliberativa. No caso paulistano, a espetacularização do conflito operou simultaneamente como amplificador emocional e como mecanismo de contenção institucional, produzindo tensão sem ruptura.

A análise deste eixo evidencia, portanto, que a cobertura midiática das eleições de São Paulo em 2024 transformou episódios de conflito extremo em marcos narrativos capazes de reorganizar temporariamente a agenda eleitoral, intensificando emoções negativas sem comprometer a confiança agregada no processo democrático. A ruptura da normalidade discursiva não levou à deslegitimação da eleição, mas redefiniu seus modos de visibilidade, projetando a campanha como espaço de confronto permanente e controlado. Essa dinâmica aponta para a necessidade de examinar, nos eixos seguintes, como a personalização da disputa e a centralização da agenda midiática aprofundam esse deslocamento da política do campo programático para o campo da performance e do espetáculo.

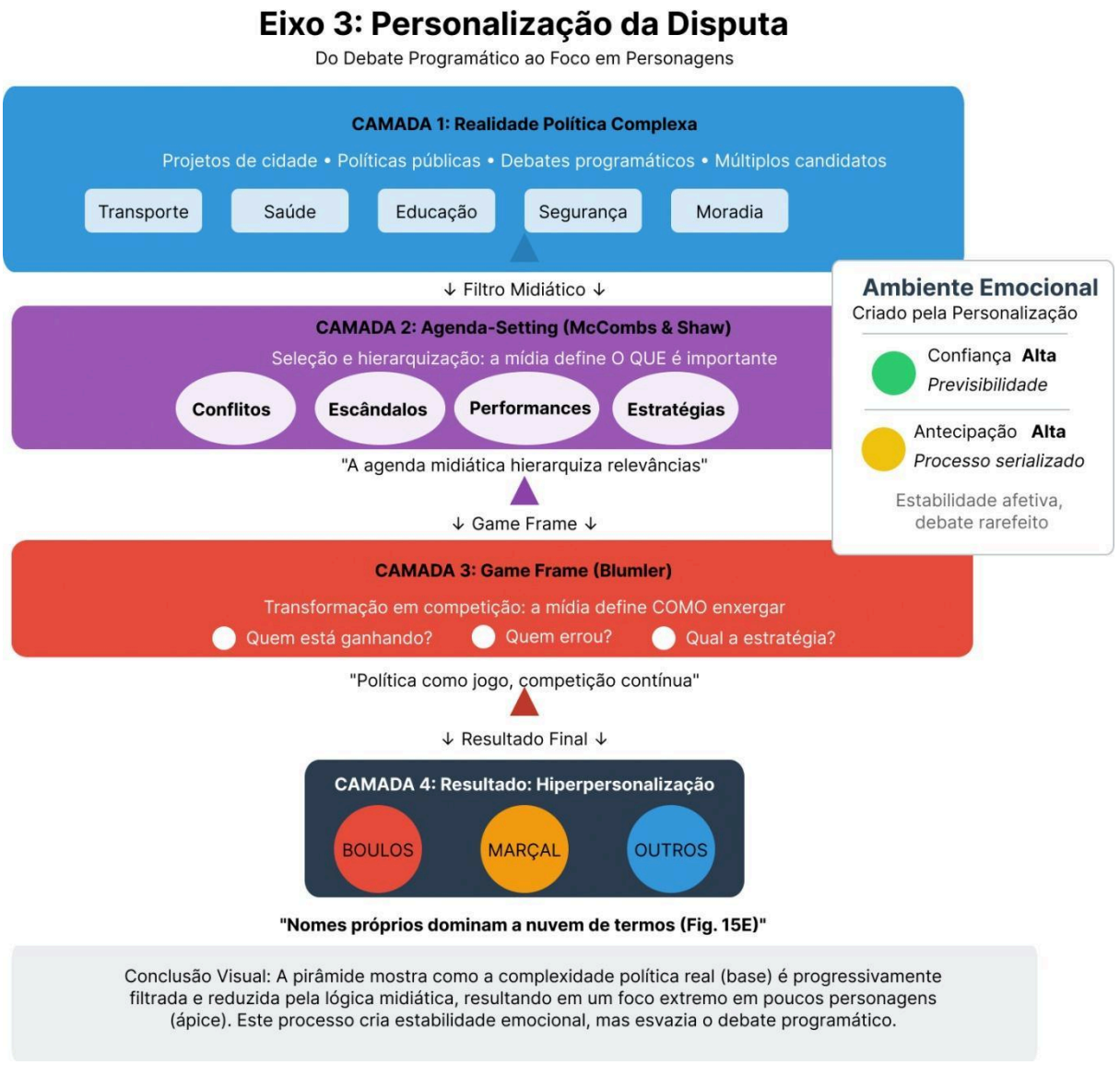
3.3.3.3 Personalização da disputa e erosão do debate programático na cobertura das eleições de São Paulo (2024)

A personalização da cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 não constitui um efeito colateral da dinâmica eleitoral, mas um princípio organizador central da inteligibilidade pública do processo político. Ao privilegiar reiteradamente os nomes, comportamentos e performances de candidatos específicos — com destaque recorrente para Guilherme Boulos e Pablo Marçal — a mídia deslocou o eixo interpretativo da eleição de um confronto entre projetos de cidade para uma disputa entre personagens dotados de alta visibilidade simbólica. Esse deslocamento não apenas reorganiza a agenda informativa, mas redefine os critérios pelos quais o futuro político passa a ser imaginado, avaliado e antecipado.

A Figura 11 apresenta a lógica piramidal por meio da qual a cobertura midiática filtra a complexidade da realidade política e a reconstrói como disputa personalizada entre poucos

personagens centrais. O esquema demonstra como, a partir da *agenda-setting* e do enquadramento estratégico da política como jogo, temas programáticos são progressivamente deslocados por conflitos, performances e estratégias individuais, culminando na hiperpersonalização da narrativa eleitoral. Essa visualização permite compreender empiricamente a centralidade dos nomes próprios na cobertura e seus efeitos cognitivos e emocionais, especialmente a produção de previsibilidade, antecipação e estabilidade afetiva em detrimento da deliberação substantiva.

Figura 11. Processo de filtragem midiática da complexidade política e transformação da disputa eleitoral em competição personalizada centrada em personagens.



Fonte: autoria própria (2025), com base em McCombs e Shaw (1972), Blumler (2016), Bennett (1990), Lippmann (1922), Luhmann (1995) e Edelman (1988).

A evidência empírica desse processo é particularmente clara na nuvem de termos gerada pela mineração de notícias, na qual nomes próprios e referências diretas a candidatos dominam o campo semântico da cobertura (Figura 7E). A baixa recorrência de termos associados a políticas públicas estruturais, programas de governo ou propostas substantivas indica que a eleição foi narrativamente comprimida em torno de identidades individuais e eventos performáticos. Esse padrão se articula à concentração da cobertura em poucos veículos de grande alcance nacional (Figura 7C), os quais exercem papel central na definição da saliência temática do debate público. Como argumentam McCombs e Shaw (1972), a agenda midiática não apenas seleciona temas, mas hierarquiza relevâncias, operando como filtro cognitivo que orienta a atenção pública para determinados atores em detrimento de outros conteúdos possíveis.

Essa centralização em personagens encontra respaldo no enquadramento estratégico da política eleitoral, frequentemente descrito como *game frame*. Para Blumler (2016), a lógica do jogo transforma a política em competição contínua, na qual importam menos as ideias substantivas e mais os movimentos táticos, os erros, as reações e a capacidade de ocupar o centro da cena midiática. No caso paulistano, a cobertura privilegiou declarações polêmicas, embates pessoais e episódios de alta carga simbólica, convertendo debates e aparições públicas em arenas de avaliação performática. A eleição passa, assim, a ser narrada como sequência de jogadas, nas quais a viabilidade eleitoral é associada à habilidade de manter-se visível e competitivo no fluxo noticioso.

Bennett (1990) contribui para aprofundar essa leitura ao demonstrar que o jornalismo político contemporâneo tende a adotar uma postura estratégica, orientada menos pela mediação de conteúdos programáticos e mais pela análise de disputas, alianças e chances de vitória. Esse tipo de cobertura, ao se ancorar em indicadores de desempenho e expectativas de resultado, reforça a personalização da política e reduz a complexidade do debate público. No corpus analisado, esse movimento é perceptível na ênfase recorrente em cenários eleitorais, reações imediatas e posicionamentos individuais, em detrimento de discussões estruturadas sobre políticas urbanas, sociais ou econômicas.

A dimensão emocional desse enquadramento é central para compreender seus efeitos. A predominância das emoções de confiança e antecipação identificada na análise emocional (Figuras 7B e 7F) não pode ser interpretada como sinal inequívoco de engajamento democrático qualificado. Ao contrário, essas emoções emergem como produtos de uma narrativa que apresenta a eleição como processo previsível, administrável e orientado por performances individuais. Lippmann (1922) já advertia que a opinião pública se forma em

“pseudoambientes” construídos mediaticamente, nos quais a complexidade do mundo político é simplificada em imagens cognitivamente manejáveis. A personalização extrema da cobertura cria exatamente esse tipo de ambiente, no qual o futuro eleitoral é imaginado a partir da trajetória de poucos personagens, e não da confrontação de alternativas políticas substantivas.

Essa redução da complexidade encontra paralelo na teoria dos sistemas de Luhmann (1995), para quem a comunicação social opera selecionando informações capazes de manter a continuidade do sistema. Ao centrar a narrativa em personagens reconhecíveis, a mídia reduz a incerteza e facilita a circulação de expectativas sobre o resultado eleitoral, produzindo um ambiente emocionalmente estável, marcado mais pela antecipação do desfecho do que pela problematização das escolhas envolvidas. A confiança observada nos dados, nesse sentido, é menos expressão de adesão deliberativa e mais efeito de uma narrativa que transforma a política em processo acompanhável, quase serializado, no qual o público é convidado a assistir ao desenrolar dos acontecimentos.

Esse enquadramento, contudo, carrega uma ambivalência estrutural. Se, por um lado, a personalização facilita a compreensão e a identificação do público com a disputa, por outro, ela contribui para a erosão do debate programático e para a marginalização de discussões substantivas sobre políticas públicas. A centralidade dos personagens tende a obscurecer conflitos estruturais e a reduzir a política a uma sucessão de episódios performáticos, nos quais o julgamento público se orienta mais por traços individuais do que por projetos coletivos. Essa dinâmica não implica despolitização total, mas uma reconfiguração da política como espetáculo competitivo, em consonância com o que Edelman (1988) descreve como a transformação simbólica da ação política em eventos dramatizados.

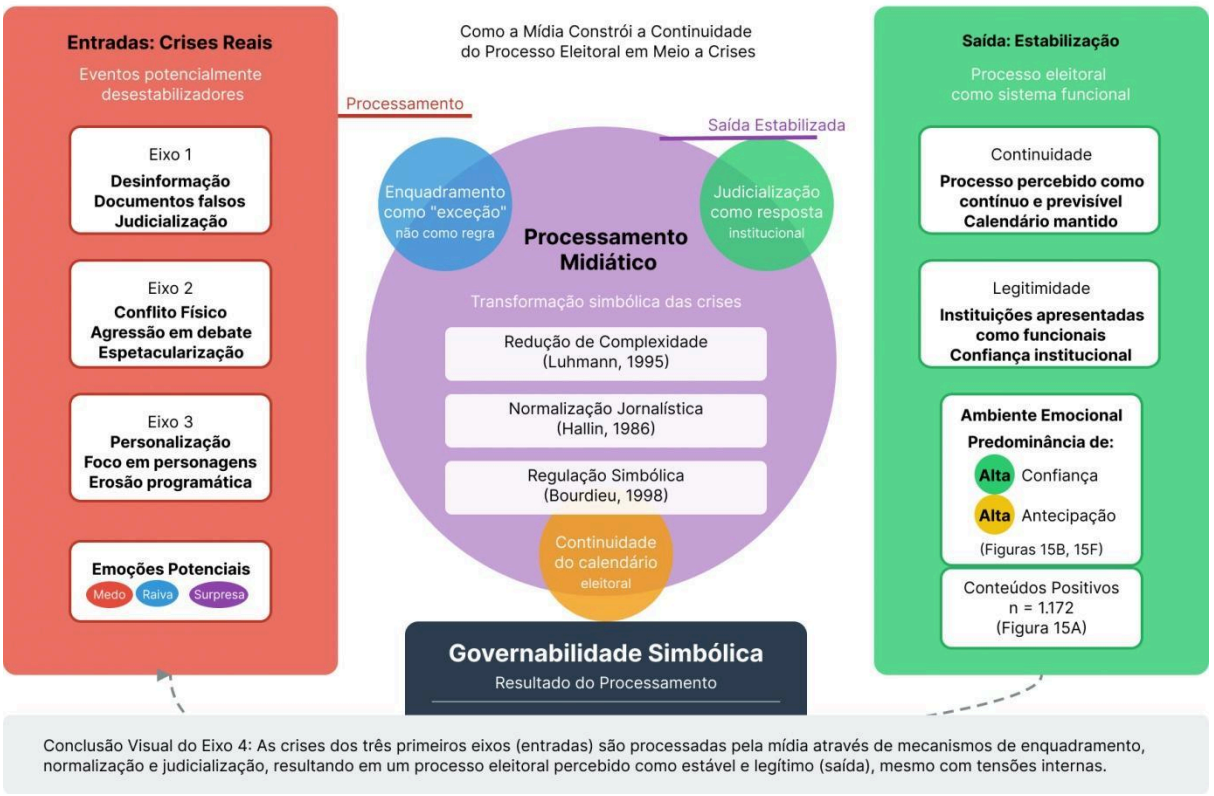
A análise deste eixo evidencia, portanto, que a personalização da cobertura midiática das eleições de São Paulo em 2024 operou como mecanismo de organização cognitiva e emocional do debate público. Ao deslocar o foco da eleição de programas para personagens, a mídia produziu um ambiente informacional marcado por confiança e antecipação, ao mesmo tempo em que restringiu o espaço para a deliberação substantiva sobre políticas públicas. Essa configuração não invalida a relevância democrática do processo eleitoral, mas aponta para seus limites contemporâneos, abrindo espaço para investigar, no eixo seguinte, como a estabilização institucional e a normalização da narrativa eleitoral operam em conjunto com essa personalização para moldar a opinião pública.

3.3.3.4 Estabilização institucional, normalização narrativa e governabilidade simbólica da eleição paulistana

A cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 evidencia que a produção jornalística não se limitou a registrar conflitos, escândalos ou disputas personalizadas, mas operou ativamente na construção de uma narrativa de estabilização institucional capaz de sustentar a continuidade simbólica do processo eleitoral. Mesmo diante de episódios que, em outros contextos, poderiam ser interpretados como sinais de crise democrática — como a disseminação de desinformação, a judicialização da campanha e a ruptura da normalidade discursiva em debates públicos — a mídia articulou esses acontecimentos a um horizonte de previsibilidade, no qual a eleição foi reiteradamente apresentada como processo funcional e controlado.

A Figura 12 integra os três eixos anteriores ao demonstrar como crises de credibilidade, conflitos espetacularizados e disputas personalizadas são processados midiaticamente de modo a sustentar a continuidade simbólica do processo eleitoral. O diagrama evidencia o papel do enquadramento da exceção, da judicialização como resposta institucional e da redução de complexidade na construção de uma narrativa de normalidade e previsibilidade. Ao articular entradas críticas, mecanismos de processamento e saídas estabilizadoras, a figura explicita a operação da governabilidade simbólica, na qual a eleição é percebida como funcional e legítima mesmo em meio a tensões recorrentes.

Figura 12. Modelo integrado de processamento midiático das crises eleitorais e produção de governabilidade simbólica por meio da normalização narrativa e da estabilização emocional.



Fonte: o autor, com base em Luhmann (1995), Hallin (1986), Bourdieu (1998), Edelman (1988), Lippmann (1922) e Rosa (2019).

Os dados empíricos da análise de sentimentos e emoções corroboram essa interpretação. A predominância de conteúdos classificados como positivos (Figura 7A), associada à centralidade das emoções de confiança e antecipação (Figuras 7B e 7F), indica que a cobertura construiu um ambiente informacional orientado mais pela continuidade do processo do que pela problematização de seus limites estruturais. A baixa incidência de emoções como surpresa e desgosto — frequentemente associadas à percepção de ruptura sistêmica — sugere que os acontecimentos críticos foram absorvidos como episódios integráveis à rotina eleitoral, e não como sinais de desorganização institucional.

Essa operação narrativa pode ser compreendida à luz da teoria dos sistemas sociais de Luhmann (1995), segundo a qual a comunicação desempenha papel central na redução da

complexidade social. Ao enquadrar a atuação da Justiça Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e de outras instâncias reguladoras como respostas eficazes e previsíveis aos conflitos emergentes, a mídia contribuiu para estabilizar expectativas e orientar a percepção pública da eleição como sistema autopoético capaz de corrigir suas próprias disfunções. A judicialização da campanha, nesse sentido, não foi narrada como ameaça à política, mas como demonstração de seu funcionamento normativo.

Esse enquadramento institucional também dialoga com a noção de normalização jornalística desenvolvida por Hallin (1986), segundo a qual a mídia tende a reintegrar eventos disruptivos aos limites do consenso institucional. No corpus analisado, episódios de conflito e desinformação foram progressivamente deslocados do centro do debate para o plano da exceção controlada, enquanto a narrativa dominante reafirmava a continuidade do calendário eleitoral, a legitimidade das regras do jogo e a previsibilidade do desfecho. Tal dinâmica explica por que emoções negativas como medo, raiva e tristeza aparecem em níveis moderados (Figura 15B), sem se converterem em sentimentos predominantes ou em deslegitimação generalizada do processo democrático.

Entretanto, essa estabilização narrativa não deve ser interpretada como operação neutra ou isenta de efeitos políticos. Ao absorver crises e conflitos como parte funcional da disputa eleitoral, a cobertura tende a produzir aquilo que Bourdieu (1998) descreve como regulação simbólica do campo político, na qual tensões estruturais são convertidas em episódios pontuais, passíveis de resolução técnica ou jurídica. Nesse movimento, a normalidade institucional é preservada ao custo da redução do espaço para a problematização crítica das condições que possibilitam a recorrência de conflitos, desinformação e personalização extrema da disputa.

A dimensão emocional desse processo é central para compreender seus efeitos sobre a opinião pública. As emoções de confiança e antecipação, dominantes no radar emocional (Figura 7F), funcionam como operadores afetivos de governabilidade simbólica, ao orientar o público para o acompanhamento do desfecho eleitoral, e não para a deliberação substantiva sobre os rumos da cidade. Lippmann (1922) já havia apontado que a opinião pública se forma em ambientes simbólicos mediados, nos quais a complexidade do mundo político é substituída por imagens cognitivamente manejáveis. No caso analisado, a estabilização emocional da cobertura produziu um pseudoambiente no qual a eleição é percebida como processo contínuo e administrável, mesmo em meio a conflitos significativos.

Essa leitura encontra ressonância na teoria da aceleração e da ressonância de Rosa (2019), para quem a estabilização afetiva pode gerar formas de adesão simbólica desprovidas

de engajamento crítico profundo. A confiança observada na cobertura paulistana não se traduz necessariamente em fortalecimento da deliberação democrática, mas em disposição afetiva para aceitar o processo tal como ele se apresenta. A antecipação, por sua vez, projeta o futuro eleitoral como algo a ser aguardado, e não disputado em termos programáticos, reforçando a lógica de acompanhamento passivo da política.

A normalização narrativa, portanto, desempenha papel ambivalente. Por um lado, contribui para a preservação da legitimidade do processo eleitoral e para a redução de sentimentos de instabilidade ou colapso institucional. Por outro, limita a capacidade crítica da cobertura ao enquadrar conflitos como exceções resolvidas e ao deslocar o debate público para o plano da expectativa e do resultado. A eleição é apresentada como evento que se desenrola apesar das tensões, e não como arena na qual essas tensões poderiam ser aprofundadas e politizadas.

A análise deste eixo evidencia que a cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 operou como dispositivo de governabilidade simbólica, articulando instituições, narrativas e emoções de modo a sustentar a continuidade democrática sem enfrentar plenamente seus paradoxos internos. A estabilização institucional e a normalização do processo eleitoral, longe de serem apenas reflexos da realidade política, configuram-se como produções discursivas que moldam a forma como a democracia é percebida, sentida e julgada. Essa constatação permite, por fim, integrar os quatro eixos analíticos do estudo e refletir sobre como crise, conflito, personalização e estabilização atuam conjuntamente na conformação contemporânea da opinião pública mediada.

3.3.4 Conclusão

A análise integrada da cobertura midiática das eleições municipais de São Paulo em 2024 evidencia que o jornalismo político contemporâneo opera menos como instância de esclarecimento deliberativo e mais como dispositivo de estabilização simbólica da democracia em contextos de alta tensão. A coexistência entre crises de credibilidade, episódios de desinformação, conflitos espetacularizados, personalização extrema da disputa e, simultaneamente, a predominância de emoções positivas e expectativas de continuidade institucional revela um regime comunicacional capaz de absorver disrupções sem convertê-las em questionamentos sistêmicos do processo eleitoral. A democracia mediada emerge, assim, não como espaço de aprofundamento programático, mas como processo narrativamente

governável, no qual a inteligibilidade e a previsibilidade do rito eleitoral se sobrepõem à politização estrutural dos conflitos.

Os resultados empíricos sustentam essa interpretação ao demonstrar que emoções como confiança e antecipação estruturaram o ambiente informacional, mesmo em contextos marcados por judicialização da campanha, circulação de documentos falsos, agressão física em debate público e disputas personalistas intensas. Esses achados indicam que emoções negativas — medo, raiva e tristeza — não desapareceram, mas foram funcionalmente contidas e narrativamente enquadradas como episódios localizados, incapazes de comprometer a legitimidade do processo como um todo. A cobertura jornalística, nesse sentido, atuou como mediadora afetiva da política, orientando a recepção pública não apenas sobre o que pensar, mas sobretudo sobre como sentir a eleição.

A articulação entre os quatro eixos analíticos permite compreender que crise, conflito, personalização e estabilização não são dimensões contraditórias, mas componentes complementares de um mesmo regime de visibilidade. A crise de credibilidade foi tratada como desvio individual resolvível institucionalmente; o conflito extremo foi transformado em espetáculo episódico sem efeitos sistêmicos; a personalização da disputa organizou cognitivamente a campanha em torno de personagens centrais; e a estabilização institucional operou como horizonte narrativo permanente, garantindo a continuidade simbólica da eleição. O efeito agregado desse arranjo é a produção de uma democracia funcionalmente estável, porém deliberativamente rarefeita, na qual o debate programático cede lugar à performance política e à expectativa do resultado.

Esse modelo de cobertura não implica, contudo, neutralidade normativa. Ao reduzir a complexidade do conflito político e ao converter disputas estruturais em eventos episódicos, a mídia contribui para uma forma específica de governabilidade simbólica, baseada mais na gestão das emoções públicas do que na ampliação da esfera deliberativa. A confiança observada nos dados não se traduz automaticamente em fortalecimento democrático substantivo, mas em adesão afetiva a um processo percebido como previsível e administrável. Tal constatação tensiona leituras excessivamente otimistas sobre o papel estabilizador do jornalismo e convida a uma reflexão crítica sobre os limites democráticos da normalização narrativa em contextos eleitorais altamente midiatizados.

Como todo estudo empírico, esta pesquisa apresenta limitações que devem ser explicitadas. A análise concentrou-se em um recorte temporal específico e em um conjunto delimitado de veículos jornalísticos digitais, o que não permite generalizações automáticas para outros contextos eleitorais, níveis de governo ou ecossistemas midiáticos. Além disso, a

mineração de notícias, embora potente para identificar padrões emocionais, tem limitações semânticas inerentes, não captando integralmente nuances discursivas, ironias ou disputas interpretativas mais sutis. Do ponto de vista metodológico, futuras pesquisas podem se beneficiar da triangulação com análises qualitativas aprofundadas, entrevistas com jornalistas e estudos comparativos entre diferentes eleições ou cidades.

No campo das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de avançar em estratégias de regulação e fortalecimento do ecossistema informacional, especialmente no que se refere à transparência algorítmica das plataformas digitais, ao combate estruturado à desinformação eleitoral e ao incentivo a formatos jornalísticos que ampliem a visibilidade de propostas programáticas. Políticas de alfabetização midiática e informacional também se mostram centrais, não apenas para capacitar cidadãos a identificar conteúdos falsos, mas para compreender criticamente os enquadramentos emocionais da notícia. Para novos estudos, abre-se uma agenda promissora voltada à investigação da relação entre emoções públicas, confiança institucional e qualidade democrática, bem como ao papel da mídia na produção de formas contemporâneas de adesão política que operam menos pela convicção racional e mais pela estabilização afetiva da vida democrática.

3.4 Caso 3: Regulamentação das Mídias (Suprema Corte Brasileira / Alexandre de Morais) versus Liberdade de Expressão (Plataforma X / Antigo Twitter / Elon Musk)

Síntese do Caso:

Contexto: A pesquisa situa-se na interseção entre Comunicação Política, Direito e Estudos de Ciência e Tecnologia. O crescimento do poder normativo das plataformas digitais tem gerado conflitos inéditos com instituições estatais, reconfigurando a governança democrática. O embate público entre Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes (STF) em 2024 configura-se como um caso-síntese dessas tensões, envolvendo liberdade de expressão, soberania regulatória e poder corporativo transnacional. Embora exista vasta literatura sobre regulação de plataformas, persistem lacunas empíricas sobre como esses conflitos são midiaticamente construídos e quais regimes emocionais estruturam sua recepção pública, especialmente no contexto do Sul Global. Analisar como a cobertura jornalística digital enquadrou o conflito entre Elon Musk e o STF, investigando seus efeitos políticos, simbólicos e epistêmicos na produção de confiança institucional e na gestão das emoções públicas.

Metodologia: Adotou-se uma metodologia quantitativa e crítica. Um corpus de 4.000 notícias foi coletado de portais jornalísticos brasileiros de grande circulação entre agosto e outubro de 2024. A análise combinou técnicas de mineração de texto, classificação de sentimentos (positivo, negativo, neutro), identificação de emoções predominantes (confiança, antecipação, medo, etc.), análise temporal e análise lexical.

Resultados: A cobertura apresentou predominância expressiva de tonalidade positiva (3.156 textos) e da emoção confiança, seguida por antecipação e medo. A análise revelou um forte enquadramento jurídico-institucional, a centralização da cobertura em grandes veículos e uma temporalidade episódica ligada a decisões judiciais. A polarização ideológica explícita foi atenuada em favor de uma narrativa estabilizadora.

Conclusões: A mídia operou como dispositivo de estabilização simbólica, judicializando o conflito e convertendo-o em crise administrável. Esse processo reforçou a confiança institucional e a governança por expectativa, mas silenciou disputas geopolíticas e infraestruturais mais profundas do capitalismo digital, apontando para os limites da despolitização do debate público.

3.4.1 Suprema Corte Brasileira versus Plataforma X

A crescente centralidade das plataformas digitais na organização da esfera pública contemporânea tem deslocado conflitos políticos clássicos para arenas híbridas, nas quais decisões jurídicas, infraestruturas técnicas, regimes emocionais e disputas geopolíticas se entrelaçam de forma inédita. Nesse contexto, episódios de confronto entre empresas de tecnologia e instituições estatais deixam de ser eventos localizados para se converterem em casos paradigmáticos da governança democrática em ambientes digitalizados. O conflito público entre Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes, em torno das decisões do Supremo Tribunal Federal relativas à atuação da plataforma X no Brasil, inscreve-se precisamente nesse cenário, mobilizando debates sobre liberdade de expressão, soberania regulatória, poder corporativo transnacional e os limites do constitucionalismo digital.

A relevância desse episódio não decorre apenas de sua visibilidade midiática, mas da forma como ele condensa tensões estruturais do capitalismo digital contemporâneo. A intensificação de medidas judiciais envolvendo plataformas, somada à reação pública de executivos que se posicionam como defensores de uma concepção maximalista de liberdade de expressão, evidencia um deslocamento do conflito político para o terreno da judicialização da comunicação e da plataformização da política (HIRSCHL, 2008; GILLESPIE, 2018). Trata-se de um processo que reorganiza práticas jornalísticas, expectativas sociais e formas de legitimação institucional, ao mesmo tempo em que reconfigura a relação entre Estado, mercado e cidadania em escala global.

O objeto específico deste estudo é a cobertura jornalística digital do conflito entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, analisada a partir de técnicas de mineração de notícias aplicadas a um corpus de 4.000 textos publicados entre agosto e outubro de 2024 em portais brasileiros de grande circulação. Ao investigar como esse embate foi narrativamente construído pela mídia, o trabalho busca compreender seus efeitos políticos, simbólicos e epistêmicos, especialmente no que se refere à produção de confiança institucional, à gestão das emoções públicas e à visibilidade — ou invisibilização — de disputas estruturais envolvendo soberania digital e geopolítica dos dados.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com diferentes tradições críticas que analisam a reconfiguração do poder nas democracias contemporâneas. A noção de judicialização da política (HIRSCHL, 2008) fornece uma chave para compreender o protagonismo crescente das cortes constitucionais em conflitos que extrapolam o campo estritamente jurídico. A teoria dos sistemas de Luhmann (1995) contribui para a leitura do

direito como mecanismo de redução da complexidade social, enquanto os estudos sobre plataformização da esfera pública (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018) e economia política das plataformas (SRNICEK, 2017) permitem situar as empresas digitais como atores infraestruturais dotados de poder normativo. Complementarmente, abordagens sobre sociedade do risco e governança por antecipação (BECK, 1992; ANDERSON, 2010), bem como críticas à governança algorítmica e à colonialidade digital (ROUVROY; BERNS, 2013; SANTOS, 2014; CHAN, 2020), ampliam o horizonte analítico ao incorporar dimensões emocionais, temporais e geopolíticas do conflito.

Apesar da vasta literatura sobre regulação de plataformas e liberdade de expressão, persistem lacunas empíricas importantes no que diz respeito à forma como esses conflitos são mediados pelo jornalismo e às emoções políticas que estruturam sua recepção pública. Grande parte dos estudos privilegia análises normativas ou jurídicas, deixando em segundo plano os enquadramentos midiáticos e os regimes afetivos que acompanham a circulação dessas controvérsias. Este trabalho busca contribuir para esse debate ao articular análise computacional de textos jornalísticos com reflexão teórica crítica, explorando como sentimentos, emoções e escolhas lexicais participam ativamente da estabilização — ou deslocamento — do dissenso político.

A escolha do caso brasileiro se justifica tanto por sua centralidade recente no debate global sobre regulação de plataformas quanto por sua posição estratégica no Sul Global, onde disputas entre modelos de governança digital estadunidenses e chineses se manifestam de forma particularmente intensa. O corpus analisado reúne notícias publicadas por veículos de ampla circulação, como Folha de S. Paulo, Poder360, Metrópoles e Brasil 247, permitindo observar como diferentes orientações editoriais convergem — ou divergem — na construção narrativa do conflito. A aplicação de técnicas de mineração de notícias e análise de sentimentos, realizada no ambiente *R-Studio*, possibilita identificar padrões discursivos, emocionais e temporais que não seriam facilmente captáveis por abordagens exclusivamente qualitativas.

Ao contrastar esse objeto com abordagens tradicionais centradas na análise jurídica ou na retórica política direta, o estudo evidencia ganhos e perdas dessa transição metodológica. Ganha-se capacidade de mapear grandes volumes de dados e identificar regularidades discursivas; perde-se, em alguma medida, a apreensão fina de contextos específicos e intencionalidades editoriais. Ainda assim, a combinação entre métodos computacionais e teoria crítica permite tensionar leituras simplificadoras do conflito, revelando dilemas éticos e

políticos associados à normalização institucional de disputas que envolvem poder corporativo, soberania informacional e direitos fundamentais.

Nesse sentido, o artigo parte da hipótese de que a cobertura jornalística do conflito Musk–Moraes não operou como espaço de polarização extrema, mas como dispositivo de estabilização simbólica, no qual emoções como confiança, antecipação e medo desempenham papel central na gestão do dissenso. A investigação busca responder à pergunta de como e em que medida o jornalismo contribuiu para enquadrar esse embate como crise administrável, ao mesmo tempo em que silenciou ou deslocou conflitos geopolíticos e infraestruturais mais profundos. Para tanto, o trabalho se orienta por objetivos específicos que incluem o mapeamento dos sentimentos predominantes, a identificação dos principais enquadramentos discursivos e a análise das implicações políticas e epistêmicas desses achados.

Ao fazê-lo, a pesquisa pretende oferecer contribuições tanto para o campo da comunicação política e dos estudos de mídia quanto para o debate mais amplo sobre governança digital e democracia. Suas implicações extrapolam o caso analisado, ao lançar luz sobre os modos pelos quais conflitos entre plataformas e Estado são narrativamente absorvidos, emocionalmente regulados e politicamente normalizados em sociedades profundamente mediadas por infraestruturas digitais.

3.4.2 Resultados

A Figura 13 apresenta de forma integrada os principais resultados da análise de mineração de notícias sobre o conflito entre Elon Musk e o ministro Alexandre de Moraes, a partir de um corpus composto por 4.000 notícias publicadas entre 01 de agosto e 31 de outubro de 2024, coletadas em portais jornalísticos brasileiros de grande circulação. As subfiguras 13-A a 13-F sintetizam diferentes dimensões analíticas do conjunto de dados.

Figura 13. Análise integrada da cobertura midiática sobre o conflito entre Elon Musk e Alexandre de Moraes (01/08/2024–31/10/2024)



Fonte: produção própria. Produzido no R-Studio.

A Figura 13-A apresenta a classificação geral de sentimentos dos textos analisados. Observa-se uma predominância expressiva de conteúdos classificados como positivos (3.156 textos), seguida por uma quantidade menor de textos negativos (667) e um número residual de textos neutros (177). Esse padrão sugere que, apesar da natureza conflituosa e judicial do episódio, a cobertura jornalística adotou majoritariamente uma linguagem enquadrada como positiva, possivelmente associada a discursos de institucionalidade, legalidade, previsibilidade decisória e estabilidade democrática.

A Figura 13-B detalha a frequência absoluta das emoções identificadas nos textos. A emoção confiança aparece como a mais recorrente, destacando-se de forma significativa em relação às demais. Em seguida, observam-se níveis elevados de antecipação e medo, indicando um ambiente discursivo marcado tanto por expectativas em relação aos desdobramentos do conflito quanto por incertezas e apreensões institucionais. Emoções como tristeza, raiva, alegria, desgosto e surpresa apresentam frequências relativamente menores, sugerindo menor centralidade emocional no enquadramento narrativo predominante.

A Figura 13-C apresenta os principais veículos de comunicação responsáveis pela publicação das notícias analisadas. Destacam-se portais de grande alcance nacional, como Brasil 247 (esquerda), Poder360 (centro-direita), Metrópoles (centro) e Folha de S. Paulo (centro), o que confirma a ampla repercussão do conflito nos principais circuitos do jornalismo digital brasileiro. A presença de veículos com diferentes orientações editoriais sugere que o tema ultrapassou clivagens ideológicas e foi incorporado de forma ampla à agenda jornalística nacional. Esse resultado indica que o tema não permaneceu restrito a nichos específicos, mas integrou a agenda pública durante o período analisado, em consonância com estudos sobre ecossistemas de mídia e consumo de notícias digitais (NEWMAN et al., 2024).

A Figura 13-D mostra a distribuição temporal das publicações, evidenciando uma forte concentração de notícias no final do mês de agosto e início de setembro de 2024, período em que o conflito atingiu maior visibilidade pública. Após esse pico inicial, observa-se uma redução gradual na frequência das publicações, com novos aumentos pontuais associados a desdobramentos jurídicos e declarações públicas posteriores. Esse comportamento reflete a dinâmica típica do ciclo informacional das notícias: após o momento inicial de maior repercussão, a cobertura tende a diminuir à medida que a agenda midiática se reorganiza e novos acontecimentos passam a disputar a atenção pública. Ainda assim, a continuidade do conflito produz retomadas episódicas de interesse, geralmente menos intensas que o pico

inicial, motivadas por novos pronunciamentos ou decisões institucionais — como manifestações de autoridades da Suprema Corte brasileira em defesa das instituições democráticas e posicionamentos públicos de Elon Musk em crítica às políticas de moderação e à liberdade de expressão.

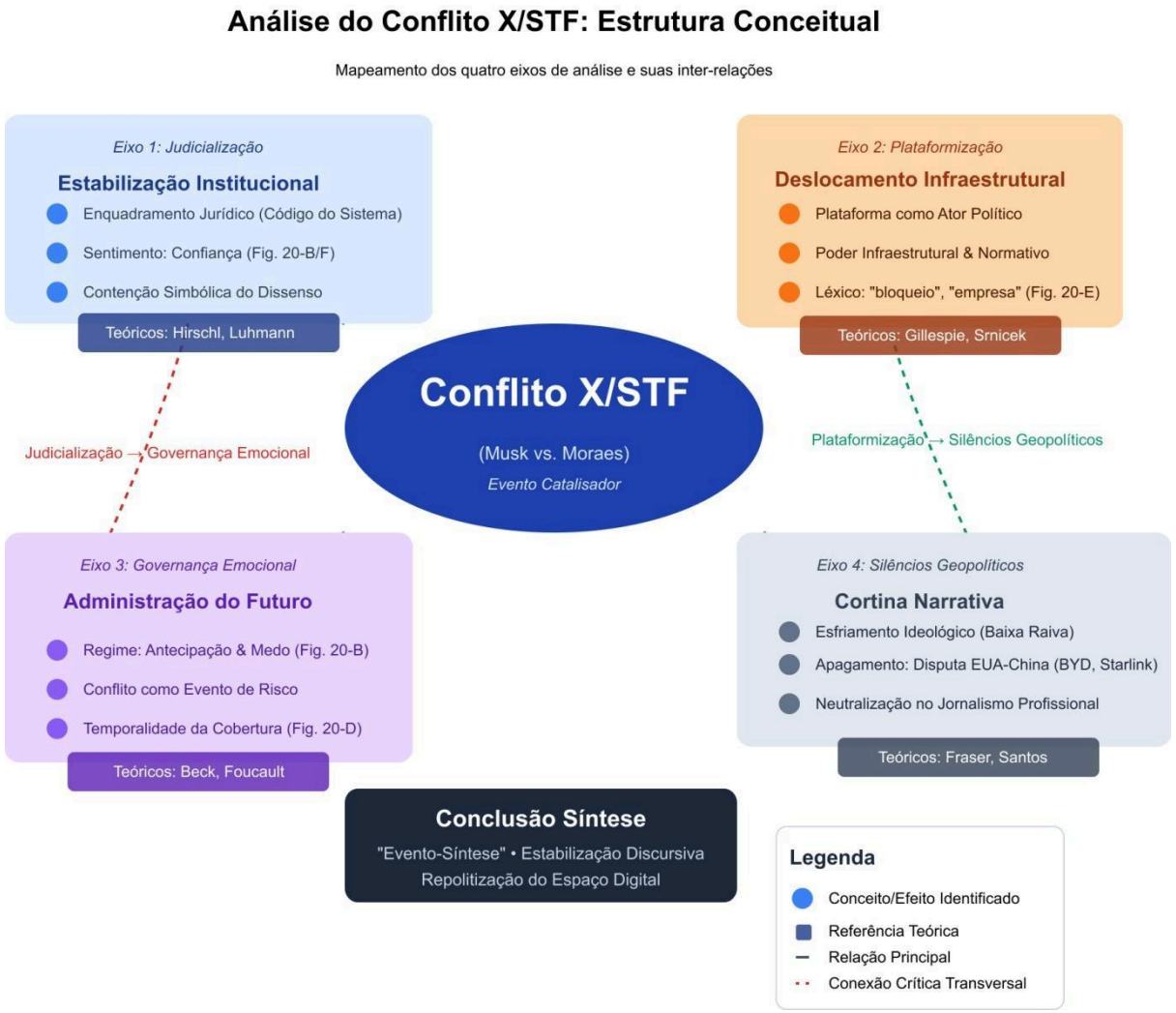
A Figura 13-E apresenta a nuvem de termos construída a partir das palavras mais frequentes nos textos analisados. Destacam-se termos como “Moraes”, “ministro”, “Brasil”, “decisão”, “bloqueio”, “STF”, “rede” e “plataforma”, evidenciando a centralidade do enquadramento jurídico-institucional do conflito. Observa-se também a recorrência de referências diretas às empresas vinculadas a Elon Musk, como Starlink e Twitter/X, indicando que o embate foi narrativamente construído não apenas como um conflito individual, mas como uma disputa envolvendo plataformas digitais, soberania regulatória e poder corporativo transnacional.

Por fim, a Figura 13-F apresenta o mapa radar das emoções predominantes, permitindo uma visualização comparativa da intensidade relativa das emoções identificadas. O gráfico reforça a centralidade da confiança, seguida por antecipação e medo, enquanto emoções como alegria, surpresa e desgosto aparecem com menor expressividade. Esse padrão confirma a tendência observada nas análises anteriores, apontando para uma cobertura predominantemente racional-institucional, com menor apelo a registros emocionais extremos.

3.4.3 Discussão

A leitura integrada dos resultados evidencia que o conflito entre o X e o STF se organiza como um evento-síntese, no qual judicialização, plataformização, regimes emocionais e silêncios geopolíticos se articulam de forma relacional. Conforme sistematizado na Figura 14, os achados empíricos revelam padrões discursivos de estabilização institucional, deslocamento infraestrutural e administração da incerteza, permitindo que a discussão avance da descrição dos dados para a problematização crítica das implicações políticas, tecnológicas e democráticas da governança digital contemporânea.

Figura 14. Estrutura conceitual do conflito X/STF: judicialização, plataformização, governança emocional e silêncios geopolíticos



Fonte: autoria própria (2025), baseada em Hirschl (2008), Luhmann (1995), Gillespie (2018), Srnicek (2017), Beck (1992), Foucault (2008), Fraser (2014) e Santos (2014).

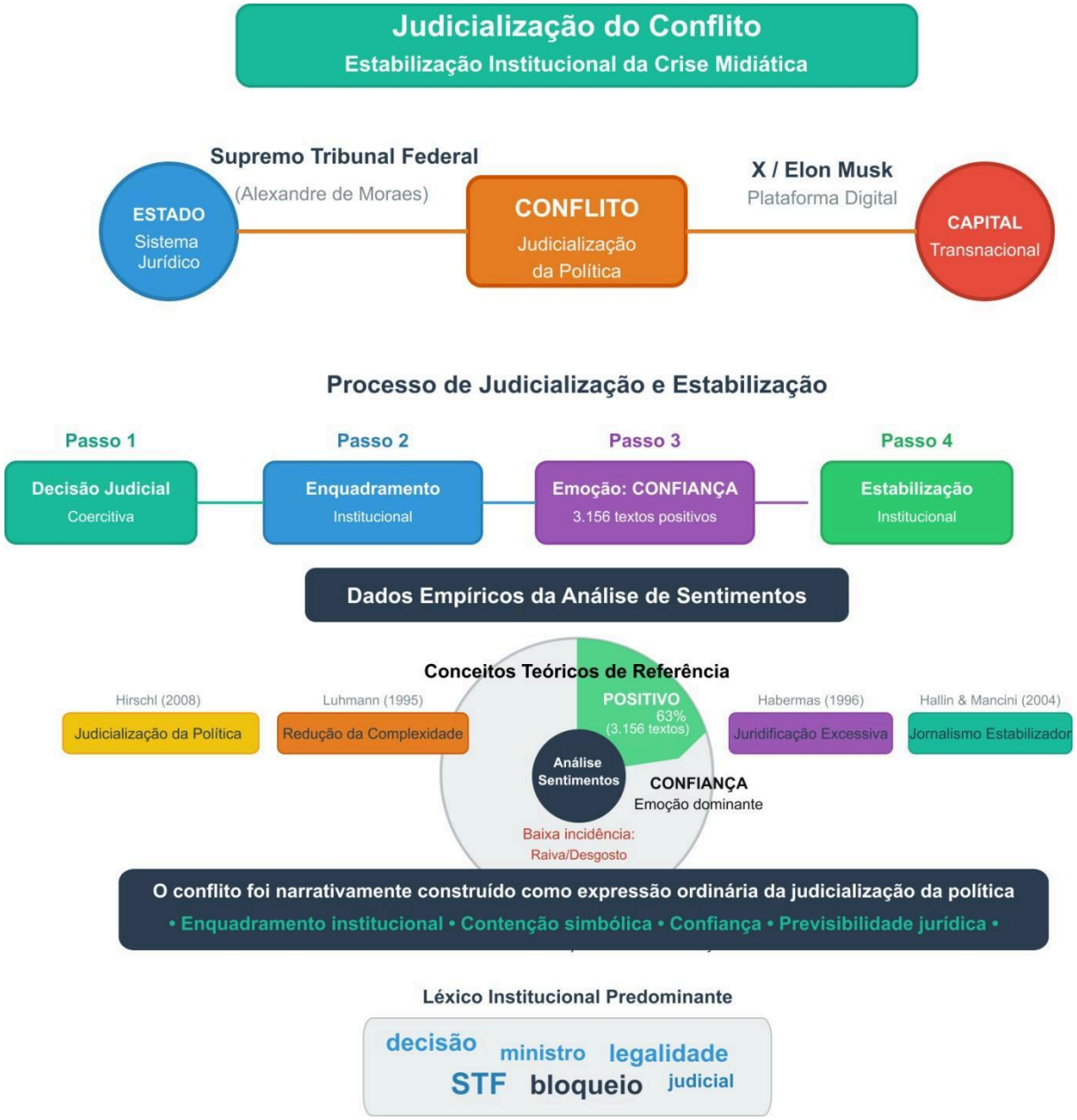
A Figura 14 explicita, de forma sintética e relacional, os mecanismos centrais que sustentam a tese do estudo ao demonstrar que o conflito X/STF opera como um evento-síntese da governança digital contemporânea. O eixo da judicialização evidencia como o enquadramento jurídico e a predominância da confiança funcionam como dispositivos de estabilização institucional do dissenso, enquanto o eixo da plataformização revela o deslocamento do conflito para o plano infraestrutural, no qual plataformas assumem papel de atores políticos dotados de poder normativo. A governança emocional, articulada pelos regimes de antecipação e medo, valida empiricamente a tese de administração do futuro como estratégia de contenção política. Desta forma, o eixo dos silêncios geopolíticos demonstra que

o esfriamento ideológico e a neutralização jornalística operam como cortina narrativa que obscurece disputas estruturais sobre soberania de dados e capitalismo digital. A articulação entre esses elementos confirma que a estabilização discursiva do conflito não elimina a dimensão política, mas a reconfigura, validando a hipótese de que a crise é absorvida institucionalmente ao custo da despolitização estrutural do debate público digital.

3.4.3.1 Judicialização do Conflito e Estabilização Institucional da Crise Midiática

A partir da mineração de notícias, observa-se que decisões coercitivas e embates públicos foram progressivamente traduzidos em um enquadramento institucional estabilizador, no qual o sistema jurídico opera como instância de contenção simbólica do dissenso. Esse movimento desloca o conflito do plano da excepcionalidade política para o da previsibilidade normativa, reforçando a confiança institucional e reduzindo a intensidade de afetos disruptivos na esfera pública mediada.

Figura 15. Judicialização do conflito e estabilização institucional da crise midiática



Fonte: autoria própria (2025), baseada em Hirschl (2008), Luhmann (1995), Habermas (1996) e Hallin e Mancini (2004).

A Figura 15 explicita o encadeamento processual pelo qual o conflito foi narrativamente estabilizado: da decisão judicial coercitiva ao enquadramento institucional, seguido pela predominância da emoção confiança e pela consolidação de uma leitura de normalidade democrática. Os dados empíricos de sentimentos, evidenciando 3.156 textos positivos e baixa incidência de raiva e desgosto, corroboram a função sistêmica do direito descrita por Luhmann (1995), ao reduzir a complexidade social por meio de decisões

normativamente vinculantes. Ao articular judicialização da política (Hirschl, 2008) e jornalismo estabilizador (Hallin; Mancini, 2004), a figura valida a tese central do artigo ao demonstrar que a cobertura não apenas informou o conflito, mas operou ativamente sua contenção simbólica, produzindo previsibilidade jurídica e continuidade institucional.

O conflito entre o X e o Supremo Tribunal Federal, personificado no embate público entre Elon Musk e Alexandre de Moraes, foi discursivamente absorvido pela cobertura jornalística como um evento institucional regular, e não como ruptura democrática. Essa interpretação não se sustenta apenas em inferências teóricas, mas encontra respaldo direto nos dados empíricos da mineração de notícias. A predominância expressiva de sentimentos classificados como positivos (3.156 textos), conforme evidenciado na Figura 13-A, indica que o conflito foi majoritariamente enquadrado em uma chave de normalização institucional, mesmo diante de sua natureza judicialmente coercitiva e politicamente sensível.

Esse padrão empírico sugere que a judicialização do conflito foi percebida como parte integrante do funcionamento ordinário do sistema democrático, e não como exceção autoritária. Em termos teóricos, tal leitura dialoga com a noção de judicialização da política proposta por Hirschl (2008), segundo a qual cortes constitucionais tendem a assumir protagonismo crescente em contextos de crise, operando como instâncias de estabilização sistêmica. A análise de sentimentos reforça essa interpretação ao revelar que a emoção predominante associada à cobertura foi a confiança, conforme demonstrado tanto pela frequência absoluta das emoções (Figura 13-B) quanto pelo mapa radar comparativo (Figura 13-F). A confiança, nesse contexto, não emerge como afeto espontâneo, mas como efeito discursivo de um enquadramento que reafirma a previsibilidade decisória e a continuidade institucional.

A centralidade dessa emoção pode ser compreendida à luz da teoria dos sistemas de Luhmann (1995), para quem o direito exerce a função de reduzir a complexidade social por meio de decisões normativamente vinculantes. A forte recorrência de termos jurídico-institucionais na nuvem de palavras (Figura 13-E) — como “decisão”, “STF”, “ministro”, “bloqueio” e “legalidade” — evidencia que a cobertura midiática traduziu o conflito para o código do sistema jurídico. Ao fazê-lo, deslocou o embate do campo da excepcionalidade política para o da processualidade normativa, produzindo um efeito de contenção simbólica do dissenso. O conflito não desaparece, mas passa a ser inteligível dentro de um horizonte de expectativas reguladas.

Do ponto de vista da comunicação política, esse enquadramento também se reflete na baixa incidência de emoções associadas à ruptura ou ao colapso democrático, como raiva e

desgosto, que aparecem de forma residual nos dados (Figuras 13-B e 13-F). A cobertura privilegia, em contrapartida, emoções como antecipação e medo, que indicam incerteza quanto aos desdobramentos do conflito, mas não configuram pânico institucional. Esse achado sugere que o jornalismo operou mais como mediador da previsibilidade do futuro do que como amplificador de afetos disruptivos, em consonância com análises que identificam o papel estabilizador do jornalismo profissional em sistemas midiáticos consolidados (HALLIN; MANCINI, 2004).

A distribuição temporal das publicações (Figura 13-D) reforça essa leitura. O pico concentrado no final de agosto e início de setembro de 2024 coincide com o auge das decisões judiciais e das declarações públicas mais contundentes, seguido por uma redução gradual da cobertura. Tal dinâmica indica que o episódio foi tratado como um evento crítico delimitado no tempo, reativado apenas diante de novos desdobramentos jurídicos. Essa temporalidade sugere um enquadramento do conflito como crise administrável, compatível com a lógica de absorção institucional descrita por Rosanvallon (2011), na qual tensões políticas são incorporadas ao funcionamento regular das instituições sem produzir descontinuidade sistêmica imediata.

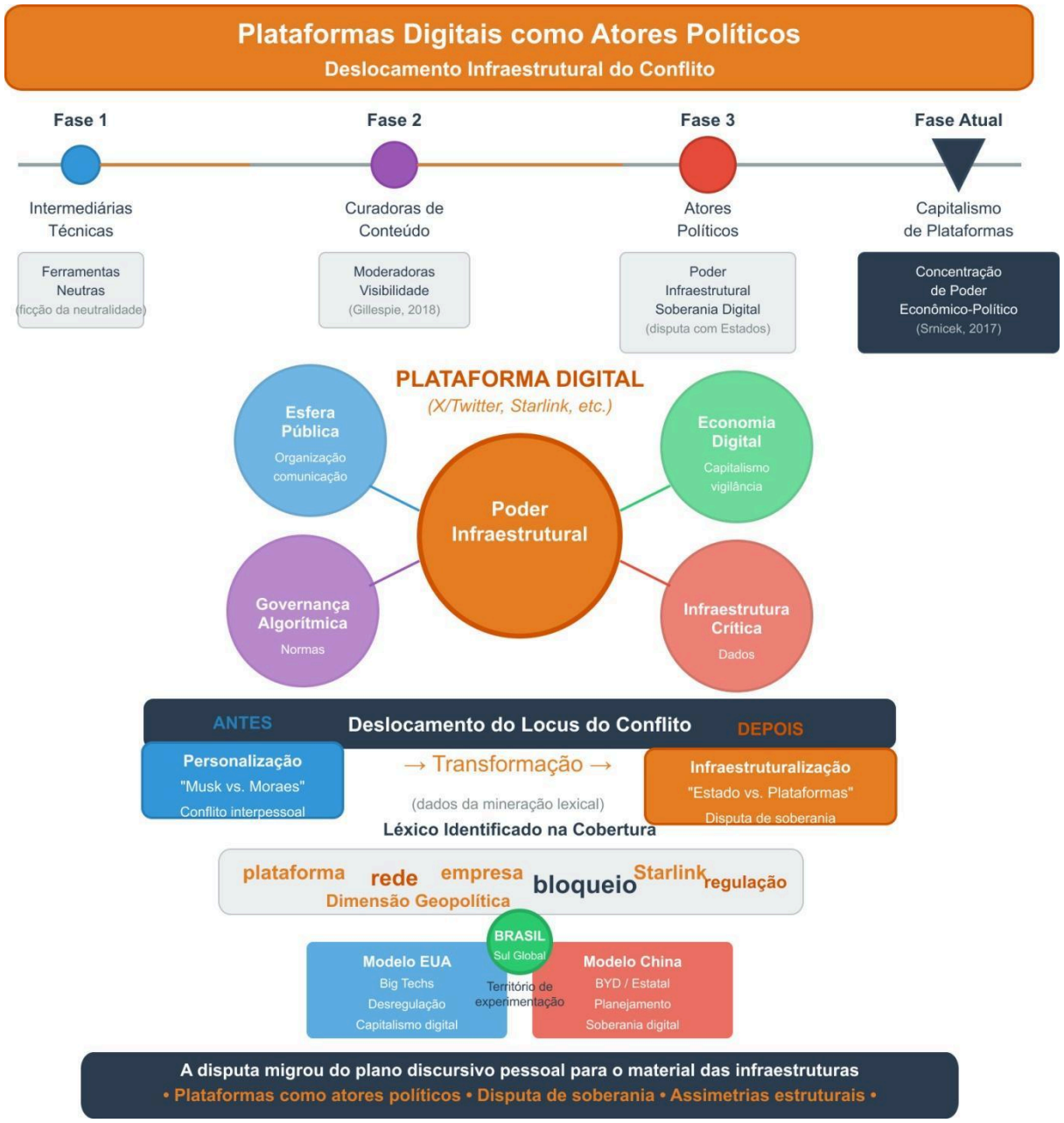
Entretanto, essa estabilização discursiva não é isenta de ambivalências. A normalização jurídica do conflito, evidenciada empiricamente pela centralidade da confiança e pelo léxico institucional dominante, pode também ser interpretada como forma de deslocamento do debate público. Como alerta Habermas (1996), a juridificação excessiva dos conflitos políticos tende a reduzir disputas normativas substantivas a questões procedimentais, potencialmente obscurecendo assimetrias de poder e interesses estruturais. No caso analisado, a cobertura institucionalizada pode ter contribuído para atenuar a visibilidade de disputas mais profundas relacionadas à soberania digital, ao poder corporativo transnacional e aos limites democráticos da atuação das plataformas.

Assim, a articulação entre os dados da mineração de notícias e a bibliografia teórica permite afirmar que o conflito entre o X e o STF foi narrativamente construído como expressão ordinária da judicialização da política em um ambiente de plataformas digitais. A cobertura midiática produziu um enquadramento que combina contenção simbólica, confiança institucional e previsibilidade jurídica, reforçando a percepção de continuidade democrática. Ao mesmo tempo, essa mesma operação discursiva projeta novas questões críticas sobre os efeitos políticos da normalização de conflitos estruturais do capitalismo digital por meio do direito — questões que permanecem abertas e demandam aprofundamento nos eixos subsequentes da análise.

3.4.3.2 Plataformas Digitais como Atores Políticos e o Deslocamento Infraestrutural do Conflito

A análise avança ao demonstrar que o conflito ultrapassa sua personalização inicial e revela um deslocamento estrutural do locus do político: das interações interpessoais para o plano material das infraestruturas digitais. A cobertura jornalística e os dados lexicais indicam que plataformas como X/Twitter e Starlink foram progressivamente reconhecidas como atores políticos dotados de poder normativo, econômico e infraestrutural, capazes de disputar soberania com o Estado. Esse deslocamento reposiciona o conflito como disputa sobre governança digital, conectividade e controle dos fluxos informacionais.

Figura 16. Plataformas digitais como atores políticos e deslocamento infraestrutural do conflito



Fonte: autoria própria (2025), baseada em Gillespie (2018), Srnicek (2017), van Dijck, Poell e de Waal (2018) e Zuboff (2019).

A Figura 16 sistematiza a transição das plataformas de intermediárias técnicas a atores políticos centrais do capitalismo contemporâneo. Ao articular esfera pública, governança algorítmica, economia digital e infraestrutura crítica em torno do conceito de poder

infraestrutural, a figura evidencia que o conflito migra do plano “Musk versus Moraes” para a disputa “Estado versus plataformas”. A recorrência empírica de termos como “plataforma”, “empresa”, “bloqueio” e “Starlink” valida empiricamente esse deslocamento, confirmando as análises de Gillespie (2018) sobre a ficção da neutralidade e de Srnicek (2017) sobre a concentração de poder no capitalismo de plataformas. Assim, a figura sustenta a tese central ao demonstrar que a judicialização operou sobre infraestruturas políticas, e não apenas sobre discursos individuais.

O conflito analisado explicita uma mutação estrutural da política contemporânea: a passagem das plataformas digitais de intermediárias técnicas a atores políticos dotados de poder infraestrutural, capazes de disputar soberania com Estados nacionais. A controvérsia envolvendo o X e o Supremo Tribunal Federal, catalisada pela atuação pública de Elon Musk, não se esgota na personalização do embate; ao contrário, a cobertura jornalística e os dados empíricos revelam um deslocamento discursivo que reinscreve a disputa no plano das infraestruturas, da regulação e do poder corporativo transnacional.

Esse deslocamento é empiricamente sustentado pela análise lexical da cobertura. A nuvem de termos (Figura 20-E) evidencia a alta frequência de categorias como plataforma, rede, empresa e bloqueio, bem como referências recorrentes a Twitter/X e Starlink. Tais ocorrências não operam como simples marcas nominais, mas como indicadores de uma mudança no objeto do conflito: o foco migra do comportamento individual de um executivo para a capacidade regulatória do Estado sobre infraestruturas privadas que organizam a esfera pública. A recorrência desses termos indica que o jornalismo reconheceu, ainda que implicitamente, a natureza estrutural do embate, situando-o no terreno da governança digital.

Essa leitura converge com a crítica de Gillespie (2018) à ficção da neutralidade das plataformas. Ao funcionarem como curadoras de visibilidade, moderadoras de conteúdo e organizadoras de fluxos informacionais, plataformas exercem funções normativas que impactam direitos fundamentais sem a mediação de processos democráticos. A cobertura do conflito, ao aplicar léxico jurídico-institucional às empresas envolvidas, sugere o reconhecimento de que tais entidades produzem efeitos políticos comparáveis aos do Estado, o que desloca a controvérsia para uma disputa entre autoridades concorrentes. A plataforma deixa de ser cenário do conflito para tornar-se objeto do conflito.

A plataformização da esfera pública, conforme formulada por van Dijck, Poell e de Waal (2018), ajuda a compreender esse movimento. Ao integrar comunicação, mercado e governança em arquiteturas proprietárias, as plataformas passam a estruturar a vida social em múltiplas dimensões. Os dados da mineração corroboram essa tese ao demonstrar que o

conflito foi narrado como disputa sobre quem governa os circuitos de circulação da informação. A presença reiterada de referências à Starlink amplia ainda mais esse enquadramento, ao associar o embate à conectividade, à infraestrutura e à soberania tecnológica, deslocando-o do plano discursivo para o material.

A economia política do capitalismo de plataformas, tal como analisada por Srnicek (2017), aprofunda essa interpretação ao evidenciar que plataformas não apenas mediam interações, mas concentram poder econômico e político por meio do controle de infraestruturas essenciais. A cobertura jornalística, ao associar o conflito a empresas específicas e a decisões estatais de bloqueio ou regulação, reconhece essa assimetria estrutural. O conflito é, assim, narrado como expressão de uma tensão constitutiva do capitalismo contemporâneo: a colisão entre a lógica expansiva das plataformas globais e os limites normativos dos Estados nacionais.

Os dados empíricos também indicam que esse reconhecimento não se traduziu em uma dramatização emocional extrema. A ausência de forte polarização afetiva, combinada à centralidade de categorias institucionais, sugere que o deslocamento infraestrutural do conflito operou como estratégia de racionalização discursiva. Tal racionalização, contudo, carrega ambivalências. Se, por um lado, contribui para tornar visível o caráter político das plataformas, por outro pode obscurecer conflitos sociais mais amplos ao reduzi-los a disputas técnico-jurídicas. A crítica de Zuboff (2019) ao capitalismo de vigilância é pertinente nesse ponto, ao alertar para o risco de normalizar formas privadas de soberania baseadas na extração e no controle de dados.

A inserção do caso brasileiro no debate global sobre governança digital reforça essa ambivalência. A recorrência de referências a regulação, soberania e alcance internacional sugere que a mídia tratou o episódio como caso-teste transnacional, no qual se confrontam modelos distintos de controle do espaço digital. Essa inscrição global não neutraliza a especificidade do contexto nacional, mas evidencia a condição periférica do Sul Global em disputas regulatórias assimétricas, conforme problematiza Chan (2020). O Brasil aparece, simultaneamente, como agente regulador e como território de experimentação das tensões do capitalismo digital.

A articulação entre os dados da mineração e a bibliografia crítica permite afirmar que o conflito analisado operou um deslocamento do locus do político. A disputa não se deu apenas nas plataformas, mas sobre elas, como infraestruturas que concentram poder normativo, econômico e simbólico. Ao reconhecer esse deslocamento, a cobertura jornalística contribuiu para a construção das plataformas como atores politicamente reguláveis, ainda que

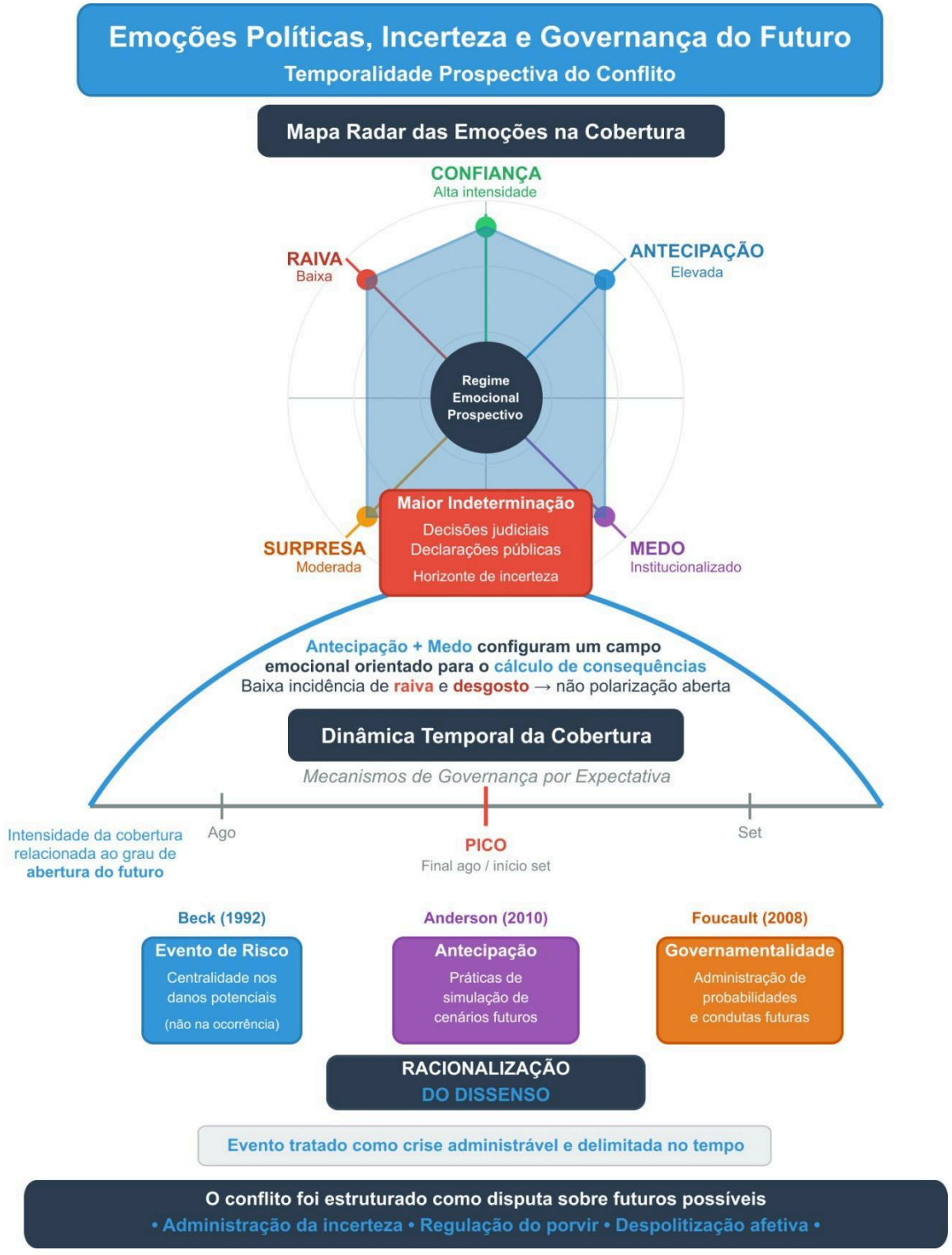
tal reconhecimento permaneça atravessado por ambiguidades quanto aos limites da intervenção estatal e aos riscos de tecnocratização da política.

Essa síntese não encerra o debate, mas o reorienta. Ao evidenciar que o conflito foi narrado como disputa infraestrutural entre Estado e plataformas, os dados apontam para a necessidade de aprofundar a análise sobre formas democráticas de governança digital que escapem tanto à captura corporativa quanto à redução jurídica do dissenso. É nesse intervalo — entre visibilização do poder das plataformas e normalização de sua regulação — que se abrem as questões centrais a serem exploradas nos eixos seguintes.

3.4.3.3 Emoções Políticas, Incerteza e Governança do Futuro

O artigo demonstra que o conflito foi organizado discursivamente menos pelo presente jurídico e mais pela projeção de cenários futuros, configurando um regime emocional prospectivo. A cobertura privilegiou emoções como antecipação e medo, associadas à incerteza quanto aos efeitos das decisões judiciais, deslocando o debate do antagonismo político para a administração de riscos e consequências potenciais. Esse padrão revela uma forma contemporânea de governança mediada pela expectativa, na qual o futuro se torna o principal operador de legitimação do presente.

Figura 17. Emoções políticas, incerteza e governança do futuro na cobertura midiática



Fonte:autoria própria, baseada em Beck (1992), Anderson (2010), Foucault (2008) e Rosa (2019).

A Figura 17 evidencia que a combinação estatisticamente dominante entre antecipação e medo estrutura um campo emocional orientado ao cálculo de consequências, e não à polarização aberta. O mapa radar e a dinâmica temporal da cobertura demonstram que a intensidade noticiosa se correlaciona com o grau de abertura do futuro, confirmando a noção de evento de risco proposta por Beck (1992). A governamentalidade foucaultiana (2008) manifesta-se na administração de probabilidades e condutas futuras, enquanto Anderson (2010) explica o papel central da antecipação na produção de cenários. A figura 24 valida a tese do artigo ao demonstrar que a estabilização institucional foi acompanhada por uma racionalização afetiva do dissenso, convertendo o conflito em crise administrável e temporalmente delimitada.

O conflito entre o X e o Supremo Tribunal Federal, catalisado pelas declarações públicas de Elon Musk, não foi organizado discursivamente em torno da decisão jurídica em si, mas a partir da incerteza quanto aos seus efeitos futuros. Essa reconfiguração temporal do conflito encontra sustentação empírica clara nos dados da mineração de notícias, que revelam um regime emocional orientado predominantemente pela antecipação e pelo medo, deslocando o debate do presente normativo para a projeção de cenários ainda indeterminados.

A análise das emoções (Figura 13-B) demonstra que, entre os textos analisados, a antecipação e o medo figuram como as emoções mais recorrentes após a confiança, superando significativamente emoções associadas à polarização aberta, como raiva, desgosto ou surpresa. Esse padrão é reiterado no mapa radar (Figura 13-F), no qual antecipação e medo apresentam intensidades elevadas e relativamente equilibradas, configurando um campo emocional marcado pela expectativa e pela cautela. Trata-se de um dado decisivo: o conflito não mobilizou afetos explosivos, mas afetos prospectivos, orientados para o cálculo de consequências e riscos.

Essa configuração empírica indica que a cobertura midiática estruturou o episódio como um evento de risco, no sentido proposto por Beck (1992), no qual a centralidade política não reside na ocorrência do fato, mas nos danos potenciais que ele pode produzir. A suspensão — ou ameaça de suspensão — do X é recorrentemente associada, nos textos analisados, a perguntas sobre precedentes regulatórios, impactos econômicos, reações internacionais e efeitos sobre outras plataformas digitais. Assim, o medo identificado nos dados não corresponde a pânico social ou indignação moral, mas a um medo institucionalizado, vinculado à instabilidade futura do ecossistema digital e da governança democrática.

A antecipação, por sua vez, opera como princípio organizador da narrativa jornalística. Conforme argumenta Anderson (2010), a política contemporânea é atravessada por práticas de antecipação que produzem cenários, simulam consequências e orientam decisões antes da materialização dos fatos. Esse mecanismo é empiricamente visível na cobertura analisada: grande parte dos textos não descreve apenas decisões já tomadas, mas projeta continuamente seus possíveis desdobramentos. A recorrência de termos associados a impactos, efeitos, riscos e consequências reforça que o conflito foi narrado como processo aberto, cuja significação depende menos do presente jurídico do que do futuro imaginado.

A distribuição temporal das publicações (Figura 13-D) reforça essa interpretação. Observa-se um pico concentrado de notícias no momento de maior indeterminação decisória — final de agosto e início de setembro de 2024 — seguido por uma queda progressiva da cobertura à medida que o conflito se estabiliza institucionalmente. Novos aumentos pontuais ocorrem apenas quando declarações públicas ou decisões judiciais reabrem o horizonte de incerteza. Esse comportamento temporal sugere que a intensidade da cobertura está diretamente relacionada ao grau de abertura do futuro, e não apenas à relevância objetiva dos fatos, evidenciando uma lógica de governança mediada pela expectativa.

Esse regime discursivo pode ser interpretado à luz da noção foucaultiana de governamentalidade. Para Foucault (2008), o exercício do poder moderno se organiza em torno da administração de probabilidades e da regulação de condutas futuras, mais do que pela imposição direta de normas. No caso analisado, a cobertura midiática participa desse regime ao enquadrar o conflito como risco a ser administrado, e não como antagonismo a ser resolvido politicamente. A centralidade de antecipação e medo funciona, assim, como mecanismo de racionalização do dissenso, legitimando decisões presentes com base na prevenção de cenários considerados indesejáveis.

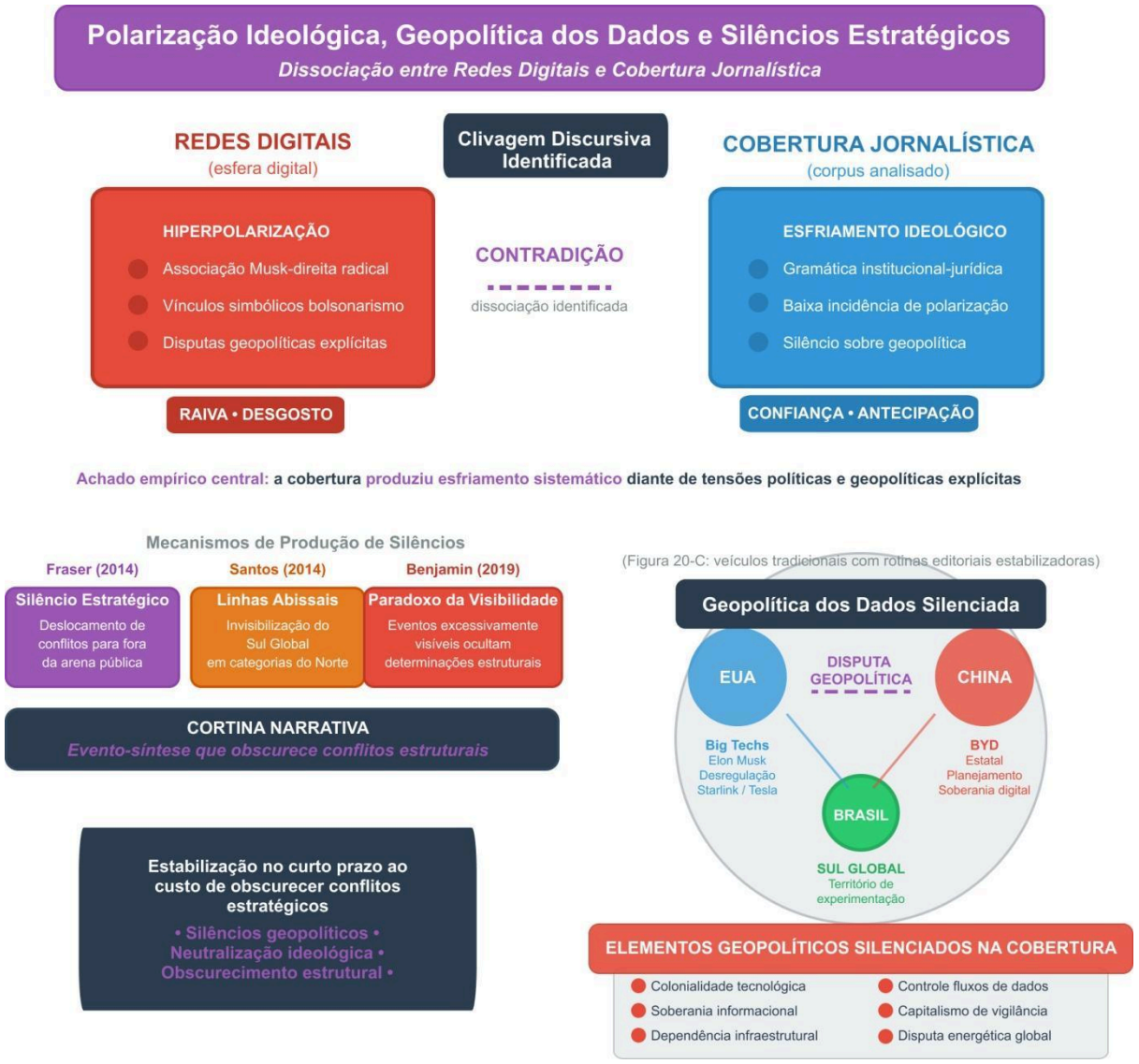
Entretanto, os próprios dados indicam os limites desse enquadramento. A baixa incidência de emoções como raiva e indignação, observada nas Figuras 20-B e 20-F, sugere que o conflito foi parcialmente despolitizado no plano afetivo, deslocando-se do confronto normativo para o cálculo técnico de riscos. Rosa (2019) adverte que a colonização do futuro pelo medo e pela aceleração tende a enfraquecer a capacidade de ação no presente, convertendo a política em gestão permanente da incerteza. A cobertura analisada parece reproduzir essa ambivalência: ao mesmo tempo em que torna visíveis os riscos do poder das plataformas, reinscreve o debate em uma temporalidade preventiva que reduz a intensidade do antagonismo democrático.

Dessa forma, a articulação entre os dados empíricos da mineração de notícias e a bibliografia crítica permite afirmar que o conflito entre o X e o STF foi narrativamente estruturado como disputa sobre futuros possíveis, mais do que como embate resolvido no presente. A centralidade estatisticamente verificável de antecipação e medo, combinada à dinâmica temporal da cobertura, revela um modo contemporâneo de governança política baseado na administração da incerteza e na regulação do porvir. Essa constatação não encerra o debate, mas prepara o terreno para o eixo seguinte, no qual se torna necessário examinar como essa governança emocional se articula com interesses geopolíticos, econômicos e ideológicos mais amplos.

3.3.3.4 Polarização Ideológica, Geopolítica dos Dados e Silêncios Estratégicos

A sessão evidencia uma dissociação estrutural entre a hiperpolarização presente nas redes digitais e o esfriamento ideológico da cobertura jornalística institucional. Apesar da associação explícita de Elon Musk a projetos da direita radical e das disputas geopolíticas envolvendo dados, energia e infraestrutura, o jornalismo analisado adotou uma gramática moderada, jurídica e estabilizadora. Essa dissociação produz silêncios estratégicos sobre conflitos estruturais do capitalismo digital no Sul Global.

Figura 18. Polarização ideológica, geopolítica dos dados e silêncios estratégicos na cobertura jornalística



Fonte: autoria própria, baseada em Fraser (2014), Santos (2014), Benjamin (2019), Rouvroy e Berns (2013) e Chan (2020).

A Figura 18 articula empiricamente a clivagem discursiva entre redes digitais hiperpolarizadas e cobertura jornalística institucional, evidenciando como emoções de raiva e desgosto são neutralizadas em favor de confiança e antecipação. Os mecanismos de silêncio estratégico (Fraser, 2014), linhas abissais (Santos, 2014) e paradoxo da visibilidade (Benjamin, 2019) explicam como disputas geopolíticas centrais — EUA versus China, soberania informacional, dependência infraestrutural — são obscurecidas por uma cortina narrativa. Ao posicionar o Brasil como território de experimentação no Sul Global, a figura

valida a tese central do artigo ao demonstrar que o conflito Musk–Moraes operou simultaneamente como evento-síntese e como dispositivo de ocultamento de assimetrias estruturais do capitalismo digital contemporâneo.

O conflito entre o X e o Supremo Tribunal Federal, tensionado publicamente pelas intervenções de Elon Musk, expôs uma dissociação fundamental entre a intensidade da polarização política no ecossistema das redes digitais e o enquadramento moderado adotado pela cobertura jornalística dominante. Essa dissociação não constitui um dado marginal, mas um achado empírico central da pesquisa: apesar das associações explícitas de Musk à direita radical, de seus vínculos simbólicos com o bolsonarismo e das disputas geopolíticas subjacentes envolvendo dados, infraestrutura e energia, a cobertura analisada produziu um esfriamento ideológico sistemático, privilegiando uma gramática institucional e jurídica.

Os resultados da mineração de notícias corroboram esse diagnóstico. A análise emocional evidencia baixa incidência de raiva e desgosto (Figuras 13-B e 13-F), emoções tipicamente associadas à polarização explícita e ao antagonismo político. Em contraste, observa-se a predominância de registros afetivos moderados e regulatórios, o que sugere que o conflito foi discursivamente neutralizado no plano emocional. Esse padrão se articula diretamente à composição do corpus jornalístico: conforme demonstrado pela Figura 13-C, os principais veículos responsáveis pela circulação das notícias pertencem ao circuito do jornalismo profissional tradicional, caracterizado por rotinas editoriais orientadas à estabilidade institucional e à contenção do dissenso (Hallin; Mancini, 2004).

Essa neutralização discursiva torna-se ainda mais significativa quando confrontada com os fatos políticos e geopolíticos que atravessam o episódio. A associação pública de Musk a projetos e discursos alinhados à direita radical, sua proximidade anterior com Jair Bolsonaro e sua atuação empresarial em setores estratégicos — como conectividade via satélite (Starlink) e mobilidade elétrica (Tesla) — inserem o conflito em uma arena de disputas que extrapola amplamente o plano jurídico nacional. Paralelamente, a ascensão da BYD no Brasil, com forte apoio estatal e integração a cadeias produtivas chinesas, evidencia a presença de uma clivagem geopolítica estrutural entre modelos de capitalismo digital e energético, nos quais se confrontam, de um lado, a lógica estadunidense das *big techs* orientadas pela desregulação e, de outro, a estratégia chinesa de infraestrutura estatal e planejamento industrial.

No entanto, esses elementos aparecem de forma residual ou implícita na cobertura analisada. A nuvem de palavras (Figura 20-E) revela a centralidade de termos jurídico-institucionais, enquanto categorias diretamente associadas à geopolítica dos dados, à

colonialidade tecnológica ou à disputa infraestrutural global permanecem periféricas. Esse apagamento relativo não deve ser interpretado como simples ausência, mas como silêncio estratégico, no sentido proposto por Fraser (2014), no qual determinados conflitos são deslocados para fora da arena pública legítima por meio de enquadramentos que redefinem o que é considerado politicamente relevante.

A teoria da governança algorítmica de Rouvroy e Berns (2013) contribui para aprofundar essa leitura ao demonstrar como o poder contemporâneo opera por modulação, antecipação e neutralização, mais do que por confronto direto. Ao reduzir o conflito Musk–Moraes a um problema de cumprimento de decisões judiciais, a cobertura jornalística participa de um regime discursivo que despolitiza as infraestruturas, tratando-as como objetos técnicos reguláveis, e não como dispositivos centrais de reorganização do poder global. Esse movimento encontra ressonância na crítica de Santos (2014) à produção de "linhas abissais", nas quais conflitos estruturais do Sul Global são sistematicamente invisibilizados ou traduzidos em categorias normativas do Norte.

Nesse sentido, o conflito analisado opera como evento-síntese, concentrando atenções públicas em uma controvérsia altamente personalizável — Musk versus Moraes — ao mesmo tempo em que funciona como cortina narrativa que obscurece disputas mais profundas relacionadas à soberania informacional, ao controle dos fluxos de dados e à reorganização do capitalismo digital. Benjamin (2019) já advertia que certos eventos, ao se tornarem excessivamente visíveis, produzem um efeito paradoxal de ocultamento, na medida em que canalizam a atenção para a superfície do conflito e afastam o olhar de suas determinações históricas e estruturais.

Os dados empíricos reforçam essa interpretação ao indicar que a cobertura manteve estabilidade narrativa ao longo do tempo, sem picos emocionais disruptivos ou mudanças significativas de enquadramento. Essa estabilidade sugere que o jornalismo operou menos como arena de disputa ideológica e mais como dispositivo de contenção simbólica, capaz de administrar o conflito sem explicitar suas implicações geopolíticas. Tal dinâmica não elimina a polarização existente nas redes sociais, mas estabelece uma clivagem entre a esfera digital hiperpolarizada e o espaço jornalístico institucional, no qual o conflito é reabsorvido em registros moderados e juridicamente inteligíveis.

A articulação entre os fatos do conflito, os resultados da mineração de notícias e a bibliografia crítica permite, assim, sustentar que o episódio Musk–Moraes não apenas revelou tensões entre plataformas e Estado, mas também evidenciou os limites do enquadramento jornalístico institucional diante das transformações do capitalismo digital. Ao atenuar a

polarização explícita e silenciar disputas infraestruturais profundas, a cobertura contribuiu para a estabilização do debate público no curto prazo, mas ao custo de obscurecer conflitos estratégicos que definem a posição do Brasil — e do Sul Global — na geopolítica contemporânea dos dados, da energia e da tecnologia.

Essa constatação não encerra a análise, mas reforça a necessidade de compreender os conflitos digitais não apenas como eventos jurídicos ou midiáticos isolados, e sim como expressões condensadas de disputas ideológicas e geopolíticas de longo alcance, cuja inteligibilidade exige ultrapassar os limites do enquadramento institucional e recuperar as camadas estruturais silenciadas pelo próprio processo de normalização discursiva

3.4.4 Conclusão

A análise integrada da mineração de notícias sobre o conflito entre Elon Musk e Alexandre de Moraes permite sustentar que o episódio operou como um evento-síntese de transformações mais amplas na governança do espaço público digital. Longe de configurar uma ruptura democrática explícita, a cobertura midiática predominante construiu o conflito como processo institucional administrável, articulando judicialização, plataformização, gestão emocional e silêncios geopolíticos em um arranjo discursivo de estabilização. Os dados empíricos evidenciam que a centralidade de sentimentos positivos e de confiança, combinada à recorrência de emoções prospectivas como antecipação e medo, deslocou o debate do antagonismo político imediato para a administração do futuro, reforçando a previsibilidade institucional e reduzindo a visibilidade de disputas estruturais.

Esse enquadramento confirma diagnósticos teóricos segundo os quais o direito e a mídia operam, em contextos de alta complexidade sociotécnica, como dispositivos de contenção simbólica do dissenso (Luhmann, 1995; Hallin; Mancini, 2004). Ao traduzir o conflito para uma gramática jurídico-institucional, a cobertura contribuiu para a normalização do embate entre Estado e plataformas, reconhecendo estas últimas como atores politicamente reguláveis (GILLESPIE, 2018; VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018), mas, simultaneamente, silenciando dimensões centrais da geopolítica dos dados, da infraestrutura energética e da colonialidade digital no Sul Global (Santos, 2014; Chan, 2020).

A dimensão emocional identificada pela pesquisa revela um regime contemporâneo de governança por expectativa, no qual decisões presentes são legitimadas por cenários futuros e riscos potenciais (Beck, 1992; Foucault, 2008; Anderson, 2010;). A baixa incidência de raiva e desgosto, aliada à temporalidade episódica da cobertura, indica que o conflito foi

narrativamente estabilizado não pela supressão do dissenso, mas por sua reprogramação afetiva, convertendo antagonismos políticos em cálculos técnicos de risco e previsibilidade. Tal dinâmica, embora contribua para a manutenção da ordem institucional no curto prazo, tensiona a qualidade democrática do debate público ao deslocar conflitos normativos para arenas procedimentais.

Em termos mais amplos, os resultados sugerem que conflitos digitais de alta visibilidade tendem a funcionar como cortinas narrativas, concentrando a atenção pública em disputas personalizadas enquanto obscurecem rearranjos estruturais do capitalismo digital, como a disputa entre modelos regulatórios estadunidenses e chineses, a soberania informacional e a dependência infraestrutural. Essa constatação reforça a necessidade de análises que ultrapassem a leitura episódica e integrem dimensões jurídicas, tecnológicas, emocionais e geopolíticas em um mesmo quadro interpretativo.

Limitações do estudo. Este trabalho concentrou-se em um corpus de notícias de portais jornalísticos brasileiros, o que implica limites quanto à comparação internacional sistemática e à incorporação de dinâmicas próprias das redes sociais, onde a polarização se manifesta de forma mais intensa. Ademais, a análise de sentimentos e emoções, embora robusta em termos quantitativos, não captura integralmente nuances semânticas e pragmáticas específicas de determinados gêneros jornalísticos ou editoriais.

Sugestões para pesquisas futuras. Investigações subsequentes podem ampliar o escopo comparativo, analisando a cobertura internacional do mesmo conflito, bem como cruzar mineração de notícias com dados de redes sociais para examinar a clivagem entre jornalismo institucional e esfera digital hiperpolarizada. Estudos qualitativos aprofundados, como análise de enquadramentos e entrevistas com jornalistas e formuladores de políticas, também podem enriquecer a compreensão dos mecanismos de neutralização discursiva e de governança emocional.

Implicações para políticas públicas. Os achados indicam a urgência de políticas de governança digital democrática que não se limitem à resposta jurídica reativa, mas incorporem transparência algorítmica, participação social e cooperação internacional. É igualmente necessário fortalecer políticas de soberania de dados, regulação de infraestruturas críticas e educação midiática, de modo a reduzir a dependência de enquadramentos tecnocráticos e ampliar a capacidade pública de deliberar sobre os rumos do ecossistema digital.

Em síntese, o estudo demonstra que conflitos entre plataformas e Estado não podem ser compreendidos apenas como disputas legais ou midiáticas isoladas. Eles constituem expressões condensadas de transformações estruturais na relação entre democracia, tecnologia e poder, cuja inteligibilidade exige abordagens interdisciplinares e políticas públicas orientadas não apenas à estabilidade institucional, mas à repolitização crítica do espaço digital.

3.5 Caso 4: Tentativa de homicídio de Donald Trump na véspera das Eleições Presidenciais dos EUA

Síntese do Caso:

Contexto: A pesquisa situa-se na interseção entre Comunicação Política, Sociologia da Mídia e Estudos Críticos. A intensificação da violência política em democracias midiatizadas exige compreender sua mediação para além do factual, incorporando dimensões narrativas, afetivas e simbólicas. A tentativa de assassinato de Donald Trump em 2024 configura-se como um evento paradigmático para analisar esses processos. A literatura sobre violência política frequentemente enfatiza sua dimensão disruptiva ou deslegitimadora, negligenciando os mecanismos pelos quais os sistemas midiáticos contemporâneos absorvem e administram essa violência, convertendo-a em recurso de estabilização simbólica e governança afetiva. Compreender como a violência política extrema foi mediada pelos sistemas midiáticos, transformando-se em narrativa administrável, afetivamente regulada e simbolicamente legitimadora, com foco nos enquadramentos, na gestão das emoções públicas e na produção de capital simbólico.

Metodologia: Adotou-se uma metodologia quantitativa e crítica. O corpus empírico compreendeu 7.773 notícias coletadas via mineração automatizada de portais jornalísticos de grande alcance (jul/2024 a mai/2025). A análise combinou classificação de sentimentos (positivo, negativo, neutro), identificação de emoções predominantes (confiança, medo, raiva, etc.), análise temporal, mapeamento de fontes e análise lexical.

Resultados: A cobertura apresentou predominância expressiva de tonalidade positiva e da emoção confiança, com medo e raiva em posição subordinada. A análise revelou a conversão da imagem de vulnerabilidade corporal em iconografia heroica, a centralização da cobertura

em grandes veículos e a coexistência entre estabilização factual e proliferação de narrativas conspiratórias em ecologias digitais.

Conclusões: A violência política extrema é metabolizada pelos sistemas midiáticos como recurso simbólico de legitimação. A confiança administrada e a heroificação visual operam como tecnologias de governança afetiva, preservando a ordem institucional enquanto deslocam a crítica estrutural. O estudo contribui para uma teoria crítica da mediação da violência nas democracias contemporâneas.

3.5.1 A tentativa de Homicídio do Donald Trump

A intensificação da violência política nas democracias contemporâneas tem se configurado como um dos fenômenos mais críticos do cenário global recente, especialmente quando tais eventos ocorrem em contextos eleitorais altamente midiatizados. Tentativas de assassinato, ataques armados a lideranças políticas e episódios de violência extrema deixaram de operar apenas como rupturas traumáticas da ordem democrática para se converterem em acontecimentos comunicacionais de alta complexidade, atravessados por disputas narrativas, afetivas e simbólicas. Nesse contexto, a tentativa de assassinato de Donald Trump, ocorrida durante a campanha presidencial norte-americana, emerge como um evento-limite que evidencia não apenas a gravidade da violência política contemporânea, mas sobretudo a capacidade dos sistemas midiáticos de absorver, enquadrar e reinscrever a exceção violenta em regimes de inteligibilidade institucional. A relevância do tema se intensifica diante da centralidade das plataformas digitais, da circulação massiva de imagens e da proliferação de ecologias informacionais marcadas por polarização, desinformação e disputas epistêmicas, elementos que conferem urgência analítica ao fenômeno.

O objeto específico deste artigo consiste na análise da cobertura midiática da tentativa de assassinato de Donald Trump, ocorrida em 13 de julho de 2024, durante um comício eleitoral na cidade de Butler, Pensilvânia, quando o então candidato presidencial foi atingido por disparos de arma de fogo, resultando em vítimas fatais entre o público e na neutralização imediata do atirador pelas forças de segurança. O episódio, confirmado por investigações federais como tentativa de homicídio politicamente motivada, rapidamente assumiu centralidade no debate público internacional. A partir desse acontecimento, o artigo examina a cobertura midiática não apenas como relato factual, mas como um processo comunicacional que articula enquadramentos narrativos, gestão das emoções públicas e produção de capital simbólico. Mais do que analisar o evento em si, a pesquisa investiga como a violência política extrema é transformada em narrativa administrável, afetivamente regulada e simbolicamente rentável no interior das democracias midiatizadas. Os impactos desse processo se estendem às esferas política, social e epistêmica, uma vez que a estabilização comunicacional da violência contribui para a preservação da legitimidade institucional ao mesmo tempo em que reorganiza os sentidos públicos do risco, do conflito e da autoridade. Tal dinâmica redefine práticas jornalísticas, reconfigura expectativas democráticas e desloca o debate das causas estruturais da violência para sua administração simbólica.

Do ponto de vista teórico, o artigo dialoga com um conjunto de abordagens que tratam da mediação midiática, da governança afetiva e da produção simbólica do poder. A teoria do

enquadramento (Entman, 1993) e o paradigma do *agenda-setting* (McCombs; SHAW, 1972) oferecem instrumentos fundamentais para compreender como a mídia seleciona, hierarquiza e estabiliza acontecimentos politicamente sensíveis. Essas abordagens são tensionadas por contribuições da sociologia crítica e da teoria social, como a noção de capital simbólico (Bourdieu, 1989) e a crítica da sociedade do espetáculo (Debord, 1997), que permitem analisar a conversão da violência em recurso de legitimação política. Além disso, o artigo incorpora a literatura sobre emoções políticas e governança afetiva (MARCUS, 2000; Nussbaum, 2013; Ahmed, 2014), bem como estudos sobre desinformação e crise da autoridade epistêmica nas democracias contemporâneas (Bennett; Livingston, 2018). Apesar do avanço desses campos, persistem lacunas empíricas e analíticas no que diz respeito à articulação integrada entre violência política extrema, emoções públicas, iconografia midiática e disputa informacional, lacunas que este estudo busca enfrentar.

O corpus empírico da pesquisa é composto por 7.773 notícias coletadas por meio de mineração automatizada entre julho de 2024 e maio de 2025, abrangendo portais jornalísticos de grande alcance e relevância no ecossistema midiático. Esse conjunto de dados possibilita uma análise integrada que combina classificação de sentimentos, identificação de emoções predominantes, distribuição temporal das publicações, mapeamento das fontes jornalísticas e análise lexical dos termos recorrentes. A escolha desse recorte justifica-se pela centralidade do evento no debate público internacional e pela sua ampla circulação em diferentes regimes midiáticos, oferecendo um campo privilegiado para observar os mecanismos contemporâneos de estabilização e disputa dos sentidos da violência política.

Comparativamente a abordagens tradicionais que tratam a violência política sobretudo como fator de deslegitimação democrática ou como gatilho de pânico moral, este artigo propõe uma leitura alternativa, centrada na noção de violência administrável. Enquanto modelos clássicos enfatizam a ruptura institucional ou o colapso simbólico, a análise aqui desenvolvida evidencia os limites dessas interpretações diante de sistemas comunicacionais capazes de absorver a exceção violenta e reinscrevê-la em narrativas de continuidade, resiliência e governabilidade. Essa transição analítica permite compreender o que se ganha em termos de estabilidade simbólica, mas também o que se perde em capacidade crítica ao deslocar a atenção das causas estruturais da violência para sua gestão comunicacional.

Esse deslocamento, contudo, não está isento de riscos e tensões éticas. A administração simbólica da violência envolve dilemas relacionados à banalização do trauma, à neutralização do medo como afeto politicamente mobilizador e à conversão do sofrimento em capital simbólico. Além disso, a circulação de imagens icônicas e a proliferação de

narrativas conspiratórias evidenciam conflitos em torno de valores fundamentais, como verdade, memória, responsabilidade institucional e equidade informacional. Casos emblemáticos de desinformação associados ao atentado ilustram como a violência física se desdobra em violência epistêmica, ampliando a instabilidade discursiva mesmo diante da estabilização factual.

No plano regulatório e da governança, o artigo se insere em um contexto marcado por debates sobre responsabilidade das plataformas digitais, regulação da desinformação e proteção da integridade democrática. Embora existam iniciativas normativas e institucionais voltadas à contenção de conteúdos enganosos, persistem lacunas significativas no enfrentamento dos efeitos afetivos e simbólicos da violência midiatizada. A pesquisa dialoga, assim, com perspectivas que defendem uma governança democrática da comunicação que vá além da verificação factual, incorporando a dimensão emocional, imagética e epistêmica da esfera pública.

O objetivo geral do artigo é compreender como a tentativa de assassinato de Donald Trump foi mediada pelos sistemas midiáticos contemporâneos, transformando a violência política extrema em narrativa administrável, afetivamente regulada e simbolicamente legitimadora. A partir desse objetivo, a pesquisa se orienta por perguntas que investigam: (i) de que modo os enquadramentos jornalísticos estabilizam a exceção violenta; (ii) como as emoções públicas são governadas na cobertura do atentado; (iii) de que forma a iconografia política converte violência em capital simbólico; e (iv) como a desinformação e as disputas epistêmicas reconfiguram a esfera pública após o evento.

A justificativa do estudo é tripla. No plano científico, contribui para o avanço das pesquisas sobre comunicação política, emoções e violência ao integrar empiria quantitativa e teoria crítica. No plano político, oferece subsídios para a compreensão dos limites democráticos da normalização comunicacional da violência. No plano social, aponta para a necessidade de educação midiática crítica e políticas públicas que considerem não apenas a circulação da informação, mas também a gestão dos afetos e das imagens.

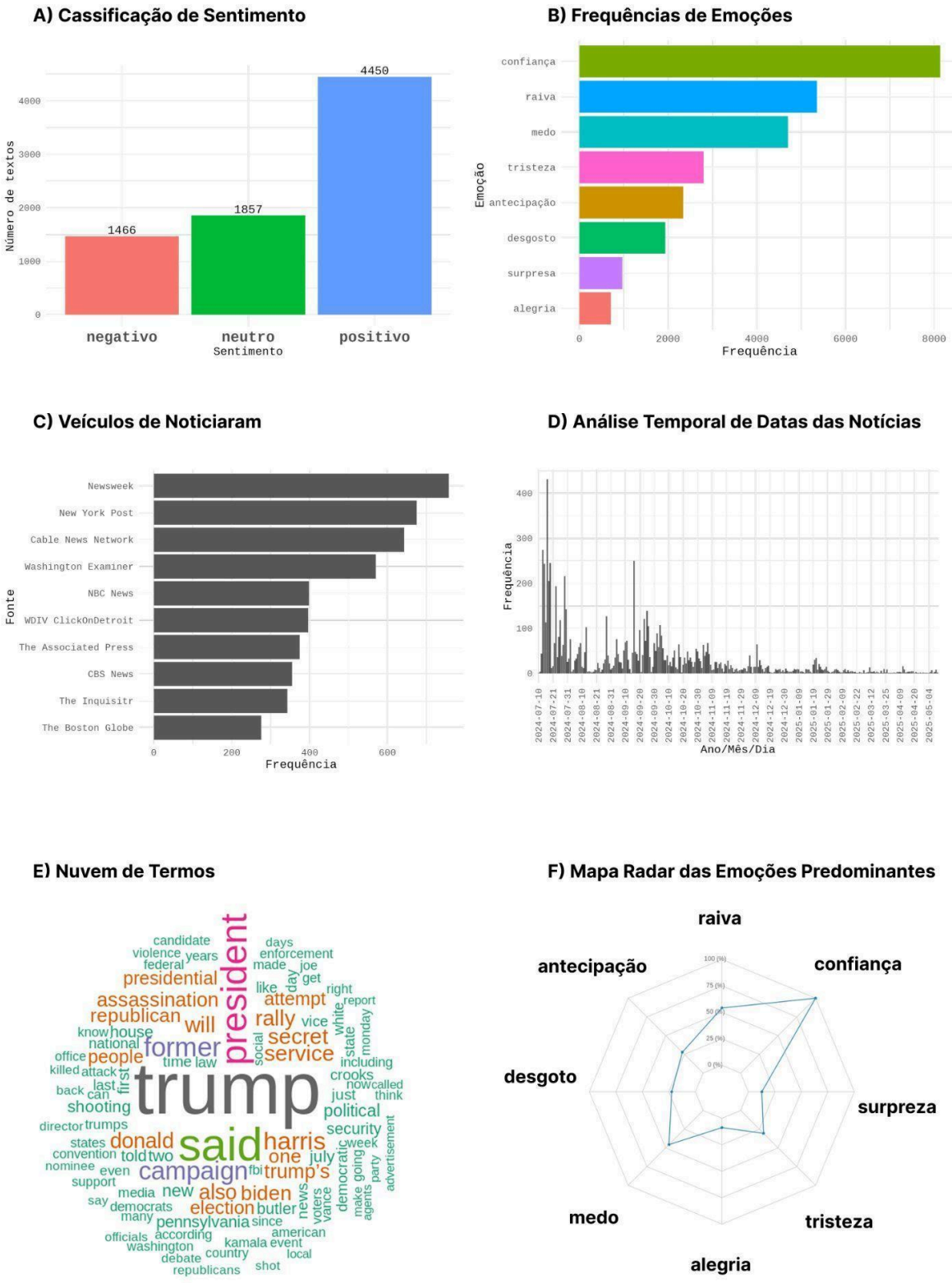
As hipóteses que orientam a análise sustentam que a violência política extrema, quando mediada por sistemas midiáticos altamente institucionalizados, tende a ser absorvida como recurso simbólico de legitimação; que a confiança emerge como emoção dominante não de forma espontânea, mas como resultado de uma governança afetiva estratégica; e que a estabilização factual coexiste com uma instabilidade epistêmica persistente alimentada por ecologias digitais polarizadas.

Por fim, os objetivos específicos do artigo consistem em mapear os padrões narrativos e emocionais da cobertura midiática; analisar a produção de capital simbólico por meio da iconografia do atentado; examinar as dinâmicas de desinformação e disputa discursiva; e propor uma interpretação crítica sobre os modos pelos quais as democracias midiatizadas aprendem a conviver com a violência sem necessariamente transformá-la em objeto de reflexão estrutural.

3.5.2 Resultados

A Figura 19 apresenta uma síntese integrada dos resultados da mineração de notícias referentes às Tentativas de assassinato de Donald Trump. As buscas foram realizadas entre 10/07/2024 e 14/05/2025, resultando na coleta de 7.773 notícias. contemplando análises de sentimentos, emoções, fontes jornalísticas, distribuição temporal, termos recorrentes e padrões emocionais predominantes.

Figura 19. Cobertura Midiática das Tentativa de Assinato de Donald Trump



Fonte: elaboração própria, desenvolvido no R-Studio, 2025.

A classificação de sentimentos (Figura 19A) indica uma predominância expressiva de conteúdos classificados como positivos (n = 4450), seguida por um volume considerável de textos neutros (n = 1857) e negativos (n = 1466). Esse padrão sugere que, apesar da presença de avaliações críticas e tensionamentos discursivos, a cobertura analisada apresentou maior incidência de enquadramentos positivos ou informativos, possivelmente associados à dinâmica de atualização jornalística e à circulação de declarações oficiais e repercussões institucionais ao longo do período.

No que se refere à análise emocional (Figura 19B), observa-se a predominância da emoção de confiança, seguida por raiva, medo e tristeza, enquanto antecipação, desgosto, surpresa e alegria aparecem com menor frequência relativa. Essa configuração emocional sugere um ambiente informacional marcado simultaneamente por expectativas institucionais e reações emocionais intensas, refletindo a natureza polarizada e sensível dos eventos políticos abordados pela cobertura jornalística.

A distribuição das notícias por veículos de comunicação (Figura 19C) evidencia a presença predominante de veículos internacionais de grande circulação, com destaque para Newsweek (centro-esquerda), New York Post (direita), Cable News Network – CNN (centro-esquerda) e Washington Examiner (direita), seguidos por NBC News (centro-esquerda), WDIV ClickOnDetroit (centro), The Associated Press (centro) e CBS News (centro-esquerda), além de The Inquisitr (centro) e The Boston Globe (centro-esquerda). Esse padrão indica a centralidade de grandes organizações jornalísticas no processo de difusão das informações, reforçando o papel desses meios na amplificação e circulação global de eventos políticos de alta repercussão (NEWMAN et al., 2024).

A análise temporal (Figura 19D) evidencia variações significativas na frequência diária de publicações ao longo do período estudado, com picos concentrados em momentos específicos de alta repercussão midiática. Esses aumentos abruptos na produção de notícias sugerem a ocorrência de eventos críticos que mobilizaram intensamente o sistema jornalístico, desencadeando ciclos rápidos de cobertura, atualização e repercussão informacional. Observa-se, contudo, que após os momentos de maior visibilidade ocorre uma queda gradual na frequência de publicações, fenômeno associado ao próprio ciclo de vida das notícias: à medida que novos acontecimentos emergem e passam a disputar a atenção pública e a agenda midiática, o interesse editorial e a audiência tendem a se deslocar para outros temas,

reduzindo progressivamente a intensidade da cobertura sobre o evento inicial com retomadas um pouco menos intensas na medida em que Trump voltava a se pronunciar sobre o ocorrido.

A nuvem de termos (Figura 19E) reforça a centralidade de atores políticos e elementos institucionais associados ao episódio analisado, com destaque para termos como Trump, president, said, assassination, rally, Secret Service, campaign, Biden e Harris. A predominância desses vocábulos evidencia um enquadramento narrativo fortemente orientado por personagens políticos, segurança institucional e dinâmica eleitoral, indicando que a cobertura jornalística se estruturou em torno da repercussão política e das implicações institucionais do evento.

Por fim, o mapa radar das emoções predominantes (Figura 19F) sintetiza visualmente a configuração emocional da cobertura, confirmando a dominância da confiança, seguida por níveis relevantes de raiva, medo e tristeza, enquanto antecipação, surpresa, desgosto e alegria apresentam menor intensidade relativa. Esse arranjo emocional sugere um ambiente informacional caracterizado por expectativas institucionais combinadas a reações emocionais intensas, refletindo a complexidade política e simbólica do episódio analisado.

3.5.3 Discussão

O artigo analisa a tentativa de assassinato de Donald Trump como um evento-limite que revela a capacidade dos sistemas midiáticos contemporâneos de absorver a violência política extrema e reinscrevê-la em regimes narrativos, afetivos e simbólicos. A pesquisa demonstra como enquadramentos institucionais, gestão emocional e disputas informacionais transformam a exceção violenta em um fenômeno comunicacional administrável, preservando a inteligibilidade democrática enquanto reorganizam seus sentidos políticos.

Figura 20. A Violência Administrável: enquadramentos midiáticos da tentativa de assassinato de Donald Trump



Fonte: autoria própria (2025), baseado em Entman (1993), McCombs e Shaw (1972), Bourdieu (1989), Debord (1997), Marcus (2000), Ahmed (2014), Nussbaum (2013), Bennett e Livingston (2018), Foucault (2008).

A figura 20 sintetiza a tese central ao articular três dimensões interdependentes — narrativa, simbólica e discursiva — mostrando como o evento violento é estabilizado por enquadramentos institucionais, convertido em capital simbólico por processos de heroificação imagética e, simultaneamente, disputado em ecologias de desinformação. O diagrama evidencia que a violência não rompe o sistema comunicacional, mas é reabsorvida como recurso político, afetivo e epistêmico, sustentando sua reprodução sob condições de governabilidade midiática.

3.5.3.1 Violência Administrável: Enquadramentos Midiáticos, Governança Afetiva e Disputa Simbólica na Cobertura da Tentativa de Assassinato de Donald Trump

A tentativa de assassinato de Donald Trump expôs menos uma ruptura abrupta da ordem política do que a capacidade contemporânea dos sistemas midiáticos de absorver a violência extrema como variável governável, reinscrevendo-a em regimes narrativos, afetivos e simbólicos que preservam a inteligibilidade institucional. Os dados empíricos desta pesquisa, sintetizados na Figura 21, indicam que, apesar da gravidade factual do atentado — confirmado por investigação federal, com vítimas fatais e falhas evidentes de segurança —, a cobertura jornalística foi cobertura predominantemente classificada como positiva, seguida por conteúdos neutros e negativos, acompanhada pela predominância da emoção confiança, seguida por raiva, medo e tristeza.

Tal configuração desafia leituras intuitivas sobre violência política e aponta para um mecanismo mais profundo de normalização comunicacional da exceção.

Esta seção examina a tentativa de assassinato de Donald Trump como um evento que evidencia a capacidade dos sistemas midiáticos de administrar a violência política extrema por meio de enquadramentos narrativos, afetivos e simbólicos. A análise demonstra como a exceção violenta é normalizada comunicacionalmente, preservando a inteligibilidade institucional e convertendo o choque em continuidade governável.

Figura 21. O processo de administração da violência política na cobertura midiática



Fonte: autoria própria (2025), baseado em Entman (1993), McCombs e Shaw (1972), Marcus (2000), Nussbaum (2013), Ahmed (2014), Foucault (2008).

A figura 21 articula a passagem do evento traumático aos mecanismos de normalização midiática, evidenciando como o enquadramento narrativo, a governança afetiva e a iconificação operam de forma integrada. O diagrama demonstra que a violência não rompe o sistema comunicacional, mas é absorvida como variável administrável, transformando risco político em estabilidade simbólica e continuidade institucional.

Essa normalização não opera pela negação do fato, mas por seu enquadramento estratégico. A teoria do *framing*, tal como formulada por Entman (1993), permite compreender como a mídia seleciona certos aspectos da realidade para torná-los mais

salientes, orientando interpretações e julgamentos. No caso analisado, a factualidade do atentado foi rapidamente estabilizada por narrativas que enfatizaram a resposta eficiente das instituições, a continuidade do processo eleitoral e a neutralização imediata da ameaça. O *agenda-setting* clássico de McCombs e Shaw (1972) ajuda a explicar por que o evento permaneceu central no noticiário por um curto intervalo intenso, seguido por uma dispersão temporal que reduziu seu potencial disruptivo. Contudo, essas teorias mostram seus limites quando confrontadas com a densidade afetiva dos dados empíricos: não se trata apenas de hierarquizar temas, mas de regular emoções politicamente relevantes.

A predominância da confiança, evidenciada tanto na análise de frequências emocionais quanto no mapa radar (Figuras 19B e 19F), sugere a atuação de um regime de governança afetiva, no qual a mídia participa ativamente da administração dos sentimentos públicos. Autores como Marcus (2000) e Nussbaum (2013) argumentam que emoções não são resíduos irracionais da política, mas condições de possibilidade da deliberação democrática. Ainda assim, a confiança observada neste caso não emerge de um consenso racional, mas de uma narrativa que reitera a capacidade do Estado de conter a violência. Essa confiança, portanto, é ambivalente: ao mesmo tempo em que sustenta a legitimidade institucional, pode operar como anestesia crítica, deslocando o debate sobre as causas estruturais da violência política. A presença concomitante de raiva e medo indica que tais afetos não foram eliminados, mas canalizados para disputas discursivas polarizadas, o que dialoga com a leitura de Ahmed (2014) sobre a circulação social das emoções como formas de alinhamento político.

Essa gestão afetiva articula-se diretamente à dimensão imagética do evento. A circulação massiva da imagem de Trump com o rosto ensanguentado e o punho erguido produziu um efeito de heroificação política, convertendo a vulnerabilidade corporal em capital simbólico. Bourdieu (1989) descreve o capital simbólico como a capacidade de transformar reconhecimento social em poder legítimo; nesse sentido, a imagem não apenas documentou o atentado, mas o reprogramou como narrativa de resiliência e liderança sob ataque. A nuvem de termos da Figura 19-E, marcada pela centralidade de “president”, “campaign” e “assassination”, reforça que a cobertura deslocou o foco da violência em si para sua inscrição estratégica na disputa eleitoral. Contudo, como adverte Debord (1997), a espetacularização da política tende a dissolver a distinção entre acontecimento e representação, produzindo uma realidade mediada na qual a imagem antecede e reorganiza o sentido do fato.

Essa reorganização simbólica, longe de ser consensual, abriu espaço para um ecossistema de desinformação e teorias conspiratórias que se alimentam precisamente da ambiguidade entre fato e imagem. A circulação de hipóteses de false flag, conspirações estatais e disputas sobre o perfil ideológico do atirador evidencia o que Bennett e Livingston (2018) descrevem como crise da autoridade epistêmica nas democracias contemporâneas. Embora nenhuma dessas narrativas tenha sido sustentada por evidências, sua recorrência demonstra que eventos traumáticos funcionam como gatilhos de radicalização informacional, especialmente em ambientes digitais algoritimicamente orientados à maximização do engajamento. A análise temporal das notícias (Figura 19-D) mostra reativações episódicas do tema, sugerindo que o atentado permanece disponível como recurso discursivo, mesmo após a estabilização factual inicial.

Há, portanto, uma tensão constitutiva entre estabilização narrativa e instabilidade informacional. Se, por um lado, a mídia tradicional operou como dispositivo de contenção simbólica, por outro, as plataformas digitais ampliaram a disputa pelos sentidos do evento, revelando os limites do controle institucional sobre a circulação de narrativas. Essa ambivalência confirma a leitura de Foucault (2008) sobre o poder como relação produtiva e não como instância unívoca: o mesmo evento que reforça a confiança institucional também alimenta formas de contestação radicalizadas. A violência política, nesse contexto, não rompe o sistema comunicacional, mas é reabsorvida como matéria-prima de sua reprodução.

A análise integrada dos dados empíricos, dos fatos consensuais e das interpretações teóricas permite afirmar que a tentativa de assassinato de Trump operou como um laboratório extremo das democracias midiatizadas. Não se tratou apenas de um ataque físico a um candidato, mas de um teste às capacidades contemporâneas de enquadramento, gestão emocional, iconificação e disputa epistêmica. A violência não foi silenciada, tampouco plenamente problematizada; foi transformada em narrativa administrável, emocionalmente regulada e simbolicamente rentável. Essa constatação não encerra o debate, mas desloca sua centralidade: mais do que perguntar se a democracia resiste à violência, torna-se necessário interrogar como ela aprende a conviver com ela sem se transformar criticamente.

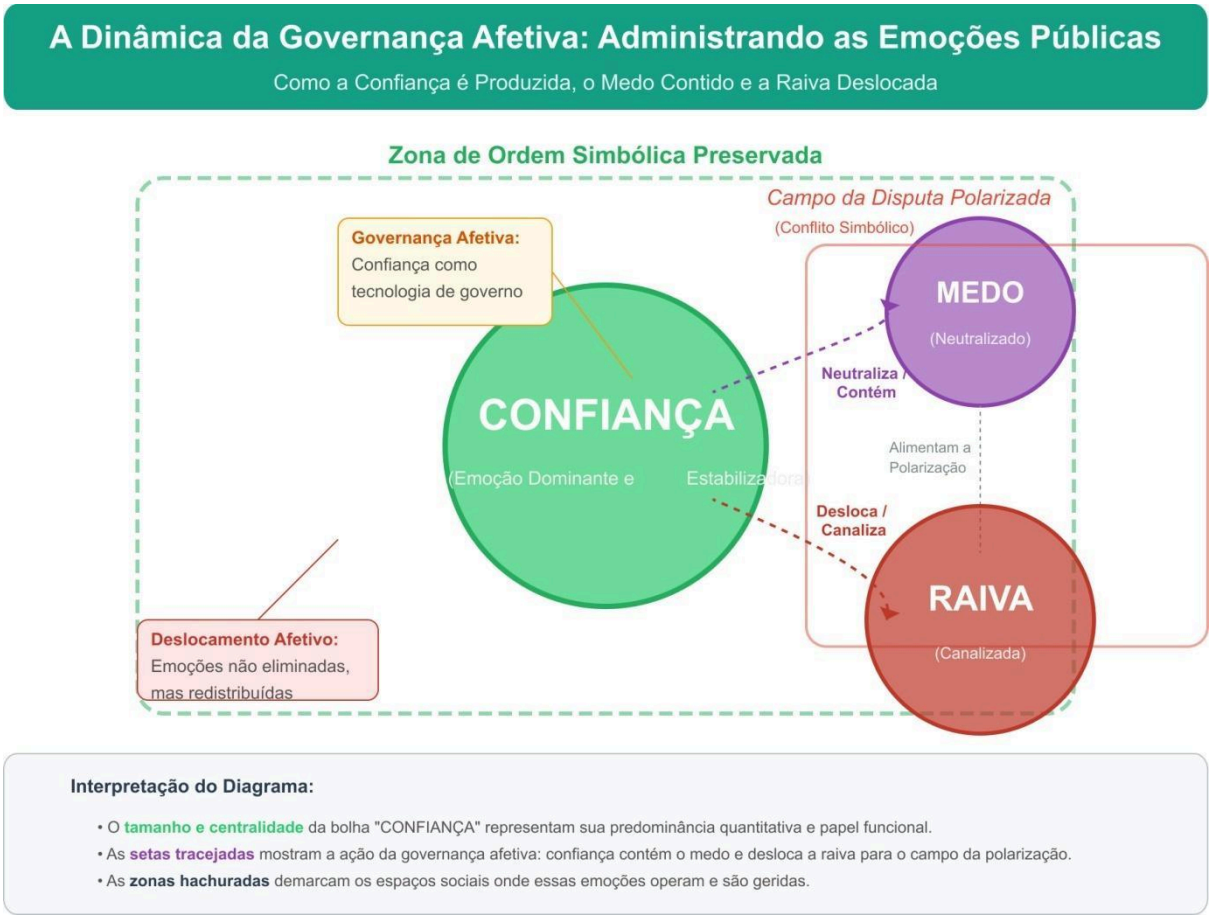
3.5.3.2 Confiança Administrada: Emoções Políticas, Governança Afetiva e a Neutralização do Medo na Cobertura da Tentativa de Assassinato de Donald Trump

A violência política extrema não produz, por si só, colapso simbólico ou pânico coletivo; ao contrário, em democracias midiatizadas, ela tende a ser absorvida por dispositivos narrativos e afetivos capazes de reinscrevê-la em regimes de inteligibilidade funcional. Os

dados empíricos desta pesquisa indicam que a tentativa de assassinato de Donald Trump, apesar de envolver risco real à vida de um candidato presidencial, vítimas fatais e falhas graves de segurança, foi majoritariamente enquadrada por uma cobertura marcada pela polaridade positiva e pela predominância da emoção confiança. Tal achado desloca interpretações correntes que associam automaticamente eventos violentos à produção de medo generalizado, revelando um processo ativo de regulação emocional que merece problematização teórica.

Esta seção analisa a centralidade da confiança como emoção dominante na cobertura do atentado, demonstrando como a mídia participa ativamente da regulação dos afetos públicos. Os dados empíricos indicam que medo e raiva não são eliminados, mas redistribuídos, revelando um regime de governança afetiva que neutraliza o potencial disruptivo da violência política.

Figura 22. A dinâmica da governança afetiva na administração das emoções públicas



Fonte: autoria própria (2025), baseado em Marcus (2000), Nussbaum (2013), Ahmed (2014), Fassin (2012), Cohen (1972).

O diagrama evidencia a confiança como emoção estabilizadora, responsável por conter o medo e deslocar a raiva para campos de polarização simbólica. Essa redistribuição afetiva sustenta a ordem institucional sem eliminar o conflito, confirmando a tese de que a violência é governada emocionalmente, preservando a legitimidade democrática enquanto limita a crítica estrutural.

A confiança, nesse contexto, não pode ser compreendida como mero reflexo espontâneo da percepção pública, mas como resultado de um trabalho simbólico de enquadramento que articula factualidade, autoridade institucional e expectativa de continuidade democrática. A resposta imediata das forças de segurança, a neutralização do atirador e a classificação oficial do episódio como tentativa de assassinato operaram como âncoras narrativas que permitiram à mídia explicar a violência sem deixá-la transbordar para um regime de incerteza radical. À luz da teoria das emoções políticas, tal como formulada por Marcus (2000), a confiança funciona como emoção estabilizadora, capaz de reduzir a ativação de disposições ansiosas e preservar a disposição do público para aceitar a legitimidade das instituições. No entanto, essa leitura torna-se insuficiente se tomada de forma acrítica, pois ignora o caráter produtivo e estratégico da confiança como tecnologia de governo.

A análise das Figuras 19-B e 19-F evidencia que a confiança não apenas superou o medo, mas se impôs como emoção dominante, reordenando o campo afetivo do evento. Nussbaum (2013) sustenta que emoções públicas são constitutivas da vida democrática, mas alerta para o risco de sua instrumentalização quando passam a operar como substitutas da deliberação crítica. Nesse sentido, a confiança observada na cobertura não deriva de um consenso racional sobre as causas e implicações da violência política, mas de uma narrativa que reafirma a capacidade do sistema de conter a ameaça. Tal operação aproxima-se do que Ahmed (2014) denomina governança afetiva, isto é, a circulação orientada das emoções de modo a alinhar corpos e percepções a determinadas formas de ordem social.

O medo, embora presente, foi discursivamente rebaixado a um papel secundário, impedido de se tornar o afeto estruturante da experiência pública. A literatura sobre pânico moral (Cohen, 1972) sugere que eventos violentos frequentemente desencadeiam reações exageradas e desestabilizadoras; contudo, os dados empíricos indicam que tal dinâmica foi contida. A cobertura evitou enquadramentos catastrofistas e recusou a associação direta entre o atentado e um colapso da democracia, tratando-o como episódio excepcional e resolvido. Essa neutralização do medo, entretanto, não implica sua eliminação, mas sua redistribuição em circuitos discursivos específicos, sobretudo aqueles associados à polarização ideológica.

A presença significativa da raiva, ainda que subordinada à confiança, revela esse deslocamento. Jasper (2011) argumenta que a raiva é uma emoção politicamente ambígua, capaz tanto de mobilizar participação democrática quanto de intensificar antagonismos. No caso analisado, a raiva não se dirigiu prioritariamente às estruturas que possibilitaram a violência, mas foi canalizada para campos adversários, reforçando narrativas de culpa e ameaça associadas a identidades políticas rivais. Tal dinâmica preserva a confiança no sistema ao mesmo tempo em que desloca o conflito para o plano simbólico, produzindo um regime emocional ambivalente no qual estabilidade e polarização coexistem sem se anular.

Essa ambivalência confirma os limites das abordagens que concebem a mídia apenas como transmissora de emoções sociais preexistentes. Ao contrário, a articulação entre confiança, medo e raiva sugere a atuação de um dispositivo biopolítico que administra afetos de maneira diferencial, permitindo que a violência seja reconhecida sem se tornar disruptiva. Fassin (2012) destaca que a biopolítica contemporânea opera cada vez mais por meio da gestão das sensibilidades morais e emocionais, definindo quais vidas, riscos e sofrimentos merecem centralidade. A tentativa de assassinato analisada insere-se nesse regime: suficientemente grave para mobilizar atenção, mas cuidadosamente enquadrada para não romper a narrativa de governabilidade.

A síntese que emerge desse eixo indica que a cobertura midiática não eliminou a instabilidade emocional gerada pelo atentado, mas a reorganizou em um regime funcional à preservação da ordem simbólica. A confiança administrada tornou-se o eixo articulador da experiência pública, enquanto o medo foi contido e a raiva, deslocada. Essa configuração não encerra o debate sobre violência política; ao contrário, sugere que a questão central não reside apenas na ocorrência da violência, mas na forma como as democracias contemporâneas aprendem a conviver com ela por meio da gestão afetiva. Tal constatação abre espaço para aprofundar a análise sobre os limites democráticos de uma política que, ao neutralizar o medo, corre o risco de neutralizar também a capacidade crítica diante da própria violência que pretende administrar.

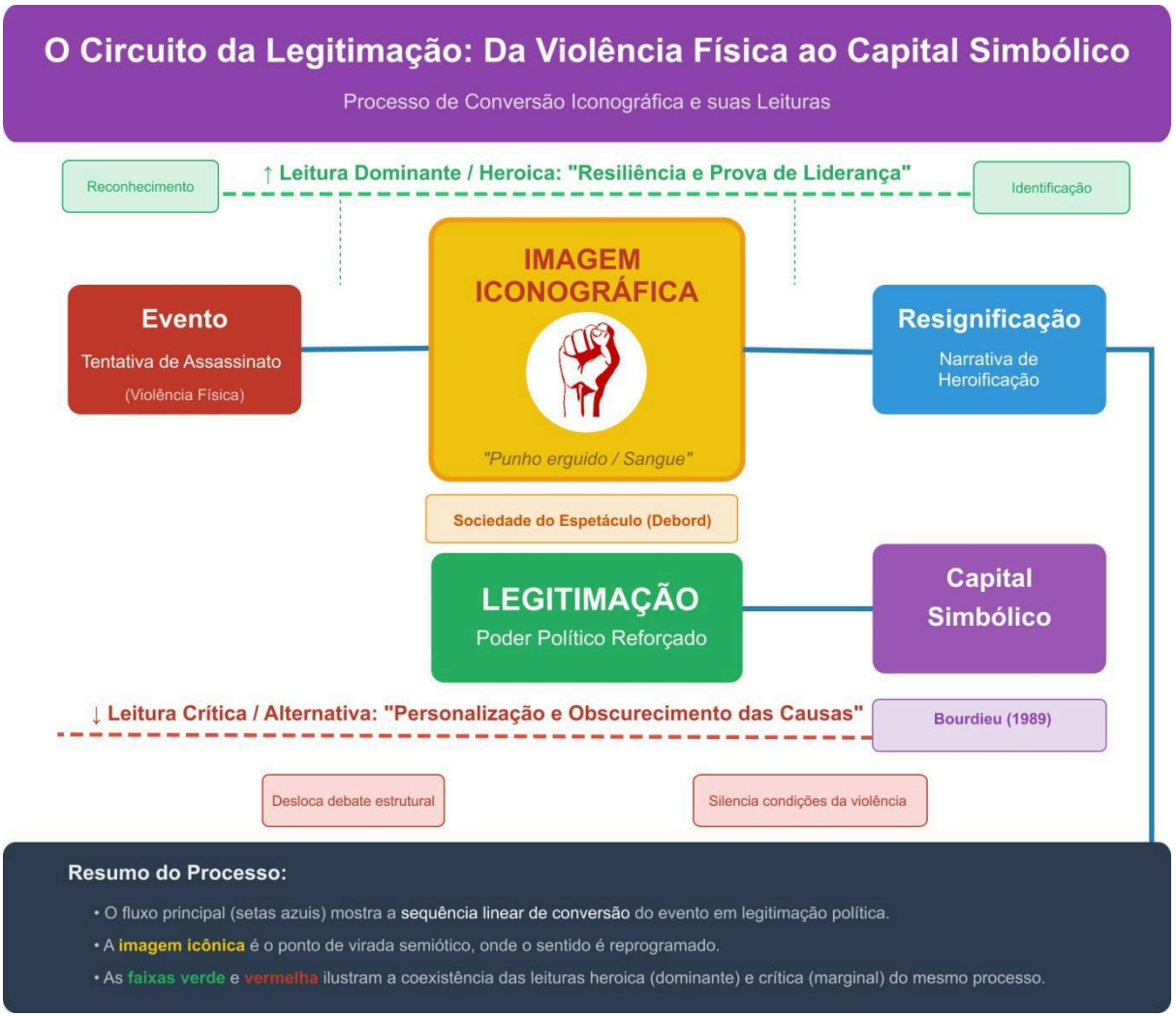
3.5.3.3 A Violência que Legitima: Iconografia Política, Heroificação e Capital Simbólico na Cobertura da Tentativa de Assassinato de Donald Trump

A violência política, quando atravessada por regimes midiáticos intensivos em imagens, deixa de operar apenas como ruptura traumática e passa a funcionar como matéria-prima de legitimação simbólica. A tentativa de assassinato de Donald Trump, longe de produzir um colapso da autoridade política do candidato, foi convertida em narrativa visual

de força, resiliência e continuidade, revelando a centralidade da iconografia na reorganização contemporânea do poder. Os dados empíricos desta pesquisa indicam que o evento foi narrado menos como falha sistêmica ou ameaça democrática e mais como episódio integrado à trajetória política do líder, marcado por enquadramentos positivos e por forte centralidade imagética.

Esta seção investiga a conversão da violência física em capital simbólico por meio da iconografia política. A análise demonstra como a imagem do atentado foi resignificada como narrativa de resiliência e liderança, deslocando o foco das causas estruturais da violência para a legitimação visual do poder no contexto da disputa eleitoral.

Figura 23. Circuito de legitimação: da violência física ao capital simbólico



Fonte: autoria própria (2025), baseado em Bourdieu (1989), Debord (1997), Entman (1993), Kellner (2003).

A figura 23 demonstra como a imagem icônica opera como ponto de virada semiótico, convertendo vulnerabilidade corporal em autoridade política. O circuito evidencia que a heroificação visual produz reconhecimento e legitimação, ao mesmo tempo em que silencia as condições estruturais da violência, reforçando sua instrumentalização simbólica no campo político.

A imagem do corpo ferido, com o punho erguido e o sangue visível, operou como núcleo semiótico capaz de condensar sentidos contraditórios: vulnerabilidade física e potência política, exposição ao risco e reafirmação da autoridade. Essa condensação não é neutra. Conforme argumenta Debord (1997), na sociedade do espetáculo o acontecimento só adquire inteligibilidade plena quando convertido em imagem circulável, passível de repetição e apropriação. A fotografia do atentado não apenas documentou a violência, mas a reprogramou simbolicamente, deslocando-a do registro do trauma para o da prova de resistência. Nesse movimento, a violência deixa de ser sinal de fragilidade do corpo político e passa a funcionar como certificado de autenticidade e coragem.

A noção de capital simbólico, tal como elaborada por Bourdieu (1989), é central para compreender esse deslocamento. O capital simbólico emerge do reconhecimento social e da capacidade de transformar visibilidade em autoridade legítima. A ampla circulação da imagem de Trump ferido produziu precisamente esse efeito: reconhecimento, identificação e reforço de uma posição de liderança em disputa. Os dados lexicais da Figura 19-E, com a recorrência de termos como president, campaign, assassination e rally, indicam que o atentado foi discursivamente integrado à lógica da campanha, e não tratado como evento externo ou disruptivo. Texto e imagem operaram de forma convergente para reinscrever a violência no campo da competição eleitoral, convertendo-a em recurso politicamente mobilizável.

Essa conversão, contudo, não ocorre sem ambivalências. Kellner (2003) observa que a política midiática contemporânea se estrutura pela espetacularização do conflito, na qual imagens de crise podem simultaneamente mobilizar apoio e obscurecer a reflexão crítica. A heroificação do líder sobrevivente tende a deslocar o foco das condições estruturais que tornam possível a violência política — como falhas de segurança, radicalização discursiva e circulação de ódio — para a figura individual que encarna a superação do perigo. A narrativa heroica, nesse sentido, não elimina o conflito, mas o personaliza, reduzindo sua complexidade sistêmica.

Do ponto de vista hermenêutico, a imagem do atentado opera como signo aberto, suscetível a múltiplas leituras. Ainda assim, a cobertura dominante orientou sua interpretação em direção à resiliência e à continuidade, limitando a emergência de sentidos alternativos.

Entman (1993) já advertia que o *framing* não elimina interpretações concorrentes, mas hierarquiza aquelas que se tornam socialmente mais disponíveis. No caso analisado, leituras críticas ou desmistificadoras da imagem circularam, sobretudo em ambientes digitais, mas não alcançaram centralidade comparável à narrativa heroica. O capital simbólico produzido pela iconografia mostrou-se, ao menos no curto prazo, mais forte do que suas fissuras interpretativas.

Essa dinâmica revela um traço fundamental das democracias midiatizadas: a legitimação política não se constrói apenas por programas, discursos ou resultados institucionais, mas pela capacidade de converter imagens de risco em signos de autoridade. A violência, longe de deslegitimar automaticamente o poder, pode ser reapropriada como prova de liderança quando inscrita em regimes visuais favoráveis. Tal constatação não implica aceitar a iconografia como destino inevitável da política, mas exige reconhecer seus efeitos estruturantes. A imagem que legitima também silencia, ao deslocar o debate das condições coletivas da violência para a excepcionalidade do corpo que a sobrevive.

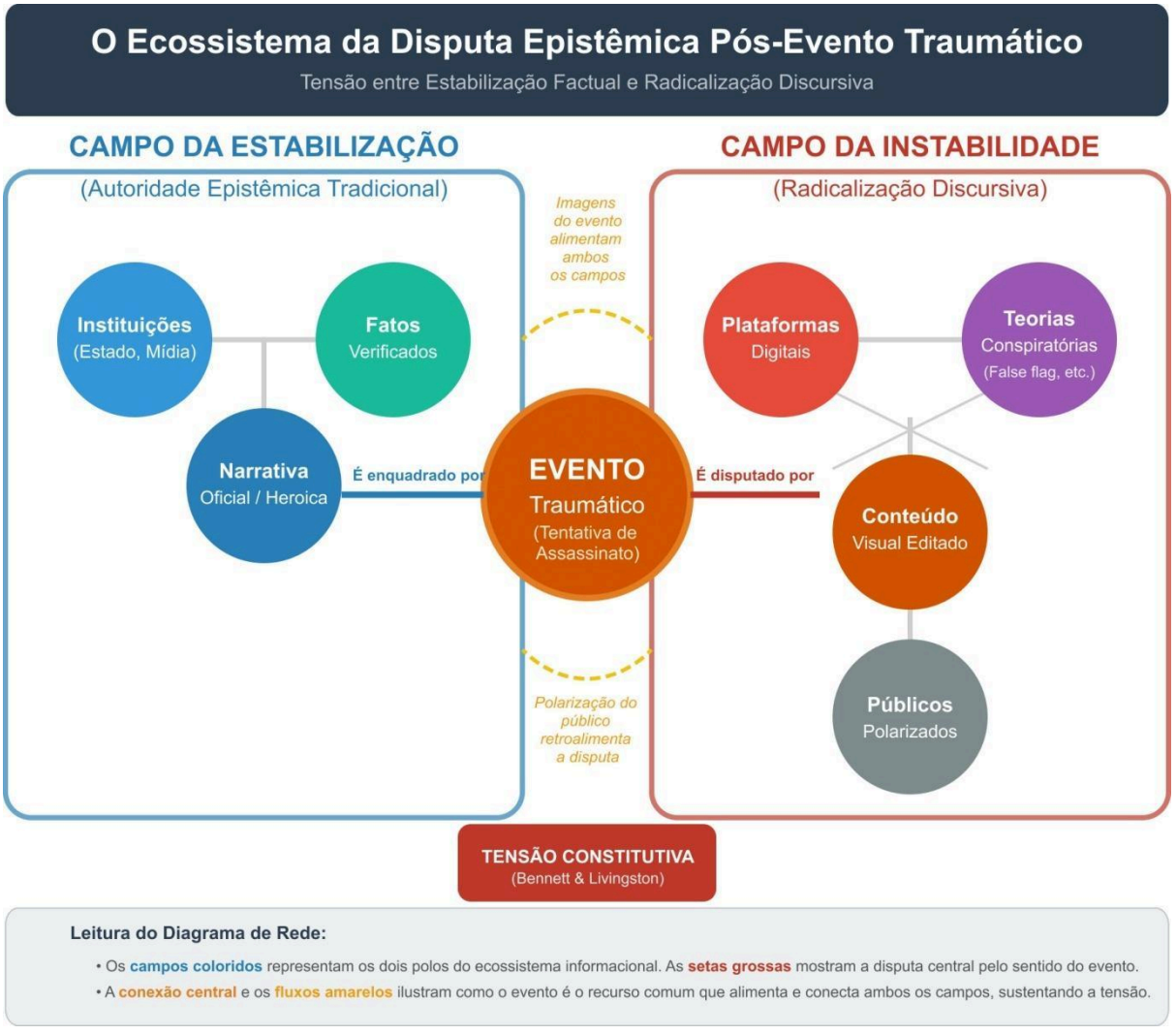
A síntese que se impõe a partir deste eixo indica que a tentativa de assassinato analisada funcionou como evento iconográfico de alta rentabilidade simbólica. A política não apenas se comunicou por imagens, mas se reconfigurou por meio delas, produzindo uma economia visual na qual a violência é estetizada, ressignificada e convertida em capital. Esse processo abre um campo crítico incontornável: se a legitimação política passa crescentemente pela iconificação do risco, torna-se necessário interrogar os limites democráticos de uma ordem que aprende a transformar feridas em emblemas e ameaças em recursos de poder.

3.5.3.4 A Violência em Disputa: Desinformação, Conspirações e Radicalização Discursiva na Cobertura da Tentativa de Assassinato de Donald Trump

A violência política, quando atravessa ecologias informacionais digitais, não se estabiliza pela mera confirmação factual; ela se converte em campo de disputa epistêmica no qual a verdade deixa de ser critério suficiente de ordenação do debate público. A tentativa de assassinato de Donald Trump, apesar de rapidamente enquadrada por investigações oficiais e por uma cobertura institucional consistente, catalisou a proliferação de narrativas conspiratórias, leituras especulativas e antagonismos simbólicos que tensionaram a autoridade do conhecimento jornalístico e científico. Os dados empíricos desta pesquisa, sintetizados na Figura 26, indicam que a estabilização factual coexistiu com uma instabilidade interpretativa persistente, evidenciando a dissociação contemporânea entre veracidade e aceitabilidade pública.

Esta seção analisa a tentativa de assassinato como catalisador de disputas epistêmicas em ecologias digitais. Apesar da estabilização factual inicial, o evento alimentou narrativas conspiratórias e radicalização discursiva, evidenciando a dissociação contemporânea entre veracidade, autoridade epistêmica e aceitabilidade pública nas democracias midiatizadas.

Figura 24. Ecossistema da disputa epistêmica após o evento traumático



Fonte: autoria própria (2025), baseado em Bennett e Livingston (2018), Foucault (2008), Vosoughi, Roy e Aral (2018), Sunstein e Vermeule (2009).

O diagrama evidencia a tensão constitutiva entre estabilização factual e radicalização discursiva, mostrando como o evento traumático alimenta simultaneamente instituições de autoridade e ecossistemas de desinformação. A figura 24 reforça a tese de que a violência

política é reabsorvida como conflito epistêmico duradouro, estruturante da esfera pública contemporânea.

A literatura sobre desinformação demonstra que eventos traumáticos funcionam como gatilhos estruturais para a circulação acelerada de conteúdos especulativos, sobretudo quando combinam alta carga emocional, visibilidade imagética e polarização política (Vosoughi; ROY; Aral, 2018). No caso analisado, a factualidade — autoria identificada, resposta imediata das forças de segurança, classificação oficial do crime — não operou como antídoto à desinformação, mas como um dos polos de uma disputa narrativa mais ampla. A análise temporal das publicações (Figura 19-D) revela picos sucessivos de atenção que acompanham não apenas novos dados, mas reativações discursivas alimentadas por interpretações concorrentes, indicando que a desinformação não emerge da ausência de fatos, mas da luta por seus sentidos.

As teorias conspiratórias desempenharam papel central nessa disputa ao oferecerem coerência simbólica a públicos já alinhados por clivagens ideológicas. Ao transformar contingência em intencionalidade, essas narrativas reconstroem a violência como resultado de planos ocultos, agentes invisíveis e racionalidades totais. Sunstein e Vermeule argumentam que a conspiração funciona como forma de racionalidade política em contextos de desconfiança institucional, produzindo explicações que satisfazem demandas por causalidade e culpa mesmo à revelia da evidência empírica. No episódio analisado, hipóteses de false flag, deep state e manipulação eleitoral não apenas circularam, mas organizaram comunidades interpretativas, reforçando a polarização e deslocando o debate da análise estrutural da violência para a imputação moral de inimigos.

A centralidade das imagens intensificou esse processo. Conteúdos visuais — vídeos editados, slow motions, montagens comparativas com atentados históricos — operaram como aceleradores semióticos da desinformação ao produzir evidência emocional imediata, anterior à verificação racional. Mitchell observa que imagens não apenas representam eventos, mas moldam regimes de crença; nesse sentido, a visibilidade adquire primazia sobre a prova. A circulação imagética do atentado, ao mesmo tempo em que sustentou enquadramentos institucionais, forneceu matéria-prima para leituras alternativas que exploram ambiguidade, sugestão e suspeição. A disputa informacional deslocou-se, assim, do argumento para a visibilidade, onde a intensidade afetiva tende a superar a consistência factual.

Esse deslocamento produz efeitos políticos mensuráveis. A consolidação de apoios partidários, o silenciamento temporário de dissensos internos e a pressão sobre plataformas digitais observados no período subsequente ao atentado indicam que a desinformação não é

mero ruído periférico, mas componente ativo da dinâmica democrática contemporânea. Bennett e Livingston descrevem esse fenômeno como crise da autoridade epistêmica, na qual instituições tradicionais de validação do conhecimento competem com ecossistemas digitais orientados à maximização do engajamento. Os dados empíricos sugerem que, mesmo sem alterar os fatos centrais do evento, a desinformação reconfigurou o campo de conflitos ao intensificar antagonismos e redefinir fronteiras de pertencimento político.

Há, contudo, uma ambivalência constitutiva nesse processo. Se a desinformação radicaliza o debate, ela também depende da persistência de uma esfera factual mínima que lhe sirva de contraponto. A cobertura institucional manteve-se operante e reconhecível, o que impediu a completa erosão do consenso sobre o ocorrido. Essa coexistência tensa entre estabilização factual e instabilidade interpretativa confirma uma leitura foucaultiana do poder como relação produtiva: a verdade não é suprimida, mas disputada; a autoridade não desaparece, mas é permanentemente desafiada. A violência política, nesse quadro, não encerra o debate público, mas o reabre como conflito epistêmico duradouro.

A síntese que emerge deste eixo aponta para uma transformação estrutural da esfera pública: a democracia passa a operar sob condições nas quais a gestão da violência implica, simultaneamente, a gestão da informação e da crença. A tentativa de assassinato analisada revela que a estabilidade institucional pode conviver com uma radicalização discursiva persistente, na qual verdade, imagem e poder se entrelaçam de modo indissociável. A abertura crítica que se impõe não diz respeito apenas a mecanismos de contenção da desinformação, mas à necessidade de repensar os fundamentos epistêmicos da deliberação democrática em ecologias comunicacionais onde o sentido do acontecimento permanece, estruturalmente, em disputa.

3.5.4 Conclusão

A análise integrada dos dados empíricos, dos fatos consensuais e da literatura crítica permite sustentar que a violência política extrema, longe de operar exclusivamente como fator de deslegitimação democrática, pode ser convertida em recurso simbólico de fortalecimento do poder quando mediada por regimes comunicacionais específicos. A tentativa de assassinato de Donald Trump, assim como os casos históricos de Jair Bolsonaro, Ronald Reagan e Andrew Jackson, revela um padrão recorrente no qual o atentado não rompe a ordem política, mas é reinscrito como prova de resiliência, autenticidade e liderança. Esse padrão só se torna inteligível quando se observa o entrelaçamento entre enquadramentos

midiáticos, gestão afetiva e iconografia política, elementos que operam conjuntamente na produção de legitimidade (Entman, 1993; Bourdieu, 1989; Debord, 1997).

Os resultados empíricos apresentados neste estudo indicam que a cobertura jornalística tende a estabilizar rapidamente a factualidade do evento violento, ao mesmo tempo em que administra emoções públicas por meio da centralidade da confiança institucional. Esse achado tensiona abordagens que associam automaticamente violência política à produção de medo ou pânico moral. Conforme sugerem Marcus (2000) e Nussbaum (2013), as emoções não são epifenômenos da política, mas condições de sua própria operação. No caso analisado, a confiança não emerge de um consenso racional pleno, mas de uma narrativa que reafirma a capacidade do sistema político de conter a exceção. Tal dinâmica aproxima-se do que Ahmed (2014) descreve como governança afetiva: a circulação orientada de emoções que alinha percepções individuais a determinadas formas de ordem social, neutralizando a potencialidade crítica do trauma sem eliminá-lo completamente.

A dimensão visual mostrou-se decisiva nesse processo. A iconificação do corpo ferido converte a vulnerabilidade física em capital simbólico, permitindo que a violência seja reprogramada como narrativa heroica. A literatura sobre espetáculo e política demonstra que imagens não apenas representam acontecimentos, mas os reorganizam semanticamente, produzindo efeitos duradouros sobre a memória coletiva e a disputa eleitoral (Debord, 1997; Kellner, 2003). Ao deslocar o foco das causas estruturais da violência para a figura individual que a sobrevive, a iconografia política contribui para a personalização do conflito e para a legitimação do poder por meio do sacrifício simbólico. Esse mecanismo ajuda a explicar por que atentados, em determinados contextos, precedem ou reforçam vitórias eleitorais, como observado nos casos comparados.

Paralelamente, a análise evidencia que a estabilização institucional não elimina a instabilidade interpretativa. A proliferação de teorias conspiratórias, conteúdos descontextualizados e disputas narrativas em plataformas digitais confirma a crise contemporânea da autoridade epistêmica, na qual a veracidade factual deixa de ser critério suficiente de ordenação do debate público (Bennett; Livingston, 2018). Conforme demonstram Vosoughi, Roy e Aral (2018), eventos traumáticos funcionam como gatilhos para a amplificação da desinformação, sobretudo quando combinam alta carga emocional, visibilidade imagética e polarização política. Nesse cenário, a violência política torna-se também violência informacional, na qual a luta pelo sentido do acontecimento assume centralidade estratégica.

O cruzamento desses elementos permite afirmar que as democracias midializadas desenvolveram uma capacidade estrutural de metabolizar a violência política, convertendo-a em narrativa administrável, emocionalmente regulada e simbolicamente rentável. Tal constatação não implica a normalização normativa da violência, mas evidencia um deslocamento analítico necessário: mais do que perguntar se a democracia resiste à violência, torna-se fundamental compreender como ela aprende a conviver com ela, incorporando-a aos seus dispositivos de legitimação. Essa leitura dialoga com a concepção foucaultiana do poder como relação produtiva, na qual a verdade não é suprimida, mas permanentemente disputada, e a exceção não suspende o sistema, mas o reconfigura (Foucault, 2008).

Por fim, é necessário reconhecer as limitações deste estudo. A análise baseia-se em um corpus específico de notícias e em um recorte temporal delimitado, o que restringe generalizações mais amplas sobre outros contextos nacionais ou regimes midiáticos. Além disso, a abordagem quantitativa de sentimentos e termos, embora potente para identificar padrões, não substitui análises qualitativas aprofundadas de recepção pública e circulação em redes fechadas, como aplicativos de mensagens. Estudos futuros podem ampliar o escopo comparativo, incorporando outros casos históricos e contemporâneos, bem como metodologias mistas que integrem etnografia digital, análise visual e estudos de audiência. No campo das políticas públicas, os resultados apontam para a necessidade de estratégias interdisciplinares de enfrentamento da desinformação que não se limitem à verificação factual, mas considerem a gestão das emoções, o papel das imagens e a educação midiática crítica como dimensões centrais da proteção democrática.

5. CONCLUSÃO

Esta tese demonstra como os sistemas midiáticos contemporâneos funcionam como poderosos dispositivos de governança simbólica, metabolizando crises em narrativas de estabilidade. Através de uma metodologia mista e comparativa, investigou-se dois grandes eixos: a infodemia da COVID-19, analisada por meio de padrões de busca no *Google Trends*, e a cobertura jornalística digital de três eventos políticos críticos—eleições municipais de São Paulo (2024), o conflito público entre Elon Musk e o Supremo Tribunal Federal, e o atentado contra Donald Trump (2024) —, utilizando mineração de notícias (web scraping) e análise de sentimentos com o léxico NRC. Os resultados dos quatro estudos empíricos convergem para uma conclusão central: existe uma lógica operativa transversal na mediação de crises. Seja numa emergência sanitária global, numa disputa eleitoral localizada, num embate sobre soberania digital ou num episódio de violência política, a cobertura midiática segue um roteiro previsível de estabilização. Esse roteiro é sustentado por três pilares: 1) a gestão emocional, com a predominância estatística do sentimento de "confiança" que acalma a ansiedade pública; 2) o enquadramento institucional, que converte conflitos complexos em questões jurídicas, processuais ou morais administráveis pelas instituições vigentes; e 3) o controle temporal, que organiza a narrativa em fases (emergência, clímax, resolução), absorvendo o evento disruptivo como um episódio delimitado e superável. Enquanto esse mecanismo é funcional para a manutenção da ordem e da legitimidade institucional no curto prazo, a tese evidencia seu custo democrático profundo. A eficiência em produzir estabilidade simbólica é alcançada através do sistemático deslocamento e silenciamento das dimensões estruturais dos conflitos—desigualdades, disputas de poder material, assimetrias geopolíticas e a natureza política das infraestruturas digitais. Assim, a mídia não apenas relata crises, mas as governa simbolicamente, oferecendo resolução narrativa em detrimento da confrontação política. A contribuição final é um alerta: ao priorizar a governabilidade afetiva, o sistema comunicacional vigente pode estar, paradoxalmente, minando as condições para um debate público robusto e transformador, essencial para uma democracia substantiva.

A construção desta tese resultou de um mergulho intelectual prolongado e intensivo no desenvolvimento teórico, empírico e metodológico do objeto de pesquisa. Trata-se de um esforço longitudinal que atravessou diferentes etapas de amadurecimento analítico, materializado na produção continuada de artigos científicos, capítulos de livros, participações em eventos acadêmicos e intercâmbios científicos nacionais e internacionais. Mais do que

produtos isolados, esse percurso refletiu um engajamento profundo e cumulativo com a problemática investigada, permitindo refinar hipóteses, testar abordagens e consolidar uma agenda própria de pesquisa.

Esta tese investigou como processos informacionais digitais e coberturas midiáticas de eventos críticos articulam dados, emoções e temporalidades para produzir regimes de governança simbólica em democracias contemporâneas profundamente midiatizadas. Ao integrar análises de infodemia em saúde pública, comunicação eleitoral, conflitos institucionais envolvendo plataformas digitais e mediação da violência política extrema, o estudo demonstrou que a mídia e os ecossistemas informacionais não atuam apenas como instâncias de representação dos fatos, mas como infraestruturas ativas de organização do sentido público, capazes de estabilizar narrativas, administrar afetos e redefinir os limites da crítica democrática.

Retomando explicitamente os objetivos propostos, o objetivo geral da tese consistiu em compreender como sistemas midiáticos digitais operam como dispositivos de governança simbólica em contextos de crise, articulando dados, emoções e enquadramentos narrativos. Entre os objetivos específicos, destacaram-se: (i) analisar padrões informacionais em contextos de infodemia; (ii) examinar a gestão emocional na cobertura de eventos políticos críticos; (iii) identificar enquadramentos institucionais recorrentes; e (iv) avaliar os efeitos desses processos sobre a deliberação democrática. As hipóteses centrais — de que a mídia opera por meio de regimes emocionais estabilizadores e de que crises são narrativamente absorvidas como episódios controláveis — foram amplamente confirmadas, ainda que com variações contextuais e limites interpretativos que impediram sua validação absoluta em todos os casos analisados.

Os resultados empíricos evidenciam que, apesar das diferenças contextuais entre os casos analisados, emergem padrões comunicacionais transversais. Em todos os domínios investigados, observou-se a predominância de regimes emocionais estabilizadores, especialmente associados à confiança e à antecipação, combinados a enquadramentos narrativos que absorvem episódios críticos como exceções controladas. Mesmo em situações marcadas por desinformação, judicialização, conflitos institucionais ou violência política extrema, a cobertura midiática tende a produzir continuidade simbólica, preservando a inteligibilidade institucional e reduzindo o potencial disruptivo dos acontecimentos.

No campo da saúde pública, a análise comparativa internacional mostrou que a infodemia constitui um fenômeno sociotécnico estruturalmente condicionado, no qual padrões informacionais digitais respondem não apenas à gravidade epidemiológica, mas também a fatores políticos, econômicos e comunicacionais. Nos contextos eleitorais e institucionais, a pesquisa revelou que a mídia opera como dispositivo de governabilidade simbólica, organizando temporalidades, emoções e enquadramentos de modo a sustentar a legitimidade democrática, ainda que à custa do empobrecimento do debate programático e do deslocamento de conflitos estruturais. Já na mediação da violência política extrema, evidenciou-se a capacidade dos sistemas midiáticos de metabolizar a violência, convertendo-a em recurso simbólico de legitimação por meio da gestão afetiva e da construção de iconografias estabilizadoras.

Do ponto de vista metodológico, a tese demonstrou a potência analítica da integração entre métodos computacionais, análise factual-temporal e interpretação hermenêutica, superando abordagens fragmentadas que isolam dados, discursos ou contextos. A combinação entre mineração de dados, análise de sentimentos e eixos interpretativos permitiu articular escalas distintas — do léxico ao simbólico — e produzir interpretações empiricamente ancoradas e teoricamente consistentes. Ao mesmo tempo, reconhecem-se os limites da análise computacional da política, especialmente no que se refere à redução semântica dos afetos, à dependência de léxicos pré-definidos e às tensões entre escala quantitativa e densidade contextual, o que exige cautela interpretativa e complementação qualitativa.

Teoricamente, a principal contribuição da tese reside na formulação de uma abordagem relacional da governança simbólica mediada, que conecta infodemiologia, comunicação política e estudos críticos da mídia sob a chave analítica da gestão das emoções públicas. Nesse sentido, o próprio título da tese orienta o fechamento interpretativo do trabalho, evidenciando a coerência entre o que foi proposto, o que foi investigado e o que foi efetivamente demonstrado ao longo das análises empíricas e teóricas.

Do ponto de vista político e social, os achados levantam questões relevantes sobre os limites democráticos da estabilização simbólica. Embora a administração das emoções contribua para a preservação da ordem institucional em contextos de crise, ela também tende a silenciar disputas estruturais, reduzir a pluralidade interpretativa e deslocar conflitos para arenas técnicas ou jurídicas, enfraquecendo a deliberação pública substantiva. Nesse sentido, a tese aponta para a necessidade de repensar políticas de comunicação, estratégias de infovigilância

e modelos de governança informacional que conciliem estabilidade institucional com justiça epistêmica, transparência e pluralismo democrático.

A versão final desta tese incorporou de forma substantiva as contribuições da banca de qualificação, cujas leituras críticas, questionamentos e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento teórico, metodológico e argumentativo do trabalho. O diálogo estabelecido nesse momento foi decisivo para o aprofundamento das análises e para a consolidação das escolhas interpretativas adotadas.

Por fim, esta pesquisa abre caminhos para investigações futuras que aprofundem comparações transnacionais, incorporem outras plataformas e formatos midiáticos, e explorem metodologias híbridas capazes de captar com maior precisão a complexidade semântica e pragmática da comunicação digital. A tese não se encerra em si mesma, mas se projeta como ponto de partida para a continuidade da pesquisa, seja pelo aprofundamento teórico da noção de governança simbólica, pela ampliação empírica dos casos analisados ou pelo refinamento metodológico das abordagens computacionais e interpretativas. Ao evidenciar que dados, emoções e narrativas são dimensões indissociáveis da política contemporânea, a tese contribui para uma compreensão crítica das democracias midiatizadas e dos desafios que se colocam à sua renovação no século XXI.

6. REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

AIDEN, E.; MICHEL, J.-B. **Uncharted:** Big data as a lens on human culture. New York: Riverhead Books, 2013.

ALI, S.; KHALID, A.; ZAHID, E. Is COVID-19 immune to misinformation? A brief overview. **Asian Bioethics Review**, v. 13, n. 4, p. 325–341, 2021. DOI: 10.1007/s41649-020-00155-x.

ALIBUDBUD, R. Google Trends for health research: advantages, applications and limitations. **Frontiers in Big Data**, v. 6, 2023. DOI: 10.3389/fdata.2023.1132764.

ALSHAHRANI, R.; BABOUR, A. Infodemiology and infoveillance study on COVID-19. **Sustainability**, v. 13, n. 15, 2021. DOI: 10.3390/su13158528.

AMARAL, A. R. et al. Anti-vaccination narratives on Twitter. **Media and Communication**, v. 10, n. 2, p. 58–70, 2022. DOI: 10.17645/mac.v10i2.5037.

AN, L. et al. Online search behavior related to COVID-19 vaccines. **JMIR Infodemiology**, v. 1, n. 1, 2021. DOI: 10.2196/32127.

ANASTÁCIO, K. Framing disinformation through legislation in Brazil. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**, 2024. DOI: 10.37016/mr-2020-150.

ANDERSON, Ben. Preemption, precaution, preparedness: anticipatory action and future geographies. **Progress in Human Geography**, v. 34, n. 6, p. 777–798, 2010.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. **Networks and netwars**. Santa Monica: RAND Corporation, 2001.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BECK, Ulrich. **Risk society:** towards a new modernity. London: Sage, 1992.

BÉLAND, D. et al. Framing the COVID-19 crisis: Trump and Bolsonaro. **World Affairs**, v. 184, n. 4, 2021. DOI: 10.1177/0043820021105331.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology:** abolitionist tools for the new Jim Code. Cambridge: Polity Press, 2019.

BENNETT, W. Lance. Toward a theory of press–state relations in the United States. **Journal of Communication**, v. 40, n. 2, p. 103–125, 1990.

BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. **The disinformation order: disruptive communication and the decline of democratic institutions**. European Journal of Communication, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018.

BENTO, Ana Isabel et al. Evidence from internet search data shows information-seeking responses to news of local COVID-19 cases. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 21, p. 11220–11222, 2020.

BLUMLER, Jay G. The fourth age of political communication. **Polity**, v. 48, n. 1, p. 25–38, 2016.

BLUMLER, Jay G. **The fourth age of political communication**. Polity, v. 48, n. 1, p. 25–38, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOYD, Danah; CRAWFORD, Kate. Critical questions for big data. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 662–679, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERVELLIN, Gianfranco et al. Google Trends: a web-based tool for real-time surveillance of disease outbreaks. **Journal of Medical Internet Research**, v. 19, n. 8, e216, 2017.

CHADWICK, A.; VACCARI, C.; O'LOUGHLIN, B. Dysfunctional news sharing. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, 2018. DOI: 10.1177/1461444818769689.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system: politics and power**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

CHAN, Anita Say. **Predatory data:** extractivism in the age of big data. Communication, Culture & Critique, v. 13, n. 2, p. 209–226, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHEN, E. et al. COVID-19 misinformation landscape. **JMIR Infodemiology**, v. 2, n. 1, 2022. DOI: 10.2196/32378.

CHOMSKY, N.; HERMAN, E. **A fabricação do consenso**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOULIARAKI, Lilie. **The ironic spectator:** solidarity in the age of post-humanitarianism. Cambridge: Polity Press, 2013.

CINELLI, Matteo et al. The COVID-19 social media infodemic. **Scientific Reports**, v. 10, n. 16598, 2020.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: Routledge, 1972.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity Press, 2017.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection:** how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CUAN-BALTAZAR, J. Y. et al. COVID-19 misinformation online. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 6, n. 2, 2020. DOI: 10.2196/18444.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **Media events:** the live broadcasting of history. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências do espírito**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DWORKIN, Ronald. **Is democracy possible here?** Principles for a new political debate. Princeton: Princeton University Press, 2006.

EDELMAN, Murray. **Constructing the political spectacle**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

EDELMAN. **Edelman Trust Barometer Global Report**. 2025.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ENTMAN, Robert M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

EYSENBACH, G. Infodemiology and infoveillance. **Journal of Medical Internet Research**, v. 11, n. 1, 2009. DOI: 10.2196/jmir.1157.

EYSENBACH, G. Infodemiology: epidemiology of misinformation. **American Journal of Medicine**, v. 113, n. 9, 2002.

EYSENBACH, Gunther. Infodemiology: tracking flu-related searches on the web for syndromic surveillance. **AMIA Annual Symposium Proceedings**, p. 244–248, 2006.

FASSIN, Didier. **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Berkeley: University of California Press, 2012.

FLORIDI, L. **The fourth revolution**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflections on the "postsocialist" condition**. New York: Routledge, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. New York: Vintage Books, 1979.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the Internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media**. New Haven: Yale University Press, 2018.

GINSBERG, Jeremy et al. Detecting influenza epidemics using search engine query data. **Nature**, v. 457, n. 7232, p. 1012–1014, 2009.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching:** mass media in the making and unmaking of the New Left. Berkeley: University of California Press, 2003.

GRIMMER, Justin; STEWART, Brandon M. Text as data. **Political Analysis**, v. 21, n. 3, p. 267–297, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Between facts and norms: c**ontributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HALLIN, Daniel C. **The "uncensored war":** the media and Vietnam. New York: Oxford University Press, 1986.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems:** three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

JASPER, James M. **Emotions and social movements:** twenty years of theory and research. Annual Review of Sociology, v. 37, p. 285–303, 2011.

JOCKERS, Matthew L. **Syuzhet: extract sentiment and plot arcs from text**. R package version 1.0.4, 2017. Disponível em: https://cran.r-project.org/package=syuzhet. Acesso em: 2024.

KELLNER, Douglas. **Media spectacle**. London: Routledge, 2003.

KITCHIN, Rob. **The data revolution**. London: Sage, 2014.

KITCHIN, Rob. Thinking critically about and researching algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, p. 14–29, 2017.

KNAFLIC, Storytelling with Data. **Storytelling with data: a data visualization guide for business professionals**. Hoboken: Wiley, 2020.

LIPPMANN, Walter. **Public opinion**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1922.

LIU, Bing. **Sentiment analysis:** mining opinions, sentiments, and emotions. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LUHMANN, Niklas. **Social systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARCUS, George E.; NEUMAN, W. Russell; MACKUEN, Michael. **Affective intelligence and political judgment**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

MAVRAGANI, Amaryllis; OCHOA, Gabriela. Google Trends in infodemiology and infoveillance. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 5, n. 2, e13439, 2019.

MAYER-SCHÖNBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MAZZOLENI, Gianpietro; SCHULZ, Winfried. Mediatization of politics. **Political Communication**, v. 16, n. 3, p. 247–261, 1999.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The agenda-setting function of mass media**. Public Opinion Quarterly, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.

MILAN, Stefania; TRERÉ, Emiliano. Big data from the South(s). **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 319–335, 2019.

MILL, John Stuart. **On liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MOHAMMAD, Saif M.; TURNEY, Peter D. **Crowdsourcing a word–emotion association lexicon**. Computational Intelligence, v. 29, n. 3, p. 436–465, 2013.

MOROZOV, E. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; ROBERTSON, Craig T.; ROSS ARGUEDAS, Amy; NIELSEN, Rasmus Kleis. **Reuters Institute Digital News Report 2024**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, University of Oxford, 2024. Disponível em: https://www.digitalnewsreport.org. Acesso em: 11 mar. 2026.

NOBLE, S. U. **Algorithms of oppression**. New York: New York University Press, 2018.

NUSSBAUM, Martha C. **Political emotions:** why love matters for justice. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

O'NEIL, C. **Weapons of Math Destruction**. New York: Crown Publishing Group, 2016.

PANG, Bo; LEE, Lillian. **Opinion mining and sentiment analysis**. Foundations and Trends in Information Retrieval, v. 2, n. 1–2, p. 1–135, 2008.

PASQUALE, Frank. **The black box society**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

RAMOS, André. **Direito constitucional da era digital**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 2016.

RICOEUR, Paul. **Do texto à ação:** ensaios de hermenêutica II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1986.

RID, T. **Cyber war will not take place**. London: Hurst & Company, 2013.

ROSA, Hartmut. **Resonance:** a sociology of our relationship to the world. Cambridge: Polity Press, 2019.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Algorithmic governmentality. **Réseaux**, n. 177, p. 163–196, 2013.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. **Gouvernementalité algorithmique et perspectives d'émancipation**. Réseaux, n. 177, p. 163–196, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**. Bauru: Edusc, 2001.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four phases of mediatization. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228–246, 2008.

SUNSTEIN, Cass R. **#Republic: d**ivided democracy in the age of social media. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SUNSTEIN, Cass R. **A verdade sobre os boatos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. **Conspiracy theories: causes and cures**. Journal of Political Philosophy, v. 17, n. 2, p. 202–227, 2009.

THOMPSON, John B. **The media and modernity: a** social theory of the media. Cambridge: Polity Press, 1995.

TILLY, Charles. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TUFEKCI, Zeynep. Algorithmic harms beyond Facebook and Google. **Colorado Technology Law Journal**, v. 13, p. 203–218, 2015.

TUFEKCI, Zeynep. **Algorithmic harms beyond Facebook and Google:** emergent challenges of computational agency. Colorado Technology Law Journal, v. 13, p. 203–218, 2015.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society:** public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. **The spread of true and false news online**. Science, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018.

WAISBORD, Silvio. Post-truth communication and populism. **Communication Research and Practice**, v. 4, n. 1, p. 17–34, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WORLD BANK. **Air transport, registered carrier departures worldwide**. Washington, DC: World Bank, 2023p. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/IS.AIR.DPRT. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Hospital beds (per 1,000 people)**. Washington, DC: World Bank, 2023l. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SH.MED.BEDS.ZS. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Individuals using the Internet (% of population)**. Washington, DC: World Bank, 2023e. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Inflation, consumer prices (annual %)**. Washington, DC: World Bank, 2023h. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Population density (people per sq. km of land area)**. Washington, DC: World Bank, 2023b. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.DNST. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Population living in slums (% of urban population)**. Washington, DC: World Bank, 2023k. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.SLUM.UR.ZS. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Population, total**. Washington, DC: World Bank, 2023a. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Secure Internet servers (per 1 million people)**. Washington, DC: World Bank, 2023n. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.SECR.P6. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD BANK. **Unemployment, total (% of total labor force) (national estimate)**. Washington, DC: World Bank, 2023g. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.NE.ZS. Acesso em: 24 jan. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Ethics and governance of artificial intelligence for health**. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240029200. Acesso em: 6 mar. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Infodemic management: A key component of the COVID-19 global response**. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240010314. Acesso em: 6 mar. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO COVID-19 dashboard**. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: https://data.who.int/dashboards/covid19/. Acesso em: 14 jan. 2025.

ZAROCASTAS, John. How to fight an infodemic. **The Lancet**, v. 395, n. 10225, p. 676, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

7. APÊNDICE DE CONCEITOS DA PESQUISA

Agenda-setting — por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972)

A agenda-setting refere-se ao processo pelo qual os meios de comunicação influenciam a importância atribuída pelo público a determinados temas, ao selecionar quais assuntos recebem maior visibilidade e frequência na cobertura jornalística. A mídia não determina diretamente o que as pessoas devem pensar, mas estabelece sobre o que elas tendem a pensar, organizando a saliência temática do debate público. Esse mecanismo exerce papel central na formação da opinião pública, especialmente em contextos eleitorais e de crise política, ao hierarquizar problemas e atores na esfera pública midiatizada (McCombs; Shaw, 1972).

APIs (Application Programming Interfaces) — por Rob Kitchin (2014)

APIs (Application Programming Interfaces) são interfaces técnicas que permitem o acesso automatizado e padronizado a dados e serviços disponibilizados por plataformas digitais, repositórios de notícias ou instituições públicas. No contexto da pesquisa científica, as APIs viabilizam a coleta sistemática de grandes volumes de dados em tempo quase real, funcionando como mediadoras entre o pesquisador e as infraestruturas informacionais das plataformas. Contudo, o acesso via API implica dependência de critérios de indexação, filtragem e disponibilidade definidos pelos provedores, o que introduz assimetrias de poder e limitações epistemológicas na produção do conhecimento (Kitchin, 2014).

Big Data — por danah boyd e Kate Crawford (2012); Rob Kitchin (2014)

O big data designa conjuntos massivos de dados digitais caracterizados por alto volume, velocidade e variedade, produzidos continuamente por interações mediadas por plataformas digitais. Mais do que uma inovação técnica, o big data constitui um regime sociotécnico de produção de conhecimento, no qual dados são utilizados para identificar padrões, prever comportamentos e orientar decisões políticas e econômicas. A literatura crítica destaca que esses dados não são neutros, mas resultam de infraestruturas, interesses e modelos algorítmicos que produzem assimetrias de poder informacional (boyd; Crawford, 2012; Kitchin, 2014).

Big Data — por Mayer-Schönberger e Cukier (2013)

O Big Data refere-se ao volume massivo de dados gerados diariamente por meio de interações digitais, transações online e dispositivos conectados. Caracterizado pelos "três Vs" — volume, velocidade e variedade —, o Big Data exige novas abordagens analíticas para extrair insights significativos. No contexto da desinformação, o Big Data permite mapear padrões de disseminação de narrativas falsas e identificar fontes de manipulação, embora seu uso levante questões éticas sobre privacidade e viés algorítmico (Mayer-Schönberger; Cukier, 2013).

Big techs — por Shoshana Zuboff (2019)

O termo big techs refere-se às grandes corporações transnacionais de tecnologia que controlam plataformas digitais, infraestruturas de dados e sistemas algorítmicos de alcance global, como motores de busca, redes sociais e serviços de computação em nuvem. Essas empresas exercem poder estrutural sobre a circulação da informação, a formação da opinião pública e os processos democráticos, ao operar modelos de negócios baseados na extração e monetização de dados comportamentais. No contexto do capitalismo de vigilância, as big techs tornam-se atores centrais da governança informacional contemporânea (Zuboff, 2019).

Capitalismo de Vigilância — por Shoshana Zuboff (2019)

O capitalismo de vigilância refere-se a um modelo econômico no qual experiências humanas são sistematicamente convertidas em dados comportamentais para fins de previsão, modificação e monetização do comportamento. Nesse regime, plataformas digitais extraem, processam e comercializam informações sobre ações, emoções e preferências dos indivíduos, produzindo assimetrias profundas de poder informacional. Mais do que vigilância passiva, trata-se de uma lógica ativa de intervenção sobre condutas futuras, na qual algoritmos, perfis preditivos e arquiteturas digitais moldam decisões individuais e coletivas, com impactos diretos sobre autonomia, democracia e soberania (Zuboff, 2019).

Ciberguerra — por Arquilla e Ronfeldt (2001)

A ciberguerra envolve o uso de tecnologias digitais e informações como armas em conflitos geopolíticos. Além de ataques cibernéticos tradicionais, a ciberguerra inclui a disseminação de desinformação para manipular opiniões públicas, desestabilizar governos e influenciar resultados políticos. Conflitos contemporâneos

evidenciam como a informação pode operar como ferramenta estratégica de poder, com impactos transnacionais (Arquilla; Ronfeldt, 2001).

Datificação (Datafication) — por Nick Couldry e Ulises A. Mejias (2019)

A datificação refere-se ao processo pelo qual aspectos da vida social, cultural e política são progressivamente traduzidos em dados quantificáveis, passíveis de armazenamento, análise e governança algorítmica. Esse processo transforma práticas cotidianas em recursos informacionais exploráveis por plataformas e Estados, constituindo a base de um novo regime de poder orientado à previsão, controle e modulação do comportamento social (Couldry; Mejias, 2019).

Ecossistema Midiático — por Shoshana Zuboff (2019)

O ecossistema midiático refere-se ao conjunto interconectado de plataformas, atores, tecnologias e práticas que estruturam a produção, distribuição e consumo de informações na era digital. Inclui redes sociais, mídia tradicional, algoritmos de recomendação e usuários, cuja interação molda narrativas, visibilidade e circulação de sentidos, criando desafios centrais para a regulação, a democracia e a literacia midiática (Zuboff, 2019).

Framing — por Robert Entman (1993)

O framing diz respeito aos enquadramentos interpretativos por meio dos quais a mídia seleciona, enfatiza e organiza aspectos específicos da realidade, orientando a compreensão pública dos acontecimentos. Enquadrar implica definir problemas, atribuir causas, formular julgamentos morais e sugerir soluções, estruturando narrativas que moldam percepções e avaliações políticas. Enquanto a agenda-setting atua sobre a saliência dos temas, o framing incide sobre seus significados (Entman, 1993).

Google Trends — por Google; Gunther Eysenbach (2006)

O Google Trends disponibiliza dados agregados e normalizados sobre o volume relativo de buscas realizadas no motor de busca do Google ao longo do tempo e em

diferentes recortes geográficos. Esses dados funcionam como indicadores indiretos da atenção pública, da percepção de risco e do interesse social por temas específicos, sendo amplamente utilizados em estudos de infodemiologia e vigilância informacional (Eysenbach, 2006).

Hermenêutica — por Hans-Georg Gadamer (2015)

A hermenêutica é uma abordagem filosófica voltada à interpretação de textos, narrativas e práticas simbólicas. Em Gadamer, a compreensão emerge da fusão de horizontes entre intérprete e objeto interpretado, reconhecendo a historicidade do sentido. No campo da comunicação, a hermenêutica permite analisar como significados são produzidos e negociados em contextos de crise (Gadamer, 2015).

Hermenêutica Midiática — por John B. Thompson (2011)

A hermenêutica midiática aplica os princípios interpretativos da hermenêutica ao estudo das mídias e das narrativas digitais. Analisa como mensagens são produzidas, circulam e são apropriadas em ecossistemas mediáticos complexos, destacando o papel das plataformas na construção social do sentido e na mediação simbólica do poder (Thompson, 2011).

Infodemiologia — por Gunther Eysenbach (2020)

Proposto originalmente em 2002, o conceito de infodemiologia refere-se ao estudo da distribuição e dos determinantes da informação em ecossistemas digitais, especialmente no campo da saúde pública. A infodemiologia utiliza dados de buscas, mídias sociais e plataformas digitais para mapear tendências informacionais, identificar desinformação e subsidiar políticas públicas, tendo desempenhado papel central durante a pandemia de COVID-19 (Eysenbach, 2020).

Infovigilância — por Wardle e Derakhshan (2017)

A infovigilância consiste no monitoramento sistemático do fluxo de informações em tempo real, com foco na identificação de desinformação, narrativas falsas e seus impactos sociais. Baseada em Big Data e análise de redes, essa abordagem é

fundamental para a proteção da saúde pública, da democracia e da segurança informacional em contextos de crise (Wardle; Derakhshan, 2017).

Mineração de Notícias — por Justin Grimmer e Brandon Stewart (2013)

A mineração de notícias refere-se ao uso de métodos computacionais para coletar e analisar grandes volumes de conteúdos jornalísticos digitais, permitindo identificar padrões temáticos, enquadramentos e dinâmicas discursivas. Essa abordagem amplia a capacidade analítica dos estudos de mídia e política ao viabilizar análises comparativas e em larga escala da produção jornalística (Grimmer; Stewart, 2013).

Narrativas Digitais — por Wardle e Derakhshan (2017)

As narrativas digitais são construções discursivas disseminadas por plataformas digitais, capazes de informar, persuadir ou manipular públicos. Em contextos de crise, essas narrativas desempenham papel central na formação da percepção pública e na disseminação de desinformação, exigindo abordagens analíticas críticas e estratégias de enfrentamento (Wardle; Derakhshan, 2017).

Priming — por Shanto Iyengar e Donald Kinder (1987)

O priming refere-se ao efeito pelo qual a exposição recorrente a determinados temas ou enquadramentos na mídia influencia os critérios utilizados pelo público para avaliar líderes, instituições ou acontecimentos políticos. Ao ativar esquemas cognitivos específicos, o priming conecta agenda-setting e framing aos processos de avaliação política e formação de atitudes (Iyengar; Kinder, 1987).

Web Scraping — por Matthew Russell (2016)

Web scraping refere-se a técnicas automatizadas para extrair dados disponíveis publicamente em websites, por meio da leitura estruturada de códigos HTML. Amplamente utilizado em métodos digitais, o web scraping permite a coleta de grandes volumes de dados textuais, desde que respeitados limites éticos, legais e de transparência metodológica (Russell, 2016).

8. ANEXOS

Os quadros foram tabulados e organizados a partir de dados coletados no banco de dados do Banco Mundial (World Bank, 2023) e da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2025).

Quadro 1. Dados do Banco Mundial: Paises	**População Total (milhões)**	**Densidade Populacional (hab/km²)**	**Expectativa de Vida (anos)**	**GDP (current US$)**	**Acesso à Internet (% da população)**	**GDP per capita growth (annual %)**	**Taxa de desemprego**	**Inflação**	**População vivendo com menos de $2,15 por dia sendo**	**Coeficiente de Gini**	**População vivendo em favelas (% da população urbana)**	**Leitos hospitalares por 1.000 habitantes**	**Taxa de vacinação contra sarampo (indicador de aceitação da vacinação)**	**Servidores de Internet seguros (por 1 milhão de pessoas)**	**Assinaturas de celular por 100 habitantes**	**Transporte aéreo, partidas de transportadoras registradas em todo o mundo**
Estados Unidos	334,914.90	36	77	27,720,709.00	97	2.4	4.1	4.1	1.2	41.3	15	2.7	92	187747	110	8005775
Brasil	211,140.73	25	73	2,173,665.66	84	2.5	4.6	4.6	3.5	52.0	49	2.5	87	5629	99	529115
Índia	1,438,069.60	479	68	3,567,551.67	43	7.2	5.6	5.6	12.9	32.8		1.6	93	966	81	739481
Rússia	143,826.13	9	73	2,021,421.48	92	3.9	6.7	6.7	0.2	35.1	18	7.0	97	23604	169	825994
México	129,739.76	66	75	1,789,114.43	81	2.3	5.5	5.5	1.2	43.5	34	1.0	76	412	100	445488
Peru	33,845.62	26	73	267,603.25	75	-1.6	6.5	6.5	2.7	40.3	N/A	1.6	84	750	122	70558
Butão	786.38	20	72	2,898.23	87	4.5	4.2	4.2	0.0	28.5	N/A	2.2	99	1227	95	696
Tonga	104.60	146	71	518.18	58	-1.9	6.4	6.4	0.0	27.1	N/A	2.5	99	880	61	5255
Vanuatu	320.41	26	70	1,126.31	70	-0.1	6.7	6.7	10.0	32.3	N/A	1.7	70	1635	78	8552
Samoa	216.66	77	73	938.19	75	7.9	11.0	11.0	1.2	38.7	N/A	1.0	87	618	60	993
Ilhas Marshall	38.83	223	65	259.30	73	-0.8		N/A	0.9	35.5	N/A	N/A	88	155	38	2478
Bulgária	6,446.60	61	74	102,407.65	80	5.0	9.4	9.4	0.7	39.0	N/A	7.8	92	54104	117	464
Hungria	9,592.19	106	76	212,388.91	91	-0.4	17.1	17.1	0.4	29.2	N/A	6.8	99	53718	104	130120
Croácia	3,859.69	69	78	84,393.80	83	3.2	7.9	7.9	0.3	28.9	4	5.6	90	29422	111	15982
Bósnia e Herzegovina	3,185.07	63	75	27,514.78	83	2.8	6.1	6.1	0.1	33.0	N/A	2.3	55	5346	118	44
Ilhas Faroe	54.48	39	83	3,907.32	98	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8351	N/A	N/A

Ilhas Cook	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	509	N/A	N/A
Palau	17.73	39	69	281.85	27	2.1	12.8	12.8	N/A	N/A	N/A	4.3	96	1354	133	20
Saint Pierre e Miquelon	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	435	N/A	N/A

Fonte: World Bank, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d, 2023e, 2023f, 2023g, 2023h, 2023i, 2023j, 2023k, 2023l, 2023m, 2023n, 2023o, 2023p.

Quadro 2. Dados WHO 2025

País	Casos	Mortes	Hospitalizações relacionadas à COVID-19	Poplação Vacinada
Estados Unidos	103m	2,7 mil	3,6 mil	82%
Brasil	37,6m	702 mil	769	87%
Índia	45m	534 mil	N/A	74%
Rússia	24,9 milhões	404k	4k	61%
México	7,6m	335 mil	N/A	75%
Peru	4,5m	221 mil	N/A	93%
Butão	62,7 mil	21	N/A	91%
Tonga	17 mil	13	N/A	83%
Vanuatu	12k	14	N/A	58%
Samoa	17,1 mil	31	N/A	96%
Ilhas Marshall	16,3 mil	17	N/A	N/A
Bulgária	1,3m	38,8 mil	N/A	31%
Hungria	2,2m	49,1 mil	8	65%
Croácia	1,4m	18,8 mil	N/A	57%
Bósnia e Herzegovina	404k	16,4 mil	N/A	17%
Ilhas Faroe	34,7 mil	28	N/A	N/A
Ilhas Cook	7,4 mil	2	N/A	86%
Palau	6,4 mil	10	N/A	100%
Saint Pierre e Miquelon	3,4 mil	2	N/A	N/A

Fonte: *(WHO 2025)*